

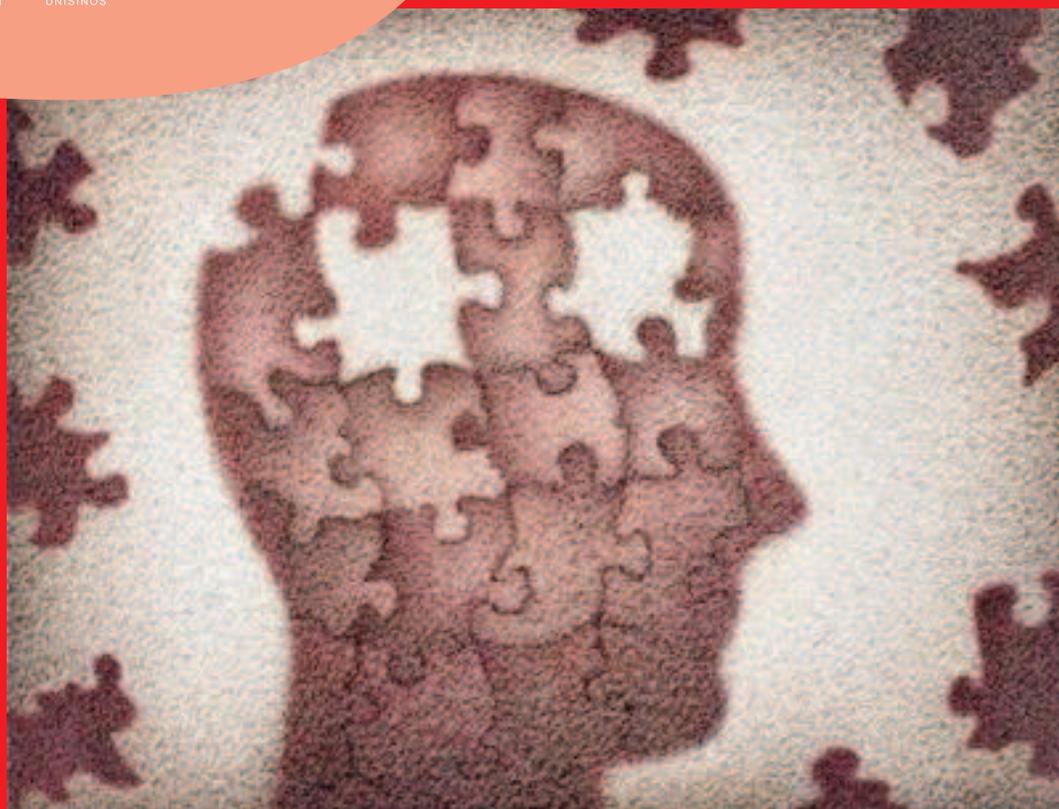
IHU ON-LINE

Revista do Instituto Humanitas Unisinos

Nº 391 - Ano XII - 07/05/2012 - ISSN 1981-8769



Luta antimanicomial. Conquistas e desafios



Thomas Szasz:

A Psiquiatria não pode ser reformada. Ela tem que ser abolida

Sandra Fagundes:

O estigma da loucura ainda não foi superado

Massimo

Canevacci:

A luta antimanicomial como uma luta cultural

E MAIS

Marcelo Fabri:

A alteridade radical de Levinas e a ética racionalista de Husserl

Rubem Barboza Filho e

Fernando Perlatto:
Uma sociologia indignada

Fernanda Azeredo de Moraes:

Clube da Luta: um olhar de gênero

Luta antimanicomial. Conquistas e desafios

Em 18 de maio celebra-se o Dia Nacional da Luta Antimanicomial. A data enseja uma série de reflexões sobre saúde mental, desinstitucionalização e lutas em busca de uma sociedade mais justa e democrática. A data remete ao Encontro dos Trabalhadores da Saúde Mental, ocorrido em 1987, na cidade de Bauru-SP. Como processo decorrente desse movimento, ocorreu a reforma psiquiátrica, definida pela lei n. 10216 de 2001, também conhecida como Lei Paulo Delgado.

Nesta edição profissionais que pesquisam e atuam na área da saúde mental participam de um debate que diz respeito ao conjunto da sociedade contemporânea.

Thomas Szasz, professor emérito da Universidade Estadual de Nova Iorque em Siracusa, abre a discussão com uma conclusão: a psiquiatria não pode ser reformada. Ela tem que ser abolida, assim como a escravidão.

Para o filósofo italiano **Massimo Canevacci**, ninguém é totalmente normal, e a questão da doença mental não pode ser compreendida somente como um problema médico. É algo legitimado culturalmente, assegura.

Oswaldo Saidon, psicanalista argentino, retoma a tradição libertária da luta antimanicomial e questiona se entramos em uma era pós-manicomial.

A médica **Rosana Onocko Campos**, da Universidade Estadual de Campinas - Unicamp, destaca a importância de se valorizar a fala, o

conhecimento e a trajetória das pessoas para se construir um outro tipo de saúde mental. “O reconhecimento de que eles portam um saber, sim, diferente do acadêmico, porém não menos valioso”, ou seja, trata-se do *empowerment*.

A diretora do Departamento de Ações em Saúde - DAS da Secretaria Estadual de Saúde do Rio Grande do Sul, **Sandra Fagundes**, pondera que o estigma da loucura ainda não foi superado e comenta a experiência gaúcha no contexto antimanicomial.

O nascimento do capitalismo e da internação dos excluídos é a temática abordada pelo psicólogo **Oswaldo Gradella Júnior**, da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho - Unesp. Nossa sociedade é baseada na exploração humana, e a violência é intrínseca a esse modo de produção, observa.

Fábio Alexandre Moraes, psicólogo e professor na Unisinos, compreende a luta antimanicomial como uma luta ético-política. Ele detecta o nexo entre o modelo capitalista de trabalho e o surgimento da doença mental.

O psicólogo **Bernardo Malamut** adverte que “novos desviantes sociais” poderão ocupar o lugar discursivo antes reservado aos loucos. É o caso dos usuários de crack, pontua.

O psiquiatra **José Jackson Sampaio Coelho**, da Universidade Estadual do Ceará - UECE, menciona que, em condições históricas que podem tor-

nar tudo num “manicômio”, é preciso repensar o poder do psiquiatra e da psiquiatria sobre a equipe e o cliente.

Martinho Braga Batista e Silva, da Universidade Estadual do Rio de Janeiro - UERJ, retoma o Caso Damião Ximenes e a condenação do Brasil por violação dos direitos humanos.

Tempos e ritmos de ver: cegueira e visibilidade no mundo contemporâneo é um artigo de Adriana Melo, da Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG, e Maria Teresa F. Ribeiro da Universidade Federal da Bahia - UFBA.

Fernanda Azeredo de Moraes debate *O clube da luta* (David Fincher, 1999), e **Marcelo Fabri**, da Universidade Federal de Santa Maria - UFSM, descreve alguns aspectos da temática que abordará no dia 10-05-2012, falando sobre a alteridade radical de Levinas e a ética racionalista de Husserl.

A obra *Uma sociologia indignada. Diálogos com Luiz Werneck Vianna* (Juiz de Fora, 2012) inspira a entrevista com seus organizadores, **Rubem Barboza Filho**, da Universidade Federal de Juiz de Fora - UFJF e **Fernando Perlatto**, do Centro de Estudos Direito e Sociedade (Cedes/PUC-Rio).

As quatro décadas de vivências na Unisinos são rememoradas por **José Alcides Renner**, professor do curso de Direito da Universidade.

A todas e a todos uma boa leitura e uma ótima semana!



Instituto Humanitas
Unisinos

Endereço: Av.
Unisinos, 950,
São Leopoldo/RS.
CEP.: 93022-000
Telefone: 51 3591

1122 - ramal 4128. E-mail: humanitas@unisinos.br.

Diretor: Prof. Dr. Inácio Neutzling.
Gerente Administrativo: Jacinto Schneider (jacintos@unisinos.br).

IHU
ONLINE

IHU On-Line é a revista semanal do Instituto Humanitas Unisinos - IHU ISSN 1981-8769. IHU On-Line pode ser acessada às segundas-feiras, no sítio www.ihu.unisinos.br. Sua versão impressa circula às terças-feiras, a partir das 8h, na Unisinos. Apoio: Comunidade dos Jesuítas - Residência Conceição.

REDAÇÃO

Diretor de redação: Inácio Neutzling (inacio@unisinos.br).
Editora executiva: Graziela Wolfart MTB 13159 (grazielaw@unisinos.br).

Redação: Márcia Junges MTB 9447 (mjunges@unisinos.br), Patrícia Fachin MTB 13062 (prfachin@unisinos.br) e Thamiris Magalhães MTB 0669451 (thamirism@unisinos.br).
Revisão: Isaque Correa (icorrea@unisinos.br).

Colaboração: César Sanson, André Langer e Darli Sampaio, do Centro de Pesquisa e Apoio aos Trabalhadores - CEPAT, de Curitiba-PR.

Projeto gráfico: Agência Experimental de Comunicação da Unisinos - Agexcom.

Atualização diária do sítio: Inácio Neutzling, Patrícia Fachin, Luana Nyland e Natália Scholz

LEIA NESTA EDIÇÃO

TEMA DE CAPA | Entrevistas

- 5 **Thomas Szasz:** A psiquiatria não pode ser reformada. Ela tem que ser abolida, assim como a escravidão
- 8 **Oswaldo Saidon:** Uma era pós-manicomial?
- 12 **Massimo Canevacci:** A luta antimanicomial como uma luta cultural
- 16 **Oswaldo Gradella Júnior:** O nascimento do capitalismo e da internação dos excluídos
- 21 **Fábio Alexandre Moraes:** Luta antimanicomial, uma luta ético-política
- 24 **Rosana Onocko Campos:** O empoderamento dos usuários de saúde mental
- 28 **Sandra Fagundes:** O estigma da loucura ainda não foi superado
- 30 **Martinho Braga Batista e Silva:** O caso Damião Ximenes e a condenação do Brasil por violação dos direitos humanos
- 33 **José Jackson Sampaio Coelho:** A psiquiatria e o exercício da humildade
- 37 **Bernardo Salles Malamut:** Uma psiquiatria a serviço do Estado contra os “indivíduos desviantes”

Destaques da semana

- 41 **Artigo da semana:** Adriana Melo e Maria Teresa F. Ribeiro: Tempos e ritmos de ver: cegueira e visibilidade no mundo contemporâneo
- 44 **Fernanda Azeredo de Moraes:** *Clube da luta: um olhar de gênero*
- 00 **Livro da semana:** **Rubem Barboza Filho e Fernando Perlatto:** Uma sociologia indignada: horizonte e inspiração para pensar o Brasil
- 48 **Coluna CEPOS**
- 57 Destaques On-Line

IHU em Revista

- 58 Agenda
- 59 **Marcelo Fabri:** A alteridade radical de Levinas e a ética racionalista de Husserl
- 62 **Lucas Henrique da Luz:** *Inside Job - Trabalho Interno* e a visão plural do capitalismo mundial
- 64 **IHU Repórter:** José Alcides Renner



twitter.com/ihu



bit.ly/ihufacebook



www.ihu.unisinos.br

Tema de Capa

Destques
da Semana

IHU em
Revista

A psiquiatria não pode ser reformada. Ela tem que ser abolida, assim como a escravidão

Psiquiatria e Estado precisam ser separados. Além disso, o sujeito deve decidir, ou não, se deve tomar medicamentos psiquiátricos, afirma Thomas Szasz

POR MÁRCIA JUNGES | TRADUÇÃO LUÍS MARCOS SANDER

A “loucura” não é silenciada pela “razão”, rebate Thomas Szasz. “Ela é silenciada por pessoas chamadas de ‘psiquiatras’”. Para o professor emérito da Universidade do Estado de Nova Iorque em Siracusa, “a psiquiatria, intrinsecamente ligada à lei e à execução da lei, não pode ser reformada. Como a escravidão, ela precisa ser abolida”. As declarações foram dadas por Szasz à **IHU On-Line** na entrevista que concedeu por e-mail. Crítico ferrenho da psiquiatria desde os anos 1950, ele discorda peremptoriamente da legitimidade intelectual-médica dessa área da medicina, assim como da Associação Psiquiátrica Americana e do Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM, na sigla em inglês). “Qual é a validade do DSM? É zero, digo eu”. Em seu ponto de vista, a psiquiatria cumpre a função excludente antes ocupada pela religião, e o “controle-confinamento forçado-involuntário de pessoas identificadas como mentalmente doentes é análogo ao controle-confinamento

forçado-involuntário de pessoas identificadas como escravas”. Ele tece duras críticas à luta antimanicomial: “Em vez de focar a abolição da ‘escravidão psiquiátrica’, os indivíduos identificados com a ‘luta antimanicomial’ enfocaram – equivocadamente, penso eu – a natureza da doença justificando ostensivamente o uso de força psiquiátrica”.

Defensor da separação entre psiquiatria e Estado, Szasz é conhecido mundialmente por ser adversário da psiquiatria coercitiva. Escreveu livros como *O mito da doença mental* (Rio De Janeiro: Zahar, 1979), originalmente publicado em 1960, e *A fabricação da loucura: um estudo comparativo da Inquisição e do Movimento de Saúde Mental* (Rio de Janeiro: Zahar, 1976), cuja primeira edição veio a público em 1970. Nasceu em Budapeste em 1920 e continua em franca atividade intelectual. Para conhecer seus textos e ideias, acesse www.szasz.com.

Confira a entrevista.

IHU On-Line – Desde que escreveu *O mito da doença mental*, há 51 anos, houve alguma mudança na forma como a psiquiatria trata o “doente mental”? O que permanece o mesmo?

Thomas Szasz – Houve muitas mudanças. A principal mudança é que agora os psiquiatras sustentam, e a maioria das pessoas acredita, que as chamadas doenças mentais são causadas por “desequilíbrios químicos” no cérebro, ou são manifestações de-

les e que esses desequilíbrios fictícios são tratados com medicamentos.

IHU On-Line – Em que medida o estigma da doença mental continua sendo um rótulo importante para compreendermos a sociedade segregatória e excludente em que vivemos?

Thomas Szasz – Todas as sociedades (grupos) são, por definição, “excludentes” pelo fato de incluírem algumas pessoas e excluírem outras.

Anteriormente, as religiões cumpriam essa função social. Hoje em dia, a medicina-psiquiatria a cumpre.

IHU On-Line – Quais são os principais avanços que percebe a partir da luta antimanicomial pelo mundo?

Thomas Szasz – Em minha opinião, a questão principal – ou talvez até a única – referente à luta antimanicomial é o poder de exercer coerção, isto é, a legitimação do uso de força contra pessoas chamadas

“loucas”, isto é, “diagnosticadas” como “mentalmente doentes”. Considero o controle-confinamento forçado-involuntário de pessoas identificadas como mentalmente doentes análogo ao controle-confinamento forçado-involuntário de pessoas identificadas como escravas. Em vez de focar a abolição da “escravidão psiquiátrica”, os indivíduos identificados com a “luta antimanicomial” enfocaram – equivocadamente, penso eu – a natureza da doença justificando ostensivamente o uso de força psiquiátrica. Creio que o controle psiquiátrico à força de indivíduos inocentes é sempre moralmente errado.

IHU On-Line – No Brasil, há uma grande influência de Franco Basaglia na reforma psiquiátrica. Hoje, a desinstitucionalização da loucura tem no agente comunitário e nos Centros de Atenção Psicossocial – CAPs elementos importantes de uma nova prática da saúde mental. Qual é a situação nos EUA no que diz respeito à luta antimanicomial?

Thomas Szasz – A situação é semelhante. Basaglia¹ adorava a associação entre a política (o Estado) e a psiquiatria (coerção médica). Ele queria ser – e a certa altura foi – uma espécie de comissário psiquiátrico – do tipo benevolente, bondoso, é claro. Discordo radicalmente das concepções e políticas dele. Creio que a psiquiatria, intrinsecamente ligada à lei e à execução da lei, não pode ser reformada.

¹ **Franco Basaglia** (1924-1980): psiquiatra italiano. Promoveu uma importante reforma no sistema de saúde mental de seu país. Nos anos 1960 dirigiu o hospital psiquiátrico de Gorizia, onde juntamente com outros psiquiatras começou a promover uma série de mudanças práticas e conceituais, expostas no livro “A instituição negada” (1968). Entre os co-autores deste livro organizado por Basaglia está Giovanni Jervis, que posteriormente aprofundará estes conceitos teóricos de modo acessível aos leigos no “Manual Crítico de Psiquiatria” (1975), descrevendo ali também a história do movimento, reunido em torno da Associação Psiquiatria Democrática italiana. Em 1979, Basaglia visitou o Hospital Colônia na cidade de Barbacena, em Minas Gerais, tendo-o comparado aos campos de concentração nazistas de Adolf Hitler. (Nota da IHU On-Line)

“Todas as sociedades (grupos) são, por definição, ‘excludentes’ pelo fato de incluírem algumas pessoas e excluírem outras. Anteriormente, as religiões cumpriam essa função social. Hoje em dia, a medicina-psiquiatria a cumpre”

Como a escravidão, ela precisa ser abolida, e não reformada.

IHU On-Line – Os doentes mentais continuam sendo os grandes bodes expiatórios da sociedade? Que outros párias estão ao seu lado em nossos dias?

Thomas Szasz – Sim e não. Eles geralmente são vistos como “doentes” e necessitados de “cuidados médicos”, quer gostem, quer não.

IHU On-Line – “Se você fala com Deus, você está rezando. Se Deus falar com você, você é esquizofrênico”. Em que medida essa ideia continua atual num mundo que insiste em diagnosticar e medicalizar o sujeito em suas mínimas “dissidências”?

Thomas Szasz – A confusão dos sentidos literal e metafórico das palavras – especialmente de termos como “doença”, “tratamento”, “cura”, etc. (e deus, diabo, inferno...) – é essencialmente a mesma que havia nas décadas de 1950 e 1960.

IHU On-Line – Em que sentido a doença mental continua sendo uma metáfora?

Thomas Szasz – Oficialmente – do ponto de vista jurídico, médico – ela é literal. Eu sustento que é metafórica. Os chamados antipsiquiatras – Laing², Foucault³, Basaglia – a tratam

² **Ronald David Laing** (1927-1989): psiquiatra britânico. Destacou-se por sua abordagem inovadora da doença mental e, particularmente, da experiência da psicose. Promoveu uma revolução de conceitos na sua área, ao buscar compreender a lógica por trás dos sintomas ditos irracionais. As ideias de Laing sobre as causas e o tratamento da disfunção mental grave, fortemente influenciadas pelo existencialismo, foram de encontro à psiquiatria ortodoxa. Para ele, os sentimentos expressos pelo paciente eram descrições válidas da experiência vivida, mais do que simples sintomas de um distúrbio. Laing foi associado ao movimento da antipsiquiatria, embora ele próprio rejeitasse o rótulo. (Nota da IHU On-Line)

³ **Michel Foucault** (1926-1984): filósofo francês. Suas obras, desde a *História da Loucura* até a *História da sexualidade* (a qual não pôde completar devido a sua morte) situam-se dentro de uma filosofia do conhecimento. Suas teorias sobre o saber, o poder e o sujeito romperam com as concepções modernas destes termos, motivo pelo qual é considerado por certos autores, contrariando a sua própria opinião de si mesmo, um pós-moderno. Seus primeiros trabalhos (*História da Loucura*, *O Nascimento da Clínica*, *As Palavras e as Coisas*, *A Arqueologia do Saber*) seguem uma linha estruturalista, o que não impede que seja considerado geralmente como um pós-estruturalista devido a obras posteriores como *Vigiar e Punir* e *A História da Sexualidade*. Foucault trata principalmente do tema do poder, rompendo com as concepções clássicas deste termo. Para ele, o poder não pode ser localizado em uma instituição ou no Estado, o que tornaria impossível a “tomada de poder” proposta pelos marxistas. O poder não é considerado como algo que o indivíduo cede a um soberano (concepção contratual jurídico-política), mas sim como uma relação de forças. Ao ser relação, o poder está em todas as partes, uma pessoa está atravessada por relações de poder, não pode ser considerada independente delas. Para Foucault, o poder não somente reprime, mas também produz efeitos de verdade e saber, constituindo verdades, práticas e subjetividades. Em três edições

como literal e “tratavam” o “paciente” com drogas, por exemplo, com LSD⁴. Isso é ilustrado pelo apoio que deram à hospitalização involuntária em instituições de saúde mental bem como pela defesa do réu mediante alegação de insanidade, práticas às quais me oponho.

IHU On-Line – O Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais aumenta com frequência a catalogação de doenças apontadas como mentais. Qual é a sua validade?

Thomas Szasz – Qual é a validade do DSM? É zero, digo eu. Qual é a legitimidade intelectual-médica da psiquiatria – da Associação Psiquiátrica Americana e de outras? É zero, digo eu.

IHU On-Line – “Em que sentido a psiquiatria é um braço coercitivo do aparato de Estado?”

Thomas Szasz – Num sentido literal, obviamente. Milhões de pessoas são, e foram, presas em prédios dos quais não podem sair. “Por que os tra-

tamentos médicos dessa especialidade são, em última instância, controle político?” Eles não o são sempre. Milhões de pessoas acreditam que têm doenças mentais e ingerem medicamentos psiquiátricos voluntariamente. Elas são, e deveriam ser, livres para fazer isso. Vejo esse fenômeno como semelhante à crença de milhões de pessoas de que houve um judeu que viveu na Palestina da época bíblica e que foi crucificado e se tornou deus. As pessoas são, e deveriam ser, livres para “ingerir” os sacramentos. Chamamos isso de “liberdade religiosa”. Eu defendo a “liberdade psiquiátrica”. Só me oponho à tirania psiquiátrica, assim como só me oponho à tirania religiosa. É por isso que tenho defendido a separação entre a psiquiatria e o Estado.

IHU On-Line – Nietzsche⁵ e Foucault compreendiam a loucura como

5 Friedrich Nietzsche (1844-1900): filósofo alemão, conhecido por seus conceitos além-do-homem, transvaloração dos valores, niilismo, vontade de poder e eterno retorno. Entre suas obras figuram como as mais importantes *Assim falou Zaratustra* (9. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998), *O anticristo* (Lisboa: Guimarães, 1916) e *A genealogia da moral* (5. ed. São Paulo: Centauro, 2004). Escreveu até 1888, quando foi acometido por um colapso nervoso que nunca o abandonou, até o dia de sua morte. A Nietzsche foi dedicado o tema de capa da edição número 127 da IHU On-Line, de 13-12-2004, intitulado Nietzsche: filósofo do martelo e do crepúsculo, disponível para download em <http://migre.me/s7BB>. Sobre o filósofo alemão, conferir ainda a entrevista exclusiva realizada pela IHU On-Line edição 175, de 10-04-2006, com o jesuíta cubano Emilio Brito, docente na Universidade de Louvain-La-Neuve, intitulada “Nietzsche e Paulo”, disponível para download em <http://migre.me/s7BH>. A edição 15 dos *Cadernos IHU em formação* é intitulada *O pensamento de Friedrich Nietzsche*, e pode ser acessada em <http://migre.me/s7BU>. Confira, também, a entrevista concedida por Ernildo Stein à edição 328 da revista IHU On-Line, de 10-05-2010, disponível em <http://migre.me/FC8R>, intitulada *O biologismo radical de Nietzsche não pode ser minimizado*, na qual discute ideias de sua conferência A crítica de Heidegger ao biologismo de Nietzsche e a questão da biopolítica, parte integrante do Ciclo de Estudos Filosofias da diferença - Pré-evento do XI Simpósio Internacional IHU: O (des)governo biopolítico da vida humana. Na edição 330 da revista IHU On-Line, de 24-05-2010, leia a entrevista Nietzsche, o pensamento trágico e a afirmação da totalidade da existência, concedida pelo Prof. Dr. Oswaldo Giacoia e disponível para download em [**experiência originária, silenciada pela razão e seu “monólogo”. Qual é o seu ponto de vista?**](http://migre.</p>
</div>
<div data-bbox=)

Thomas Szasz – Eu rejeito esse tipo de retórica. A “loucura” não é silenciada pela “razão”. Ela é silenciada por pessoas chamadas de “psiquiatras”.

IHU On-Line – Gostaria de acrescentar algum outro aspecto não questionado?

Thomas Szasz – Sinto-me contente e satisfeito por ter tido a oportunidade de expressar profissional e politicamente opiniões não convencionais e ter atraído certo grau de interesse e concordância com elas. Atribuo isso em grande parte à relativa abertura e tolerância da sociedade americana apoiada por uma tradição jurídica anglo-americana que valoriza a liberdade pessoal e a responsabilidade individual.

Leias as
entrevistas
do dia no
sítio do IHU:

[www.ihu.
unisinos.br](http://www.ihu.unisinos.br)

a IHU On-Line dedicou matéria de capa a Foucault: edição 119, de 18-10-2004, disponível para download em <http://migre.me/vMiS>, edição 203, de 06-11-2006, disponível em <http://migre.me/vMj7>, e edição 364, de 06-06-2011, disponível em <http://bit.ly/k3Fcp3>. Além disso, o IHU organizou, durante o ano de 2004, o evento Ciclo de Estudos sobre Michel Foucault, que também foi tema da edição número 13 dos *Cadernos IHU em Formação*, disponível para download em <http://migre.me/vMjd> sob o título *Michel Foucault. Sua contribuição para a educação, a política e a ética*. Confira, também, a entrevista com o filósofo José Ternes, concedida à IHU On-Line 325, sob o título *Foucault, a sociedade panóptica e o sujeito histórico*, disponível em <http://migre.me/zASO>. De 13 a 16 de setembro de 2010 aconteceu o XI Simpósio Internacional IHU: O (des)governo biopolítico da vida humana. Para maiores informações, acesse <http://migre.me/Jyah>. Confira a edição 343 da IHU On-Line, intitulada *O (des)governo biopolítico da vida humana*, publicada em 13-09-2010, disponível em <http://bit.ly/bi5U9l>, e a edição 344, intitulada *Biopolítica, estado de exceção e vida nua. Um debate*, disponível em <http://bit.ly/9SQCgl>. A edição 364, de 06-06-2011 é intitulada “História da loucura” e o discurso racional em debate, inspirada na obra *História da loucura*, e está disponível em <http://bit.ly/LXBq1m>. (Nota da IHU On-Line)

4 LSD: acrônimo de Lysergsäurediethylamid, palavra alemã para a dietilamida do ácido lisérgico, que é uma das mais potentes substâncias alucinógenas conhecidas. (Nota da IHU On-Line)

[me/Jzvg](http://migre.me/Jzvg). Na edição 388, de 09-04-2012, leia a entrevista *O amor fati como resposta à tirania do sentido*, com Danilo Bilate, disponível em <http://bit.ly/HzaJpJ>. (Nota da IHU On-Line)

Uma era pós-manicomial?

Luta antimanicomial tem tradição libertária, observa Osvaldo Saidon. Opor razão e loucura é uma falsa injunção, pois ninguém é racional ou louco 24 horas por dia

POR MÁRCIA JUNGES | TRADUÇÃO BENNO DISCHINGER

“**P**arece importante renovar o debate teórico em relação aos conceitos que suscitam uma proposta antimanicomial para não deixá-la limitada à questão de fechamento, ou não, de manicômios e para que enfrente os desafios de uma época que já poderíamos chamar de pós-manicomial”. A afirmação é do psicanalista argentino Osvaldo Saidon, em entrevista concedida por e-mail à **IHU On-Line**. Em seu ponto de vista, a “luta antimanicomial se inscreve numa tradição de luta libertária que aporta aos direitos humanos a potencialidade para poderem superar uma prática que, às vezes, só tende a repetir o politicamente correto, como sustentam muitas das chamadas ONGs dos direitos humanos”. E provoca: “A questão é detectar em cada época e em cada lugar onde está o manicômio.

A exclusão, a reclusão, ou o crime que a luta antimanicomial denuncia estão hoje, mais do que em loucura, no gatilho fácil, na brutalidade e na marginalidade que condena milhares de jovens, os crackeiros, os sem-trabalho, os milhões de desocupados jovens que em países colonizados e colonizadores já parecem condenados a não terem nenhum futuro”.

Osvaldo Saidon é médico, psicanalista e professor universitário, natural da Argentina. Tem desenvolvido trabalhos de análise institucional no Brasil, Argentina, Uruguai, Bolívia e Nicarágua. Viveu no Brasil entre 1976 e 1988. De sua produção bibliográfica, destacamos *Prácticas grupais: La escena institucional e clínica y sociedad. Esquizoanálisis*.

Confira a entrevista.

IHU On-Line - Lutar por uma sociedade sem manicômios é lutar pelos direitos humanos? Por quê?

Osvaldo Saidon - Gostaria de inverter a pergunta, pois isso me permitiria responder melhor o que penso dessa relação. A pergunta seria então: lutar pelos direitos humanos é lutar por uma sociedade sem manicômios? Melhor seria, então, dizer que a luta antimanicomial permite à defesa dos direitos humanos ter questões concretas de luta e evitar cair numa defesa às vezes demasiado generalista, ou abstrata, dos direitos humanos, que pode deixar inadvertidas as injustiças de classe – as questões coloniais e a denúncia dos crimes que o império perpetra, com sua política não somente belicosa, senão cultural e econômica. A luta antimanicomial se inscreve numa tradição de luta libertária que aporta aos direitos humanos a potencialidade para poderem superar uma prática que, às vezes, só tende a repetir o politicamente correto, como sustentam muitas das chamadas ONGs dos direitos humanos.

Na Argentina o trabalho das mães e dos filhos da Praça de Maio¹ tem sempre alentado a luta antimanicomial e isso tem sido parte, muitas vezes, de sua incorreção política em relação às instituições. Essa incorreção é a que lhes tem dado o nome de “loucas da Praça de Maio” e, com isso, a potência que continuam desdobrando.

IHU On-Line - Qual é a importância da prática psicoterapêutica e psi-

1 Mães da Praça de Maio: mulheres que se reúnem na Praça de Maio, Buenos Aires, para exigirem notícias de seus filhos desaparecidos durante a ditadura militar na Argentina (1976-1983). Alguns pais, considerados subversivos, tiveram seus filhos retirados de sua guarda e colocados para a adoção durante os cinco anos de ditadura. Quando acabou a ditadura, muitos filhos estavam sob guarda de famílias de militares. Ainda hoje, todas as quintas-feiras, as mães realizam manifestações na Praça de Maio, em frente à Casa Rosada, buscando manter o desaparecimento de seus filhos vivo na memória de todos os lisboetas: Assirio & Alvim, 1966 argentinos. (Nota da **IHU On-Line**)

canalítica na desinstitucionalização da loucura?

Osvaldo Saidon - A prática psicoterapêutica tem mudado sua implicação nos processos de desinstitucionalização segundo as épocas e os lugares onde se tem desenvolvido. Tem havido uma diferença de tempo e lugar entre o sucedido no Brasil, na França e na Argentina, considerando-se os três países onde a prática psicanalítica tem tomado um desdobramento importante na saúde pública. Desde o final dos anos 1960, a psicanálise, na Argentina, participava ativamente em projetos de reforma psiquiátrica e de humanização da prática hospitalar. Os grupos operativos, a experiência de serviços de saúde mental em hospitais públicos, a politização de amplos setores de profissionais e a ruptura por razões ideológico-políticas da Associação Psicanalítica foram difusores de uma prática que, de fato, questionou os institutos e instituídos desse momento. Muitos do que tiveram de se exilar nos anos 1970 levaram essas propostas a vários lugares,

onde encontraram maior ou menor repercussão.

No Brasil o processo de maior compromisso social e de crítica institucional dos psicanalistas somente começou com a volta dos exilados brasileiros que realizaram sua formação na França e com a associação que nós, psicanalistas de esquerda chegados da Argentina junto de colegas mais politizados do Rio, de São Paulo e Belo Horizonte, conseguimos desenvolver.

Na Europa, por outro lado, a luta antimanicomial ou anti-institucional, ligada de certo modo aos movimentos de anticultura emergentes do maio francês, se desenvolveu através de uma discussão sobre a prática e a teoria psicanalítica. Citemos os trabalhos de Basaglia, a rede de antipsiquiatria, a crítica institucional de Lourau e Lapassade, as contribuições definitivas que traz a *História da loucura*, de Foucault, e o *Anti-Édipo*² de Deleuze³ e Guattari⁴, ou os trabalhos de Castel sobre o psicanalismo.

Era pós-manicomial

Esses estudos nos surpreenderam “com a mão na massa”. Estavam se desenvolvendo uma infinidade de experiências, tratamentos e projetos que questionavam as instituições, mas que tinham uma forte marca psicanalítica. Poucos se atreveram a assumir os desafios que nos propunham, por um

2 *O anti-édipo: capitalismo e esquizofrenia* (Lisboa: Assirio & Alvim, 1966). (Nota da IHU On-Line)

3 Gilles Deleuze (1925-1995): filósofo francês. Assim como Foucault, foi um dos estudiosos de Kant, mas tem em Bergson, Nietzsche e Espinosa, poderosas interseções. Professor da Universidade de Paris VIII, Vincennes, Deleuze atualizou ideias como as de devir, acontecimentos, singularidades, conceitos que nos impelem a transformar a nós mesmos, incitando-nos a produzir espaços de criação e de produção de acontecimentos-outras. (Nota da IHU On-Line)

4 Pierre-Félix Guattari (1930-1992): filósofo e militante revolucionário francês. Colaborou durante muitos anos com Gilles Deleuze, escrevendo com este, entre outros, os livros *Anti-Édipo. Capitalismo e Esquizofrenia* e *O que é Filosofia?* Dotado de um estilo literário incomparável, é, de longe, um dos maiores inventores conceituais do final do século XX. Esquizoanálise, transversalidade, ecosofia, caosmose, entre outros, são alguns dos conceitos criados e desenvolvidos pelo autor. (Nota da IHU On-Line)

“Desde o final dos anos 1960 a psicanálise, na Argentina, participava ativamente em projetos de reforma psiquiátrica e de humanização da prática hospitalar”

lado, a antipsiquiatria de Basaglia ou as experiências de Cooper⁵. Por outro lado, a contundência e o fio teórico que trazia o *Anti-Édipo* de Deleuze e Guattari dividia águas e era impossível evitar o enfrentamento com um lacanismo que vinha com seus foros renovados salvar a institucionalização da psicanálise, o que terminava por produzir uma exclusão de toda proposta social ou política no campo da prática psicoterapêutica.

Franco Basaglia costumava dizer que alguns psicanalistas argentinos são uma raridade, já que foram os que mais se identificaram com as propostas antipsiquiátricas nos anos 1970. Ou seja, mais do que ver quais as correntes da psicanálise que mais contribuíram aos processos de desinstitucionalização na saúde mental, podemos afirmar que o papel dos “psi” dependeu – e creio que assim continua – do compromisso social que assumiram ou assumam em seu tra-

5 David Cooper (1931-1986): médico e psiquiatra sul-africano. Atuou na Inglaterra. Representante da corrente antipsiquiátrica, denunciou a psiquiatria oficial, que considerava submetida às necessidades da sociedade. (Nota da IHU On-Line)

balho e na defesa do hospital público frente às corporações da saúde.

Na atualidade, as relações entre saúde mental e direitos humanos seguem tendo que encarregar-se dessa contradição. Constatamos ainda o avanço e a contrarreforma que hoje voltam a impulsionar os setores biólogos da psiquiatria, em muitos casos com alianças com institutos psicanalíticos de diverso signo. Nesse sentido, me parece importante renovar o debate teórico em relação aos conceitos que suscitam uma proposta antimanicomial, para não deixá-la limitada à questão de fechamento, ou não, de manicômios, e para que enfrente os desafios de uma época que já poderíamos chamar de pós-manicomial.

IHU On-Line - Quais são os horizontes que se abrem, a partir do trabalho na clínica, no diálogo entre a razão e a loucura?

Oswaldo Saidon - Esta pergunta dá pé para ampliar um pouco as referências que fazíamos à retomada psicanalítica que se deu a partir dos anos 1980 no campo da saúde mental e a qual se tenta legitimar por um paradigma que se qualifica a si mesmo de científico. Este fundamenta o seu acionamento, tanto em matemas ou tempos lógicos como nas investigações neurocientíficas que os laboratórios avalizam através de medicamentos psicotrópicos de última geração.

Se a isso se referem quando falam da razão frente à desrazão, a uma produção de verdade que se considera asséptica, neutra e definitiva, então a loucura, ao opor-se, é somente desordem e caos. Se por loucura, como por razão, entendemos produções subjetivas datadas, mutantes e marcadas por processos opostos, porém complementares, participando de algo comum - o da instituição que os alberga -, abrimos outras possibilidades de pensar... Em definitivo, razão e loucura são uma mescla produtora de obras as mais diversas e com potencialidades criacionistas sempre vigentes. Ninguém é louco 24 horas por dia, nem racional ou razoável o dia inteiro. Por isso não vejo por que opor razão e loucura. Basta ver o esforço vão que os grandes obsessivos fazem em discriminar razão e caos, o que termina por aumentar suas dúvidas ao infinito.

IHU On-Line - A “escuta de si” seria uma forma adequada de compreendermos o campo de trabalho da psicoterapia e da psicanálise?

Oswaldo Saidon - Prefiro falar de sucesso, de evento, de acontecimento, mais do que de escuta de si. É melhor convocar um “para fora”, mais do que um a “si mesmo” que pode ser enganoso e reiterar-nos nesse narcisismo tão bem-vindo nestes modelos individualistas e neoliberais, como se diz hoje...

Jung⁶, citado por Thomas Mann⁷, diz, referindo-se a Freud⁸ num prólogo que escreveu Ulloa⁹ - já veem quantos encontros, quantos entres: “Resulta muito mais direto e evidente, em verdade mais impressionante por sua carga emotiva, observar o que me sucede, do que observar o que faço”. Essa ênfase no que sucede agrada-me lê-lo

6 Carl Gustav Jung (1875-1961): psiquiatra suíço. Colega de Freud, estudou medicina e elaborou estudos no campo da psicologia, discutindo os conceitos de introversão e extroversão. (Nota da IHU On-Line)

7 Thomas Mann (1875 - 1955): romancista alemão, considerado como um dos maiores do século XX. Recebeu o prêmio Nobel da Literatura em 1929. Foi o irmão mais novo do romancista Heinrich. Ganhou repercussão internacional, aos 26 anos, com sua primeira obra, *Os Buddenbrooks* (*Buddenbrooks*), romance que conta a história de uma família protestante de comerciantes de cereais de Lübeck ao longo de três gerações. (Nota da IHU On-Line)

8 Sigmund Freud (1856-1939): neurologista e fundador da Psicanálise. Interessou-se, inicialmente, pela histeria e, tendo como método a hipnose, estudava pessoas que apresentavam esse quadro. Mais tarde, interessado pelo inconsciente e pelas pulsões, foi influenciado por Charcot e Leibniz, abandonando a hipnose em favor da associação livre. Estes elementos tornaram-se bases da Psicanálise. Freud, além de ter sido um grande cientista e escritor, realizou, assim como Darwin e Copérnico, uma revolução no âmbito humano: a ideia de que somos movidos pelo inconsciente. Freud, suas teorias e o tratamento com seus pacientes foram controversos na Viena do século XIX, e continuam muito debatidos hoje. A edição 179 da IHU On-Line, de 08-05-2006, dedicou-lhe o tema de capa sob o título *Sigmund Freud. Mestre da suspeita*, disponível para consulta no link <http://migre.me/s8jc>. A edição 207, de 04-12-2006, tem como tema de capa *Freud e a religião*, disponível para download em <http://migre.me/s8jF>. A edição 16 dos *Cadernos IHU em formação* tem como título *Quer entender a modernidade? Freud explica*, disponível para download em <http://migre.me/s8jU>. (Nota da IHU On-Line)

9 José Manuel de los Reyes Gonzáles de Prada y Ulloa (1844-1918): escritor e filósofo peruano. (Nota da IHU On-Line)

“Ninguém é louco 24 horas por dia, nem racional ou razoável o dia inteiro. Por isso não vejo por que opor razão e loucura”

como um sublinhado do sucesso do acontecimento, não só no sentido de uma autoanálise, a qual seguramente se refere em Freud, mas também como um elogio do acontecer, do desejo que transporta. Marca-se, assim, uma preponderância do acontecimento sobre a representação.

IHU On-Line - Abandonar o “monólogo” da razão sobre a loucura e oportunizar que o sujeito se interrogue e fale sobre suas vivências é uma forma de “insubmissão” desse sujeito? Por outro lado, como se apresentam as relações de poder intrínsecas a esse processo de saber e de poder na clínica?

Oswaldo Saidon - Essa é a questão mais complicada sobre a qual deveríamos interrogar-nos todos os dias e em cada sessão, com cada paciente na coordenação dos grupos no momento de uma demanda institucional. Todavia, é uma questão que está talhada e esculpida impregnando nossas relações institucionais, as relações com nossos colegas, os atravessamentos na conjugalidade na família, na relação com os filhos, no modo de fazer política, na relação que estabelecemos com as normas, ou em como gastamos o nosso dinheiro. Por que então agarrá-la somente com o diálogo psicanalítico, como se, ao não fazer psicanálise, estivéssemos então a salvo ou prevenidos contra todas as misérias que as jogadas do poder nos impõem em todos esses espaços?

Vimos recuperando na clínica a ideia de parrésia¹⁰, a qual dá conta das relações entre verdade e coragem, necessárias para fazer frente à retórica complacente que propiciam certas ideologias no campo “psi”. As análises brandas que ultimamente parecem dar-se bem com a neuropsiquiatria dominante são um exemplo de como a adulação e a sedução vêm substituindo a clássica atitude média anti-pática e distante do psicanalista. Falamos de um tipo estranho de amizade, onde dizer o que se pensa apesar dos interesses e das conveniências seja não apenas um valor, mas também uma estratégia para contraefetuar a ação mediocrizante da comunicação que propicia a mídiã. Entendemos assim uma clínica alegre frente ao que às vezes chamamos uma clínica do ressentimento.

IHU On-Line - Em que medida a luta antimanicomial dá voz ao discurso do diferente, do desviante, daquele que não está inscrito na norma?

Oswaldo Saidon - Os resultados nos mostram momentos melhores e piores, êxitos e fracassos nesse sentido. A questão é detectar em cada época e em cada lugar onde está o manicômio. A exclusão, a reclusão, ou o crime que a luta antimanicomial denuncia estão hoje, mais do que em loucura, no gatilho fácil, na brutalidade e na marginalidade que condena milhares de jovens, os crackeiros, os sem-trabalho, os milhões de desocupados jovens que em países colonizados e colonizadores já parecem condenados a não terem nenhum futuro. Sempre foi uma questão central saber como dar voz ao diferente. É por isso que vale a pena insistir na criação e invenção dos dispositivos que permitam a expressão do desviante. Creio que entre outras coisas a isso se referia Guattari na última época, quando insistia no paradigma estético. No entanto, a questão das redes sociais e da internet em geral é um desafio à criação de novas formas de expressão, ao mesmo tempo em que gerou

10 Parrésia: na retórica, parrésia é descrita como franqueza, confiança ou ousadia para falar em público. A palavra grega é frequentemente usada para descrever certos diálogos atribuídos a Jesus Cristo no Novo Testamento. (Nota da IHU On-Line)

enorme atraso na implicação social de grandes grupos. É por isso que a luta antimanicomial oferece hoje grandes subsídios teóricos e práticos para repensar a questão da marginalidade, da transgressão e da subversão social. Da mesma forma, o debate sobre a democracia direta, os modos autogestionais de organização, a autodeterminação, em definitivo, tem muito a obter dos estudos que suscitou a luta antimanicomial.

IHU On-Line - Empreender uma reforma psiquiátrica é empreender, sempre e novamente, um trabalho crítico cujo horizonte é a liberdade? Por quê?

Oswaldo Saidon - O esforço de empreender novamente é um resultado da incrível resistência que volta a ter a reforma psiquiátrica, inclusive quando parecia mais consolidada. Isso se deve - além dos interesses econômicos que afeta - não tanto a que o avanço da ciência, entre aspas, esteja mais atraído por sua submissão ao Estado e ao poder dominante, mas sim ao empenho de impulsionar forças inovadoras e revolucionárias. A ciência se comporta de modo muito parecido às religiões monoteístas e cada vez é mais chamativo ver como o ateísmo, que parecia ser uma bandeira dos cientistas positivistas do século passado, já é esquecido e é frequente ver os homens de ciência com uma Bíblia, um crucifixo ou uma versão do Corão entre suas mãos.

IHU On-Line - Sob quais aspectos o adoecimento mental do sujeito também reflete o tipo de sociedade, capitalista e excludente, na qual vive e o modelo de saúde/doença imposto?

Oswaldo Saidon - Essa afirmação é forte e não deve fazer cair numa resposta sociológica para uma questão como a do sofrimento que funda suas raízes na própria existência, com toda a complexidade à qual nos convoca. Nunca fomos muito afetados por uma ideologia do sucesso e da felicidade, tão difundida pelo marketing televisivo e que inunda a comunicação social. Os trabalhos sobre produção de subjetividade e os desenvolvimentos da análise institucional têm se encarregado dessa problemática. Agora

não posso mais do que recordar que o *Anti-Édipo* de Deleuze e Guattari anunciava sua proposta no subtítulo “Capitalismo e esquizofrenia”.

IHU On-Line - O que é, hoje, doença mental e normalidade?

Oswaldo Saidon - Com certo esforço, poderia dizer o que é enfermidade mental. Porém, sobre normalidade não tenho quase nenhuma ideia. Enfermidade mental hoje é, em primeiro lugar, algo que já se nos apresenta mesclado, barroso. Não existe uma enfermidade pura, um diagnóstico único. Os pacientes se nos apresentam com suas características mescladas com os processos de tratamento que um ou outro modelo impõe aos sujeitos. Não se observa uma aura, uma origem da enfermidade. Seu desenrolar já vem gerida por tratamentos medicamentosos e/ou pela assistência em escolas, hospitais, gabinetes psicoterapêuticos, grupos de autoajuda. É por isso que, hoje, não concebemos uma clínica senão a partir de ser tomada em conta a dimensão institucional.

IHU On-Line - De que modo a vivência brasileira e o contato com Cláudio Ulpiano e Cecília Coimbra marcam sua trajetória e concepções acerca da luta antimanicomial?

Oswaldo Saidon - O contato com Cláudio Ulpiano¹¹ e Cecília Coimbra¹²

11 **Claudio Ulpiano** (1932-1999): filósofo e professor brasileiro, nascido em Macaé, cidade do norte fluminense, e criado no Rio de Janeiro, então Distrito Federal. Claudio foi especialista no pensamento dos estoicos, de Espinoza, Bergson e Deleuze, que ensinava em aulas magistrais na Universidade do Estado do Rio de Janeiro e na Universidade Federal Fluminense. A partir de 1980 e até falecer, organizou diversos grupos de estudo independentes do ambiente acadêmico, muito frequentados por estudantes de filosofia, cientistas, músicos, artistas plásticos, atores e todo tipo de público. (Nota da IHU On-Line)

12 **Cecília Coimbra**: presidente do Grupo Tortura Nunca Mais (www.torturanunca-mais-rj.org.br), do Rio de Janeiro. Aproximou-se do Movimento Revolucionário 8 de Outubro - MR8 e iniciou a graduação em Psicologia. É professora aposentada, porém mantendo vínculo com o Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal Fluminense - UFF. Interessada no nexo que une a psicologia à ditadura, afirma que não se trata de acaso o fato desta ciência e da psicanálise terem se desenvolvido tanto em nosso país no período autoritário. Ex-integrante do Conselho Regional de Psicologia, foi presidente da Comissão

vai muito além das questões relacionadas à prática antimanicomial. Esta questão me trouxe à memória uma linda recordação. Cláudio me presenteou uma edição da editora Fondo de Cultura Econômica, em espanhol, de *A história da loucura*, de Foucault. Creio que se referiu, naquele dia, à ideia foucaultiana de a loucura como falta de ação - depois disso nunca escutei nada de Cláudio em relação à atividade antimanicomial. Suas aulas eram uma “contraefetivação” a qualquer tipo de estigmatização, de diagnóstico preconcebido; eram sempre um modo de aventurar-se no pensamento, e seria muito lindo que este espírito pudesse estar sempre presente na luta antimanicomial. Na realidade, quando chegavam amigos de fora ao Rio de Janeiro, levava-os a visitar o Corcovado ou aos shows de chorinho. Nós os levávamos às aulas de Cláudio e sempre era um episódio emocionante. Já veem: ali loucura e razão não se opunham, elas se potenciavam.

Cecília Coimbra permitiu-nos habitar um postulado de coerência. Soube pôr em todo momento, com sua crítica e sua militância, um freio às concessões que nós profissionais estamos sempre dispostos a outorgar. Nesse sentido, pensando na pergunta feita, seu modo de pensar e de operar influenciou enormemente na persistência da crítica à prática e às teorias “psi” e à violência que se realiza através delas. Se alguém consolidou a relação entre seres humanos e saúde mental de um modo singular, é Cecília - e é ela que nos permite falar de uma escola brasileira nesse campo. Que lindo terminar esta entrevista junto de Claudio e Cecília. Penso que muitos “entre” ainda estão aguardando entre nós.

Nacional de Direitos Humanos do Conselho Federal de Psicologia. À frente do Tortura Nunca Mais, trava batalha incessante em nome da verdade e da memória de um período sombrio de nossa história. Confirma a entrevista *As marcas indelévels da tortura*, que concedeu à edição 358 da revista *IHU On-Line*, de 18-04-2011, disponível em <http://bit.ly/h1G6B>. (Nota da IHU On-Line)

A luta antimanicomial como uma luta cultural

Para Massimo Canevacci, ninguém é totalmente normal, e a questão da doença mental não pode ser compreendida como somente um problema médico. É algo legitimado culturalmente, assegura. E é preciso examinar a questão através de “indisciplinas”, e não mais por uma disciplina isolada

POR MÁRCIA JUNGES

“O que se entende por ‘loucura’ não se pode definir objetivamente. Quem é normal? E quem é anormal?”, questiona o filósofo e antropólogo italiano Massimo Canevacci. E completa: “É impossível dizer que uma pessoa é sempre totalmente normal. A expansão da comunicação digital é um exemplo. A identidade nunca mais é unitária, compacta, sempre idêntica a si mesma”. Sobre a questão da medicalização da doença mental e de técnicas violentas como o eletrochoque, constata: “o problema não é, e nunca foi, só médico. Sempre foi também legitimado por uma cultura popular que aceitava este tipo de tecnologia como a única apta para resolver problemas intrafamiliares que causavam vergonha, medo etc. E a luta antimanicomial sempre foi e sempre será também uma luta cultural”. Segundo Canevacci, “uma disciplina isolada não pode mais penetrar e resolver esta tensão entre loucura e sanidade. Precisamos de ‘indisciplinas’. Uma ‘indisciplina’ focalizada sobre esta questão da ‘normalidade anormal’ é fundamental”. Em seu ponto de vista, o poder simbólico e coercitivo exercido nos hospitais

psiquiátricos transcende as fronteiras da instituição, abarcando estruturas políticas, econômicas e religiosas, “muito frequentemente incorporado como valor na visão de muitas pessoas ‘normais’”. Em última instância, a luta antimanicomial precisa ser compreendida num contexto expandido da criação de “uma visão da democracia progressiva”. As declarações fazem parte da entrevista concedida por e-mail à **IHU On-Line**.

Massimo Canevacci é doutor em Letras e Filosofia pela Universidade Degli Studi di Roma La Sapienza – URS, na Itália, de onde é natural. Leciona antropologia cultural, arte e culturas digitais nessa mesma instituição e é professor visitante na Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC. Publicou vários trabalhos sobre a realidade brasileira. É autor de livros como *Antropologia da comunicação visual* (Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2001), *Fetichismos visuais* (São Paulo: Atelier Editorial, 2008) e *Antropologia do cinema* (São Paulo: Editora Brasiliense, 1990), *Fake in China* (Maceió: Edufal, 2011).

Confira a entrevista.

IHU On-Line – Como percebe o exercício do poder psiquiátrico em nossa sociedade?

Massimo Canevacci – A psiquiatria parece-me sempre mais dividida em diferentes e, às vezes, contrastantes correntes. A tradicional psiquiatria “medicalizada”, isto é, que usa como principal instrumento de cura o produto farmacológico, em parte mudou. As novas gerações de fármacos não são mais como aqueles de 20 ou 30 anos atrás. E isso é um bem. Ao mes-

mo tempo, esta corrente exercita seu paradigma tradicionalmente recluso no próprio lugar mais ou menos fechado, separado do contexto mais amplo e, por isso, isola a doença e cura este específico problema. O caso é que mudou profundamente a etiologia destes tipos de doenças. Mudou a família, o gênero, o trabalho, o território e, ainda mais, a comunicação e o consumo. Por isso as relações entre psiquiatria e outras ciências humanas são fundamentais, especificamente com o méto-

do da etnografia, que sempre menos pertence só à antropologia cultural e se difunde e aplica criativamente na pesquisa empírica. A minha sugestão é que, depois da inicial experimentação entre etnografia e psiquiatria, a etnopsiquiatria, baseada muito nas questões “étnicas”, agora precisa se esforçar para ser aplicada no contexto atual que, como acenado, é sempre mais determinado pela comunicação e pelo consumo. E por uma tendência a pluralizar a clássica “identidade”.

IHU On-Line – Por que ainda existem hospitais psiquiátricos? O que justifica sua existência?

Massimo Canevacci – Depois da reforma, baseada principalmente no pensamento pragmático de Basaglia, na Itália a lei n. 180 é ainda parcialmente aplicada, dependendo da região e, às vezes, de cidade. Penso que a existência deste tipo de hospitais tende a desaparecer. É questão de tempo e de ter uma sensibilidade específica contextual: às vezes algumas pessoas depois de viverem 30 ou 40 anos reclusas não conseguem viver fora. Por isso a lei precisa de um período aplicado, empiricamente e localmente focalizado. A lei n. 180 não pode ser “a” lei geral de aplicar em qualquer lugar na hora. Mas o processo é iniciado e precisa ser finalizado fechando o quanto antes possível o último hospital psiquiátrico para mudá-lo – como o Monte Mario, em Roma, um centro cultural e também um “museu” da história da psiquiatria.

IHU On-Line – Como a luta antimanicomial se coloca na construção de uma sociedade mais inclusiva e democrática?

Massimo Canevacci – Pergunta fundamental. O assunto básico é o seguinte: não se pode isolar a luta antimanicomial do contexto geral e da criação de uma visão da democracia progressiva. A progressividade da democracia significa que este conceito não é histórico, mas baseado sobre a mudança. Por isso, talvez prefiro utilizar a palavra “pública”: a “coisa” (*res*) é pública e isso significa desenvolver o conceito de “publicidade” numa direção não coletiva, mas baseada sobre os direitos individuais de uma minoria irredutíveis à maioria da população. O problema da saúde mental ou corpo-mental (gosto de usar a expressão *mindful body*, no sentido de um corpo cheio de mentes) é problema da expansão do público como direito irrevogável de cada pessoa. Lutar por esta expansão pública, da coisa pública, significa criar uma constituição progressiva que nunca pode acabar, porque sempre precisa enfrentar o mal estar de cada cidadão.

“Não se pode isolar a luta antimanicomial do contexto geral e da criação de uma visão da democracia progressiva”

IHU On-Line – Até a reforma de Tuke¹ e Pinel², os hospitais psiquiátricos exerciam seu poder sobre o corpo dos pacientes através da violência. Com o fim da internação clássica e o surgimento da camisa de força química, a violência vem através do silenciamento, da apatia. Como percebe a medicalização da doença mental?

Massimo Canevacci – Em parte já respondi a esta pergunta. Penso, e aqui quero escutar pessoas mais competentes do que eu, que estamos assistindo a uma nova geração de fármacos que são pesquisados somente porque uma luta contra a tecnologia de “violência legitimada e cientificizada” (eltetrochoque, etc.) ganhou força. Por isso a reforma Tuke e Pinel mudou e continua mudando a pesquisa farmacológica no sentido progressivo. Isso significa que as novas medicações, se funcionam, funcionam porque uma parte avançada entre psiquiatras, psicanalistas, psicólogo/as e pesquisadores de outras disciplinas puxou na direção da pesquisa, de uma pesquisa

1 **Samuel Tuke** (1784-1857): psiquiatra inglês. (Nota da IHU On-Line)

2 **Philippe Pinel** (1745-1826): médico francês, considerado por muitos o pai da psiquiatria. Notabilizou-se por ter considerado que os seres humanos que sofriam de perturbações mentais eram doentes e que, ao contrário do que acontecia na época, deviam ser tratados como doentes, e não de forma violenta. Foi o primeiro médico a tentar descrever e classificar algumas perturbações mentais. (Nota da IHU On-Line)

sempre menos “objetiva” e sempre mais orientada pelo sujeito. Ao mesmo tempo quero sublinhar que o uso daquela tecnologia era legitimado por um “senso comum”, isto é, da uma penetração hegemônica na cultura da maioria das pessoas, que esta ciência médica era a única legítima para “educar” ou “melhorar” este tipo de doença. Aqui penetramos num lado obscuro que pertence à visão bem profunda nas culturas populares, no sentido mais amplo, sobre o significado simbólico da doença mental. Por isso quero sublinhar de novo com força que o problema não é, e nunca foi, só médico. Sempre foi também legitimado por uma cultura popular que aceitava este tipo de tecnologia como a única apta para resolver problemas intrafamiliares que causavam vergonha, medo etc. E a luta antimanicomial sempre foi e sempre será também uma luta cultural. Uma luta progressiva contra os preconceitos difundidos popularmente e que constituem a legitimação de um poder médico separado.

IHU On-Line – Qual é a fronteira que separa a loucura da sanidade numa sociedade como esta em que vivemos: globalizada, segregatória e excludente?

Massimo Canevacci – Esta é uma pergunta da um milhão de dólares, euros e reais. O que se entende por “loucura” não se pode definir objetivamente. Quem é normal? E quem é anormal? É uma pergunta básica que não pode ser resolvida por uma disciplina só, autônoma em si mesma, separada das outras. Uma minianormalidade, por dizer assim, é difundida em qualquer pessoa. É impossível dizer que uma pessoa é sempre totalmente normal. A expansão da comunicação digital é um exemplo que citei no início. A identidade nunca mais é unitária, compacta, sempre idêntica a si mesma. As identidades entre cada sujeito são sempre mais flutuantes, pluralizadas, fragmentadas e coabitantes no próprio eu. Ou melhor, nos próprios *eus*. Eu quero sublinhar o lado progressivo destas identidades flutuantes no corpo mental de cada indivíduo. Um ser a quem prefiro chamar mais de chamar “multívíduo”, uma multidão de *eus* entre o mesmo

sujeito. Nesse sentido, a globalização é sempre também uma localização: ou são culturas *glocais*. O glocal significa um cruzamento constante dos dois processos que cada pessoa, cultura ou fragmento pode elaborar criativamente. Eu gosto de sublinhar a potencialidade libertadora do processo glocal. E, ao mesmo tempo, quero afirmar que uma disciplina isolada não pode mais penetrar e resolver esta tensão entre loucura e sanidade. Precisamos de “indisciplinas”. Uma “indisciplina” focalizada sobre a questão da “normalidade anormal” é fundamental.

IHU On-Line – Quem é “louco” e quem é “são” em nossa sociedade? Qual é o limite existencial e clínico que separa essas duas categorias?

Massimo Canevacci – O limite é de cada pessoa. E a sensibilidade do clínico está no reconhecer o descenramento da sanidade, a zona limítrofe opaca, que é difícil de determinar e quase impossível de classificar. Por isso o médico precisa constantemente se “indisciplinar” cruzando e favorecendo veredas entre o que está mudando nas culturas pluralizadas e fragmentadas contemporâneas. Aprender a escutar contos individuais que às vezes antecipam comportamentos culturais ainda percebidos como “minoritários” ou “desviantes”, ou talvez “insanos”, mas que apresentam o mal estar de viver no sentido de uma criatividade perturbativa.

IHU On-Line – Se, por um lado, o hospital psiquiátrico é o emblema de um poder simbólico e coercitivo, além de violento, a vida fora dele também tem suas pressões pelo enquadramento do sujeito em determinada norma – uma realidade inescapável. A partir disso, qual é o espaço para as pessoas exercerem sua autonomia?

Massimo Canevacci – Esta é a pergunta das perguntas. O poder simbólico e coercitivo não acaba no limite daquilo que era o hospital psiquiátrico. A violência de um poder historicamente determinado é difundida não somente nas estruturas políticas, econômicas ou religiosas. Muito frequentemente é incorporado como *valor* na visão de muitas pessoas, pessoas “normais” justa e problematicamen-

“A reforma Tuke e Pinel mudou e continua mudando a pesquisa farmacológica no sentido progressivo”

te, que olham múltiplos aspectos das diversidades, diversidades em relação a alguns parâmetros que são sempre históricos, como medo, horror, inquietude, ânsia, perplexidade. Às vezes, são projeções de uma angústia pessoal escondida e que se apavora na manifestação pública. Quero dizer que a “loucura” ou “desviação” penetra na interioridade de uma pessoa “normal” e coloca em crise a sua própria estabilidade, o controle difícil sobre a monotonia da quotidianidade, uma possível falência da própria existência, problemas familiares não resolvidos. Então, são inúmeros os estigmas experimentados na própria vida pessoal, que são mais ou menos controlados e que podem explodir na frente de uma pessoa irregular do ponto de vista do “regular”. A assim dita “realidade” é sempre parcialmente determinante, seja pelo mal-estar introjetado, seja pela sensação horrível de que essa mesma “realidade” apresenta uma doença agregada, por dizer assim, que se torna mais poderosa e incontrolável produzindo uma heteronímia subjetiva.

Nesse sentido, o conceito de autonomia, isto é, que cada pessoa cria e transforma o seu próprio destino, é o desafio no qual um contexto mais amplo se inclui entre a fantasmagoria corpo-mental de cada pessoa. Uma novela, uma música, um filme, um telejornal, aquela pessoa que mora na frente ou encontra casualmente na rua pode provocar pânico incontrolável. Ser autônomo significa, para mim, favorecer um *nómos* (como lei,

regras, modelos de comportamentos *standard*, etc.) *outro*. Assim, paradoxalmente, a autonomia de cada pessoa penetra e “deseja” a heteronímia, no sentido de lei/regra/modelo, ou seja, outros em relação àquele culturalmente aceitado. Ser heterônomo, assim, não significa ser dependente pelo juízo externo. Pelo contrário, afirmar a própria alteridade (*hetero*) como legítima e como legitimação de um processo mais amplo onde o que é diferente – o Outro – enquanto diferente exprime um direito pluralizado, não conforme ou geral. Só o direito da diferença pode legitimar uma constituição progressiva. Isso significa não só aceitar, mas desejar quem é diferente, e por isso é idêntico.

IHU On-Line – Nietzsche e Foucault compreendiam a loucura como experiência originária, silenciada pela razão e seu “monólogo”. A loucura guarda, em si, uma verdade que a razão, através do saber médico, trata de encobrir?

Massimo Canevacci – Essa pergunta é difícil. Nietzsche experimentou uma “loucura” não originária, mas que cresceu e penetrou no corpo da sua filosofia talvez para ter olhado além demais. O além do homem (o *Übermensch*) é um “divíduo”, sem o “in” inicial que apresenta a indivisibilidade do sujeito como fundação do indivíduo. *Divíduo*, dividir e *esquizo* são próximos. Ele aceitou percorrer este itinerário a arriscar a viver os instintos na sua própria “sanidade”. Em parte, a força de seu pensamento era, e ainda é, conectada a um explorar o *além*. O arriscar o além. Talvez eu esteja tentando apresentar o conceito de *multivíduo* como uma tentativa de manifestar a multiplicidade do *divíduo*, isto é, dos *eus* como plural de eu (que não seria nós). Praticar as diferenças da minha identidade que não quer ser sempre idêntica a si mesma, viver identidades pluralizadas na própria multividualidade, onde os *eus* transbordam sem (espero!) causar a regressão à esquizofrenia. Eu acho que Basaglia interpretou e praticou Nietzsche. A razão (como Adorno³ e

3 Theodor Wiesengrund Adorno (1903-1969): sociólogo, filósofo, musicólogo e compositor, definiu o perfil do pensamento

Horkheimer⁴ refletiram na *Dialética do iluminismo*) não se pode contrapor ao mito, instinto, desejo etc. Aqui se abre um discurso mais complexo.

IHU On-Line – Com os leprosários esvaziados, ao fim da Inquisição, seus novos habitantes passaram a ser os loucos, os “leprosos morais”. Como compreender a aura quase mística que gravita em torno da loucura?

Massimo Canevacci – Em muitas culturas, o sujeito que será definido como “louco” apresenta algumas características além da normalidade e, por isso, penetra no sagrado. E o sagrado não deveria ser confundido com a religião. Pelo contrário: a experiência mística é parte de visões praticadas em muitas culturas, por exemplo, o transe. Para enfrentar o invisível (a morte, a doença, a natureza), o sujeito que pratica a viagem mística não pode ser percebido como “normal”. O sagrado está nele. E o sagrado é muito perigoso. Aqui se abre o discurso sobre a crise do Pajé nas aldeias e, ao mesmo tempo, a proliferação de pseudomagos nas cidades, *sanguessugas das almas*, que instrumentalizam o descontrolo da morte ou do amor.

IHU On-Line – Qual é o papel que a “ditadura da beleza”, o imperativo do consumo e da obrigatoriedade em ser alguém bem sucedido exercem sobre a saúde mental dos sujeitos?

alemão das últimas décadas. Adorno ficou conhecido no mundo intelectual, em todos os países, em especial pelo seu clássico *Dialética do Iluminismo*, escrito junto com Max Horkheimer, primeiro diretor do Instituto de Pesquisa Social, que deu origem ao movimento de idéias em filosofia e sociologia que conhecemos hoje como Escola de Frankfurt. Sobre Adorno, confira a entrevista concedida pelo filósofo Bruno Pucci à edição 386 da Revista *IHU On-Line*, intitulada “*Ser autônomo não é apenas saber dominar bem as tecnologias*”, disponível para download em <http://bit.ly/GCSKj1>. A conversa foi motivada pela palestra *Theodor Adorno e a frieza burguesa em tempos de tecnologias digitais*, proferida por Pucci dentro da programação do Ciclo *Filosofias da Intersubjetividade*. (Nota da *IHU On-Line*)

⁴ **Max Horkheimer** (1895-1973): filósofo e sociólogo alemão, conhecido especialmente como fundador e principal pensador da Escola de Frankfurt e da teoria crítica. (Nota da *IHU On-Line*)

“Em muitas culturas, o sujeito que será definido como ‘louco’ apresenta algumas características além da normalidade e, por isso, penetra no sagrado. E o sagrado não deveria ser confundido com a religião”

A pós-modernidade inventou formas de enlouquecimento?

Massimo Canevacci – Acredito que o conceito de pós-modernidade virou sempre mais ambíguo e prefiro abandoná-lo. Claro que a comunicação, sobretudo aquela digital, favorece um modelo de beleza distante da enorme maioria das pessoas e pode criar ou aumentar o mal-estar. Não gosto também da expressão “ditadura da beleza”. O consumo para muitas pessoas é uma experiência recente. Para outras, pode ser um vício. Para outras pessoas ainda pode ser um hobby da quotidianidade. Mas, cuidado: a beleza exprime uma tendência a penetrar no além do “normal”. A beleza modifica a identidade de uma pessoa. Sempre. Ninguém pode ficar o mesmo à frente da beleza. Isso é o drama, mas

também o desafio desejante atual que nunca se resolve. A beleza é o além do estupor.

IHU On-Line – Gostaria de acrescentar algum aspecto não questionado?

Massimo Canevacci – Às vezes, as artes olhadas, praticadas, incorporadas podem ser um ótimo remédio. As artes causam doenças na medida em quem são além da doença...

Leia mais...

Confira outras entrevistas concedidas por Massimo Canevacci à **IHU On-Line**:

- *Comunicação horizontal e cidadania transitiva: a construção de um novo modelo democrático*. **Notícias do Dia** 30-08-2011, disponível em <http://migre.me/63PMA>
- *A cidadania transitiva no contexto da comunicação digital*. **Notícias do Dia** 21-07-2011, disponível em <http://migre.me/63PPd>
- *A filosofia atrás de uma muralha?* Revista **IHU On-Line** 379, de 07-11-2011, disponível em <http://bit.ly/ITlcNo>.

O nascimento do capitalismo e da internação dos excluídos

Nossa sociedade é baseada na exploração humana, e a violência é intrínseca a esse modo de produção, observa Osvaldo Gradella Júnior, e instituições como as psiquiátricas refletem tal característica. Classificação de normal ou anormal é “imposição ideológica do modelo de racionalidade burguesa”

POR MÁRCIA JUNGES

“**N**as sociedades pré-capitalistas, aptidão ou inaptidão para o trabalho não era um critério importante na determinação do normal e anormal. Serão as transformações iniciadas com o advento do modo de produção capitalista” que irão definir os critérios daqueles que deveriam ser internados, explica o psicólogo Osvaldo Gradella Júnior, na entrevista que concedeu por e-mail à **IHU On-Line**. “Nesse momento, saúde-doença passa a ser identificada como ordem-desordem, e a loucura começa a ser vista como um problema social, resolvido pela Justiça”, complementa. Segundo ele, “as instituições, em geral, reproduzem as formas de relações sociais predominantes na sociedade e, em uma sociedade que tem como base a exploração do homem pelo homem, a violência é inerente a

esse modo de produção”. De acordo com Gradella, sob a égide do capitalismo não há outra forma de lidar com os excluídos que ele mesmo se encarrega de produzir, a não ser internando-os e isolando-os. Outra temática da entrevista é o Movimento Nacional de Luta Antimanicomial, que se constrói a partir de meados dos anos 1970.

Osvaldo Gradella Júnior é graduado em Psicologia pela Universidade Federal Fluminense – UFF, mestre em Psicologia pela Fundação Getúlio Vargas e doutor em Educação pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho – Unesp com a tese *Sofrimento psíquico e trabalho intelectual do docente universitário*. Professor na Unesp, tem uma vasta experiência e trabalhos na temática de saúde mental.

Confira a entrevista.

IHU On-Line – Em que sentido a doença mental é uma produção social e histórica? Seria a doença mental um mito, como afirmou Thomas Szasz¹?

Osvaldo Gradella Júnior – Bem, dizer que a doença mental é um produto social e histórico implica compreender o momento de seu surgimento, ou seja, quando a loucura é apropriada como objeto de estudo pela medicina. Vamos lá: a loucura é objeto de preocupação dos estudiosos há muito tem-

po; foi explicada em alguns momentos pela religião e, em outros, pela magia; considerada em alguns momentos como possessão e, em outros, como benção. Até aquele momento, não havia grande mobilidade na organização social, bem como era pouco discriminativa para com as diferenças individuais. Os loucos se misturavam com os pobres, mendigos, doentes venéreos, vagabundos e criminosos que perambulavam pelos campos e locais onde se realizavam as pequenas trocas e, dessa maneira, iam sobrevivendo pela generosidade alheia. Nas sociedades pré-capitalistas, aptidão ou inaptidão para o trabalho não era um critério importante na determinação do normal e anormal. Serão as transformações iniciadas com o advento do modo de produção capitalista, ou seja, as mudanças do sistema de produção servil para um sistema de manufatura,

o início da divisão social do trabalho e do trabalho assalariado; a intensa repressão à mendicância, à vagabundagem, à ociosidade (voluntária ou não), à perturbação da paz, consideradas obstáculos para o crescimento econômico; a criação de instituições como casas de correção e de trabalho, hospitais gerais (sem função curativa); de leis e normas que buscavam limpar as cidades de mendigos e antissociais em geral, prover trabalho para os desocupados, punir a ociosidade e reeducar para a moralidade. Nesse momento, saúde-doença passa a ser identificada como ordem-desordem, e a loucura começa a ser vista como um problema social resolvido pela Justiça.

Até o século XVIII ela era objeto de estudo da Filosofia, portanto relacionada às questões da existência, às paixões e às emoções. Será o médico francês Pinel que trará para si a tutela

¹ **Thomas Stephen Szasz** (1920): psiquiatra e acadêmico húngaro, residente nos Estados Unidos. Desde 1990, é Professor Emérito de psiquiatria do Health Science Center (“Centro de Ciência da Saúde”) da Universidade do Estado de Nova Iorque (SUNY), em Syracuse. Confira, nesta edição, a entrevista especial concedida por Szasz à **IHU On-Line**: *A psiquiatria não pode ser reformada. Ela tem que ser abolida, assim como a escravidão*. O material pode ser conferido, também, no site do IHU em <http://bit.ly/JWv6P5>. (Nota da IHU On-Line)

dos “sem razão” e afirmará o direito de serem tratados e curados através dos novos conhecimentos científicos. Apontou a necessidade de um lugar apropriado para o seu tratamento, tirando-os das prisões, hospitais gerais e santas casas de misericórdia, para encerrá-los nos manicômios. Ela adquire, assim, o status de doença mental, apropriada pela medicina e tornando-se objeto de estudo científico.

Quanto a Thomas Szasz, essa afirmação contundente foi significativa para o questionamento dos diagnósticos meramente descritivos que servem somente para rotular e estigmatizar, pois não contribuem para compreender o fenômeno e nem para definir uma ação que garanta resolutividade para aqueles que sofrem. Não penso que possa ser considerada mito, pois a existência objetiva produz sofrimento em todos nós e necessita de acolhimento. Esse sofrimento é concreto e, ao desqualificar esse sofrimento, eu desumanizo o sujeito que sofre.

IHU On-Line – Partindo do caráter social e histórico atribuído à doença mental, é correto tomá-la como sinônimo de loucura? Por quê?

Oswaldo Gradella Júnior – Eu penso que não. Pinel afirmava que a loucura não era orgânica, e que também não podia ser enquadrada no modelo da ciência natural, hegemônica naquele momento histórico. Esse era o teor que dificultava a inserção da loucura na medicina. O tratamento moral utilizado por Pinel se baseava na ideia da alienação mental como uma contradição da razão e, portanto, possível de ser tratada, tanto que as alienações regrediam com esse tipo de tratamento. A alienação, no sentido de estar fora de si mesmo, impedia o sujeito de poder exercer sua liberdade em uma sociedade que se organizava sob a égide da razão. Na tentativa de criar modelos explicativos para ser aceita como ciência, será a partir da construção das unidades nosológicas de Kraepelin² que definitivamente a loucura sai do terreno do não or-

² Emil Kraepelin (1856-1926): psiquiatra alemão a quem frequentemente se credita a fundação da moderna ciência psiquiátrica, a psicofarmacologia e a genética psiquiátrica. (Nota da IHU On-Line)

“No capitalismo não se concebe outra forma de lidar com os excluídos que ele próprio produz a não ser a internação, o isolamento”

gânico, tornando-se doença mental, ou seja, deslocando o objeto da filosofia para a medicina, sem superar a discussão posta anteriormente sobre as paixões e emoções. Essa mudança implicou que o objeto de estudo da psiquiatria remete-se aos problemas causados aos indivíduos por essa nova forma de organização em que a aptidão para o trabalho é o que define o normal do anormal. Porém, no capitalismo só se apresenta o trabalho alienado que, para Marx³, só se efetivava a partir do momento em que se opera uma divisão entre o trabalho material e o trabalho intelectual. Dessa forma, realiza-se uma cisão também na consciência, cujo determinante é o trabalho, permitindo, então, que a consciência possa imaginar coisas que

³ Karl Heinrich Marx (1818-1883): filósofo, cientista social, economista, historiador e revolucionário alemão, um dos pensadores que exerceram maior influência sobre o pensamento social e sobre os destinos da humanidade no século XX. Marx foi estudado no **Ciclo de Estudos Repensando os Clássicos da Economia**. A edição número 41 dos **Cadernos IHU Ideias**, de autoria de Leda Maria Paulani tem como título *A (anti)filosofia de Karl Marx*, disponível em <http://migre.me/s7lq>. Também sobre o autor, confira a edição número 278 da **IHU On-Line**, de 20-10-2008, intitulada *A financeirização do mundo e sua crise. Uma leitura a partir de Marx*, disponível para download em <http://migre.me/s7lF>. Leia, igualmente, a entrevista *Marx: os homens não são o que pensam e desejam, mas o que fazem*, concedida por Pedro de Alcântara Figueira à edição 327 da revista **IHU On-Line**, de 03-05-2010, disponível para download em <http://migre.me/Dt7Q>. (Nota da IHU On-Line)

não são reais, produto de uma relação fragmentada. Assim, criam-se também as condições para as explicações ideológicas da realidade. Se o modo de produção da vida material condiciona o desenvolvimento da vida social, política e intelectual, também vai determinar o processo saúde/doença compreendido como uma unidade historicamente determinada.

IHU On-Line – Há uma relação específica entre a cronicidade dos doentes mentais e a sua institucionalização? A partir disso, qual é a importância da luta antimanicomial? Por que considera o hospital psiquiátrico como uma instituição da violência?

Oswaldo Gradella Júnior – Quanto a essas questões, foi Erving Goffman⁴ quem apresentou essa temática quando faz a análise das instituições e caracteriza algumas delas como instituições totais, tal como o hospital psiquiátrico. O hospital psiquiátrico vai favorecer o processo de cronificação (= embotamento afetivo, isolacionismo, hábitos grotescos, dificuldade de realizar ações práticas, etc.), que serve para justificar a tutela, anular a validade do discurso e do sofrimento do sujeito e permitir a submissão do portador de transtornos mentais a mecanismos de violência institucional. As longas internações e a falta de resolutividade das ações terapêuticas devem-se tanto ao fato da sua concepção científica estar baseada na crença da irreversibilidade do mal como à prática médica estritamente classificatória e descritiva, sem a compreensão necessária do fenômeno, determinando que a única solução possível seja a internação e a medicação *ad infinitum*.

Em relação às instituições, as que surgiram com o capitalismo foram concretizadas como necessidade somente

⁴ Erving Goffman (1922-1982): sociólogo americano da chamada Escola de Chicago, cujas teorias se inspiravam no interacionismo simbólico, autor de *Manicômios, prisões e conventos* (5ª ed. São Paulo: Perspectiva, 1996). O antropólogo Édison Luis Gastaldo apresentou o livro *Erving Goffman: Desbravador do Cotidiano* (Porto Alegre: Tomo Editorial, 2004), por ele organizado, no evento **Sala de Leitura**, promovido pelo IHU, em 17-08-2004. Sobre o evento, publicamos um artigo de Gastaldo na 111ª edição da **IHU On-Line**, de 16-08-2004, disponível em <http://bit.ly/hfM5sT>. (Nota da IHU On-Line)

após o conhecimento do fenômeno estudado, ou seja, como consequência para o enfrentamento e desdobramento daquele fenômeno, agora esclarecido. Em relação à loucura, será o desconhecimento do fenômeno que criará uma instituição para buscar, com o sujeito devidamente aprisionado e encarcerado, as causas que o tornaram diferente dos outros homens. Ao pressupor mobilidade social e liberdade individual, torna-se necessária uma forma de controle e separação entre os sujeitos na determinação do seu lugar social, pois o capitalismo rompe com as formas comunitárias de convivência nas quais o lugar social do sujeito se definia ao nascer (laços sanguíneos) e sem possibilidades de alteração no decorrer de sua vida. As instituições, em geral, reproduzem as formas de relações sociais predominantes na sociedade e, em uma sociedade que tem como base a exploração do homem pelo homem, a violência é inerente a esse modo de produção. Uma das características das instituições é a nítida divisão entre os que têm poder e os que não têm poder, possibilitando uma relação de opressão e violência entre quem detém o poder sobre aqueles que não o têm. Mais do que somente uma relação de opressão e violência, a intervenção sobre a vida do sujeito, classificando-o de normal ou anormal, constitui-se na afirmação de um poder médico que, travestido de científico, nada mais é do que a imposição ideológica do modelo de racionalidade burguesa. O louco, por não produzir, perdeu necessariamente o seu lugar social, fazendo parte da imensa maioria de excluídos gerados pelo capitalismo.

IHU On-Line – Quais são os principais desafios em se superar a “cultura manicomial”?

Oswaldo Gradella Júnior – Eu penso que o principal desafio está na superação desse modo de produção, pois essa cultura manicomial está justamente articulada com o seu advento e com seu desenvolvimento. A medicina e o direito se digladiam pelo controle das instituições e da sociedade desde Pinel, quando o poder médico amplia a sua competência para cuidar da loucura a fim de cuidar também dos ditos normais, passa a agir na comuni-

“A alienação, no sentido de estar fora de si mesmo, impedia ao sujeito poder exercer sua liberdade em uma sociedade que se organizava sob a égide da razão”

dade com o objetivo de prevenção e contribui para medicalizar e psicologizar problemas que eram considerados como de ordem política e social, tais como: marginalidade, delinquência e absenteísmo no trabalho. A psiquiatria preventiva de Caplan retoma essa tradição nos anos 1960, e essa situação se mantém até hoje, pois a questão da autorização judicial para internação em hospital psiquiátrico e a internação compulsória de usuários de droga não só reforçam essa cultura como também criam obstáculos aos avanços da luta antimanicomial. O processo de institucionalização de todos aqueles que não produzem e que estão excluídos definitivamente dessa possibilidade se repetem *ad nauseum*: os eventos na cidade de São Paulo (crackolândia) e no Rio de Janeiro (internação compulsória) explicitam essa política. No capitalismo não se concebe outra forma de lidar com os excluídos que ele próprio produz a não ser a internação, o isolamento. Uma das possibilidades para essa superação construída pelo movimento da luta antimanicomial é a participação ativa dos usuários e familiares nos serviços de saúde mental, principalmente nos Centros de Convivência, instrumento determinante para a reabilitação psicossocial.

IHU On-Line – Como analisa as conquistas da luta antimanicomial no

Brasil? Em que aspectos houve avanços e retrocessos?

Oswaldo Gradella Júnior – Bom. Para esta resposta, penso que é necessário retomar historicamente o que se denominou movimento nacional da luta antimanicomial. A constituição dos movimentos sociais não possibilitam estabelecer uma data, um único acontecimento ou fato histórico, nem esse ou aquele sujeito responsável por tal acontecimento. São produtos de uma série de eventos que se acumulam e imbricam dialeticamente em determinados momentos históricos, com diversos atores sociais, possibilitando um salto qualitativo e sintetizando um projeto de transformação, ainda que em um segmento específico.

O recorte histórico que fazemos é a partir dos anos 1970, por seu imenso teor contestatório e uma conjunção de forças no sentido de combater um único inimigo – a ditadura militar imposta pelo golpe de 1964. Constitui-se num momento impar da história das lutas populares no país e de processos mais democráticos.

O Movimento Nacional da Luta Antimanicomial não é diferente e se constrói a partir de meados dos anos 1970, em uma conjuntura política, social e econômica de contestação em escala mundial, diversificado nos temas e na sua amplitude. No Brasil, o período se caracteriza por grandes mobilizações contra a ditadura instaurada: a vitória do MDB nas eleições de 1974, partido que congregava toda a oposição à ditadura, os protestos contra o assassinato do jornalista Vladimir Herzog⁵ e do operário Manoel Fiel Fi-

⁵ **Vlado Herzog** (1937-1975) jornalista, professor e dramaturgo nascido na Croácia, mas naturalizado brasileiro. Passou a assinar “Vladimir” por considerar seu nome muito exótico nos trópicos. Tornou-se famoso pelas consequências que teve de assumir devido suas conexões com a luta comunista contra a ditadura militar, autodenominada movimento de resistência contra o regime do Brasil, e também pela sua ligação com o Partido Comunista Brasileiro. Sua morte causou impacto na ditadura militar brasileira e na sociedade da época, marcando o início de um processo pela democratização do país. A foto que mostra Herzog enforcado dentro de uma cela no DOI-Codi, em São Paulo, em 25-10-1975, foi manipulada pela ditadura, tratando-se de uma farsa para encobrir o seu assassinato pelo regime. (Nota da IHU On-Line)

Iho⁶ nas dependências dos órgãos de repressão política (DOI-CODI), as greves de trabalhadores principalmente no chamado ABC Paulista, a luta pela Anistia Ampla, Geral e Irrestrita, a reconstrução da União Nacional dos Estudantes, a legalização dos partidos políticos clandestinos e outras lutas contra o regime militar.

Indústria da loucura

Na saúde, o movimento da Reforma Sanitária, o Movimento de Renovação Médica – Reme, a criação do Centro Brasileiro de Estudos de Saúde – Cebes, as discussões do encontro da Organização Mundial de Saúde realizado em Alma-Ata sobre a complexidade do fenômeno saúde/doença e sua multideterminação que passam a integrar a nova concepção de saúde, as discussões sobre as equipes multidisciplinares nos serviços de saúde, os Conselhos Populares de Saúde que reivindicam a presença e o cumprimento da função do Estado contribuem para amplificar essas mobilizações que culminam com a realização da VII Conferência Nacional de Saúde em 1986, em que se aprova a proposta do Sistema Único de Saúde a ser encaminhada a Assembleia Nacional Constituinte e integrará a Constituição Federal em 1988.

Nessa conjuntura, surge o Movimento de Reforma Psiquiátrica e o Movimento dos Trabalhadores em Saúde Mental – MTSM, organizados a partir do que se denominou de “Crise da Dinsam – Divisão Nacional de Saú-

“A loucura concebida como desrazão, como erro, como periculosidade (Iluminismo) transforma-se para a noção de diferença, de produção de vida, de subjetividade”

de Mental”, em que se deflagrou uma greve e foram demitidos estagiários e profissionais. Denunciavam-se também os maus tratos na Colônia Juliana Moreira, no Hospital Pinel e Pedro II, a privatização acelerada dos leitos configurando-se em uma verdadeira “indústria da loucura”.

Vários eventos, congressos, simpósios na área de saúde mental também debatiam e denunciavam os hospitais psiquiátricos enquanto única forma de atenção ao portador de transtornos mentais. O Congresso de Camboriú (1979) produziu um manifesto em que denunciava as questões de saúde mental. O III Congresso Mineiro de Psiquiatria em Belo Horizonte, Minas Gerais (1979), contou com a participação de Robert Castel, Michel Foucault e do psiquiatra Franco Basaglia, representante do Movimento de Psiquiatria Democrática e autor da lei n. 180 (Itália), que extinguiu o hospital psiquiátrico e propunha formas substitutivas de atenção aos portadores de transtornos mentais. A divulgação do filme do cineasta brasileiro Helvécio Ratton⁷ *Em nome da razão*, sobre o

7 Helvécio Ratton (1949): cineasta brasileiro. De sua filmografia, destacamos *Batismo de Sangue* (2006) e *Em nome da razão* (1976), seu último filme inspirado no livro homônimo de Frei Betto, sobre a

Hospital Colônia de Barbacena, Minas Gerais, comparado a um verdadeiro “campo de concentração”, possibilitou, dado a repercussão, um programa de televisão chamado Globo Repórter em um dos maiores canais brasileiros, que expôs e também denunciou a denominada “indústria da loucura”.

18 de maio

No decorrer dos anos 1980, várias experiências com modelos substitutivos ao hospital psiquiátrico são realizadas em São Paulo, Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Ceará. Foi realizada a I Conferência Nacional de Saúde Mental (1987) como desdobramento da 8ª Conferência Nacional de Saúde, e suas deliberações apontam para a mudança radical do modelo psiquiátrico vigente e o término da construção de hospitais psiquiátricos. Os termos são praticamente os mesmos que constam da lei elaborada pelo deputado Paulo Delgado em 1989 e aprovado com restrições em 2001.

Essa radicalidade é um dos elementos principais para a produção das condições para a realização do II Encontro Nacional dos Trabalhadores em Saúde Mental, na cidade de Bauru-SP, em 1987, bem como da aproximação dos usuários e familiares com essa luta e certo distanciamento do Estado. As principais deliberações foram: a adoção da bandeira de luta “Por uma sociedade sem manicômios”, a definição do dia 18 de maio como Dia Nacional da Luta Antimanicomial, a fundação do Movimento Nacional da Luta Antimanicomial formado por familiares e usuários dos serviços de saúde mental, trabalhadores, entidades formadoras, sindicatos, associações de moradores, conselhos profissionais da área de saúde, parlamentares, artistas e todos aqueles que encampassem a luta. Buscava o fim dos hospitais psiquiátricos pelo gasto inútil de verbas públicas e forma de atenção ultrapassada, sem resolutividade, excludente e violenta. Sua proposta era a criação de serviços substitutivos em saúde mental, tais como: Centro de Apoio Psicossocial – CAPS, Núcleo de Apoio Psicossocial – NAPS, hospital-dia, am-

ditadura militar nos anos 60. (Nota da IHU On-Line)

6 Manuel Fiel Filho (1927-1976): operário metalúrgico brasileiro morto por tortura durante a ditadura militar. Foi preso em 16 de janeiro de 1976 ao meio-dia fábrica onde trabalhava, a Metal Arte, por dois agentes do DOI-CODI/SP, que se diziam funcionários da Prefeitura, sob a acusação de pertencer ao Partido Comunista Brasileiro. No dia seguinte os órgãos de segurança emitiram nota oficial afirmando que Manuel havia se enforcado em sua cela com as próprias meias, naquele mesmo dia 17, por volta das 13 horas. O corpo apresentava sinais evidentes de torturas, em especial hematomas generalizados, principalmente na região da testa, pulsos e pescoço. As circunstâncias da sua morte são idênticas as de Alexandre Vannucchi Leme e Vladimir Herzog. As evidentes torturas feitas a ele dentro do II Exército de São Paulo provocaram o afastamento do general Ednardo d’Ávila Melo, ocorrido três dias após a divulgação da sua morte. (Nota da IHU On-Line)

bulatórios, Unidades Básicas de Saúde com equipes mínimas (um psiquiatra, um psicólogo, um assistente social), emergência psiquiátrica, leitos psiquiátricos em hospital geral, enfermaria psiquiatra em hospital geral, centro de convivência e outras formas de atenção com conteúdo não manicomial.

A loucura concebida como desrazão, como erro, como periculosidade (Iluminismo) transforma-se na noção de diferença, de produção de vida, de subjetividade. As discussões desenvolvidas nos encontros do movimento da luta antimanicomial, congressos científicos e específicos de saúde mental construíram essa noção, procurando romper com cultura manicomial que perpassa pelos profissionais da área que, mesmo trabalhando com os modelos substitutivos, acabavam por reproduzir essa concepção. Ou seja, não se apropriam da discussão que questionou não só o modelo asilar, mas também as concepções científicas sobre o fenômeno e também a sua origem histórica de exclusão e normatização.

A partir daí foram quatro encontros nacionais da luta antimanicomial: em 1993, 1995, 1997 e em 2000, respectivamente em Salvador-BA, Belo Horizonte-MG, Porto Alegre-RS e Paripueira-AL. Esse último teve a participação de mais de 6.000 pessoas. Foi considerado o segundo maior movimento social do país, depois do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra – MST. Vários encontros estaduais, regionais, locais, de usuários e familiares foram sendo realizados esses anos por todo o país, alicerçando e fortalecendo o movimento.

Concepção positivista

Do ponto de vista legal, foi apresentado em 1989 o Projeto de Lei n. 3657-B de autoria do deputado Paulo Delgado, que seria aprovado em 2001 com alterações substantivas – a manutenção dos hospitais psiquiátricos. Em 1992, a Portaria 224 do Ministério da Saúde normatiza os CAPS e NAPS, as emergências psiquiátricas e a hospitalização bem como padrões mínimos para atendimento em hospitais psiquiátricos. O Conselho Regional de Psicologia – 6ª Região publicou, em 1997, uma edição de sua revista intitulada “Trancar não é tratar – Liberdade: o

melhor remédio” onde apresenta todas as leis e os documentos publicados até aquela data, que supre adequadamente essa questão.

Atualmente, apesar de termos diminuído para menos que 40 mil leitos psiquiátricos no Brasil, ainda mais de 70% são privados. Em São Paulo concentram-se 30,21% desse total. Os acontecimentos ocorridos em Sorocaba-SP e denunciados por várias entidades exemplificam esse retrocesso, bem como as conhecidas discussões e ataques da Associação Brasileira de Psiquiatria. Porém, os Centros de Atenção Psicossocial – CAPS já são mais de 1.500 e existem em torno de 600 residências terapêuticas no Brasil. O programa governamental De Volta Para Casa, do Ministério da Saúde, é um programa de reintegração social de egressos de longas internações, segundo critérios definidos na lei n. 10.708, de 31 de julho de 2003, com pagamento do auxílio-reabilitação psicossocial, mas que, até dezembro de 2005, só contemplou cerca de 3.500 pessoas de uma proposição de 15 mil beneficiados.

Dizer dos avanços e retrocessos em um movimento é justamente dizer de suas contradições e, ao mesmo tempo, de diferenças e divergências nessa análise, pois ele não se desenvolve de maneira linear e igual em todo o país. Por um lado, esse processo relatado anteriormente demonstra o avanço do movimento, as transformações na rede de serviços, as conquistas legais. Porém, a institucionalização da reforma psiquiátrica trouxe perdas no sentido de refrear o movimento de usuários e familiares na participação efetiva nos serviços substitutivos. Pode não ser uma expressão adequada, mas os serviços retomam uma prática tecnicista e perderam o que era fundamental para sua existência: os usuários e familiares enquanto sujeitos do seu próprio processo de atenção. As instituições formadoras pouco ou nada mudaram de sua concepção positivista, e ao profissional falta a história e uma nova possibilidade prática. Portanto, reproduzem o modelo da ciência natural e do organicismo.

IHU On-Line – Antes da reforma psiquiátrica empreendida por Pinel e Tuke, os loucos tinham a mente livre

e o corpo acorrentado naquilo que se convencionou chamar de “internação clássica”. Com o advento da reforma, deu-se algo diverso, encarcerando a “alma” do sujeito, sua consciência. Até que ponto isso ocorreu em função da medicalização da loucura e da ascensão da indústria farmacêutica?

Oswaldo Gradella Júnior – Se entendi a sua questão, penso que são duas coisas diferentes historicamente. A medicalização da loucura se insere em um contexto de transformação social que modificaria radicalmente a sociedade. Como mencionado acima, a intervenção da medicina não se restringe aos loucos, mas estende seu poder a todas as esferas da sociedade. Substitui a ordem jurídica pela ordem da norma produzindo características corporais, sentimentais e sociais respaldadas pelo conhecimento científico. Isso só se realiza em função da alienação, pois, se consideramos que a consciência é um produto histórico-social e criada pelo trabalho, a condição para o surgimento do processo de alienação será a divisão social do trabalho.

Em relação à produção de neuropléticos, a ascensão da indústria farmacêutica ocorre em um momento de reestruturação da ordem econômica mundial pós-segunda guerra que, apesar das expectativas de desenvolvimento econômico e social, trouxe consigo o aumento de pessoas adoecidas por condições de trabalho precárias, desumanas e pelo trabalho alienado. As sucessivas crises do capitalismo ampliam o contingente de excluídos e a precarização das condições de vida, de saúde, de educação, bem como o estreitamento dos espaços do que é considerado normalidade. Essas condições, que são de ordem econômica e social, são consideradas como problemas do indivíduo e medicalizadas, surgindo uma gama enorme de novos distúrbios com os seus respectivos medicamentos, inclusive para sermos felizes. Em um levantamento recente em um bairro sem unidade de saúde, verificamos o uso cotidiano de medicamentos variados e psiquiátricos sem nenhum acompanhamento médico. Ou seja, a solução medicamentosa para amenizar os conflitos próprios da existência humana.

Luta antimanicomial, uma luta ético-política

Para quem milita na luta antimanicomial, o pensamento e a ação no mundo são inseparáveis, pondera Fábio Alexandre Moraes. É preciso perceber a conexão que existe entre o modelo de trabalho capitalista e o surgimento da doença mental

POR MÁRCIA JUNGES

“A sociedade capitalista e seu modelo de trabalho criam as condições para a doença mental”. A análise é do psicólogo Fábio Alexandre Moraes, na entrevista que concedeu por e-mail à **IHU On-Line**. Segundo ele, há vários nexos que unem doença mental e trabalho, sobretudo “se considerarmos como a loucura foi se constituindo como doença mental após a Idade Média e os primeiros movimentos do capitalismo moderno. O trabalho, da maneira como foi concebido por essa configuração econômica, política, mas também cultural e subjetiva, foi um divisor de águas”, explica. E complementa: “É na separação de quem trabalha e não trabalha que vamos encontrar as primeiras instituições de sequestro da vida: para os órfãos, os velhos, os ociosos de todos os matizes e para os loucos que perambulavam pelo mundo pré-capitalista”. Fábio conclui que a “sociedade capitalista desenvolveu ‘seu modelo de trabalho’ tanto quanto desenvolveu as formas de adoecimento e as possibilidades de reconhecimento através da psicopatologia”. Assim, as formas de adoecimento “nasceram junto com as formas de trabalho capitalista”. Ele mencio-

na que a saúde mental é um exemplo de transdisciplinaridade, emergindo como um novo campo “capaz de lidar com a fragmentação e o reducionismo psiquiátrico”. A seu ver, militar na luta antimanicomial é tornar inseparáveis o pensamento da ação do mundo, algo que reflete uma dimensão política. “Afinal, como nos ensina Peter Pal Pelbart, os manicômios, agora, são mentais, e são esses os muros mais difíceis de serem transpostos para se criar outros territórios, capazes de abrigar as diferenças. Assim, a luta antimanicomial é ético-política”.

Fábio Alexandre Moraes é psicólogo graduado pela Universidade do Rio dos Sinos – Unisinos e especialista em Saúde Mental pela Escola de Saúde Pública do Rio Grande do Sul e em Psicologia Clínica. Kursou mestrado em Psicologia Social e Institucional na Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS com a dissertação *Abrindo a porta da casa dos loucos (ou: para ativar a potência dos fluxos)*. Foi coordenador do curso de Psicologia da Unisinos (2001-2009), e atualmente leciona na Unisinos e atua na área de saúde mental na Prefeitura Municipal de Novo Hamburgo.

Confira a entrevista.

IHU On-Line – Quais são os nexos que unem doença mental e trabalho?

Fábio Alexandre Moraes – São muitos os nexos, se considerarmos como a loucura foi se constituindo como doença mental após a Idade Média e os primeiros movimentos do capitalismo moderno. O trabalho, da maneira como foi concebido por essa configuração econômica, política, mas também cultural e subjetiva, foi um divisor de águas. É na separação de quem trabalha e não trabalha que

vamos encontrar as primeiras instituições de sequestro da vida: para os órfãos, os velhos, os ociosos de todos os matizes e para os loucos que perambulavam pelo mundo pré-capitalista.

Além disso, não podemos deixar de considerar que o trabalho foi utilizado, ao longo da história das instituições manicomiais, como dispositivo terapêutico (laborterapia). Se antes tínhamos a purificação e o restabelecimento da saúde pela religiosidade, agora o trabalho passa a ter um pouco

dessa função que visaria à reabilitação para vida social. Quem trabalha é por si só bom e, agora, saudável.

Mesmo hoje conservamos a ideia de que o sujeito “melhorou” quando ele consegue, depois de ser diagnosticado como “portador de uma doença mental”, se inserir ou retornar ao mundo do trabalho. O que pode nos indicar essa genealogia da doença mental, produto dos valores da modernidade, tanto quanto mostra o lugar que o trabalho ocupa na vida

das pessoas. Na experiência cotidiana, por exemplo, não poder trabalhar, por qualquer motivo, já se torna motivo de sofrimento frente às exigências da vida contemporânea.

Por outro lado, e talvez fosse a expectativa contida na pergunta, pensar o nexo apenas pela questão do sofrimento advindo do trabalho, da psicopatologia, como faz Christophe Dejours¹, parece-me uma discussão restrita ao campo da psicologia do trabalho. Prefiro pensar que o trabalho e a doença mental, como categorias analíticas, nascem do mesmo processo, da mesma configuração social. Não há precedência temporal de um sobre o outro.

IHU On-Line – A sociedade capitalista e seu modelo de trabalho podem ser caracterizados, entre outras coisas, como uma sociedade criadora de transtorno mental e sofrimento psíquico? Por quê?

Fábio Alexandre Moraes – De certa forma já encaminhei a resposta na pergunta anterior, mas vou trazer mais alguns argumentos. Poderíamos responder a essa questão dizendo que sim: a sociedade capitalista e seu modelo de trabalho criam as condições para a doença mental. Entretanto, a resposta colocada dessa maneira simplifica questões teoricamente complexas. Por isso atrevo-me a fazer algumas considerações:

1) Não há referência à loucura na pergunta, mas não posso deixar de trazê-la. Penso que teríamos que fazer a distinção entre loucura, doença mental, transtorno mental e o que mais recentemente se tem chamado de sofrimento psíquico. Pergunto! Estamos falando da mesma coisa? Acho que não, e a leitura genealógica de Foucault certamente poderia nos ajudar a fazer as distinções e compreen-

der seus correspondentes discursos (e temporalidades).

2) Claro que não pretendo fazer isso aqui, até porque é perceptível que, contemporaneamente, nos ocupamos da doença mental, expurgando de forma preconceituosa a expressão “loucura”. Ninguém admite se pensar nesta condição. Isso é insulto! *Sou doído? Pergunta Guimarães Rosa. Não. Ninguém é doído. Ou, então, todos.* E agora falamos muito em “transtorno” e “sofrimento”. Dessas categorias é difícil alguém escapar, afinal, elas são turbinadas pela biopolítica, onde o controle e seus efeitos não se dão mais sobre o indivíduo, mas sobre a população inteira.

3) Assim, se isso que chamamos de doença mental foi demarcado pela ciência moderna, através da discriminação de sinais retirados de comportamentos que poderiam ter outros sentidos, em outros momentos da história (dos sujeitos e da cultura), então podemos afirmar que essa maneira de compreender a “doença mental” não somente criou as denominações psicopatológicas, mas também os indivíduos que cabem dentro delas. Fê-lo pelo olhar médico, mas principalmente pelas relações sociais (que são de poder), e que, obviamente, incluiu o trabalho e sua organização no mundo econômico (sociedade capitalista). Essas questões são inseparáveis.

4) Concluindo, a sociedade capitalista desenvolveu “seu modelo de trabalho” tanto quanto desenvolveu as formas de adoecimento e as possibilidades de reconhecimento através da psicopatologia. Estou tentando dizer, mais uma vez, que as formas de adoecimento nasceram junto com as formas de trabalho capitalista. Não é uma condição natural prévia que simplesmente emergiu ou que é determinada pelo modelo de trabalho.

IHU On-Line – Quais são as principais patologias que surgem a partir da relação dos trabalhadores com o mundo do trabalho?

Fábio Alexandre Moraes – A minha perspectiva de análise é ampla, não é a da “psicologia do trabalho”. Defendo a ideia de que a “doença mental” foi criada pela ciência que se objetivou como tal na configuração capitalista, como, muito resumidamen-

te, apontei acima. Logo, e retomando a resposta anterior, a “psicopatologia” tanto é a ferramenta científica pela qual olhamos o fenômeno como oferece as condições pelas quais as nossas relações se produzem. Podemos dizer que essas “patologias” contemporâneas respondem a isso. Assim como vamos encontrar a histeria emergindo do mundo moralista do final do século XIX, e ela somente aparece porque a psicanálise freudiana a produziu, dando-lhe visibilidade, nome e voz (discurso), hoje temos identificadas outras formas de sofrimento, também articuladas ao contexto sociocultural e pelas formas atuais de vê-las e produzi-las. São as depressões, as dependências de toda ordem, os distúrbios alimentares, as ansiedades. Todas muito íntimas da exigência de desempenho, da competitividade, do consumo desenfreado, de sermos bons em tudo e sermos sempre felizes.

IHU On-Line – Em que medida a diferença e a singularidade do sujeito ficam em um segundo plano quando recebe um diagnóstico que o estigmatiza?

Fábio Alexandre Moraes – O estigma é uma forma de suprimir a diferença, impedir que os processos de singularização se produzam. Quando alguém recebe um diagnóstico, entra-se no mundo das generalidades científicas. Deixa de ser o “João da padaria”, a “Ivone, esposa do Pedro e que frequenta o culto evangélico”, para serem depressivos. O diagnóstico psiquiátrico acaba por exercer uma força na direção de suprimir as singularidades e se cristalizar num único sentido: ser doente. O que acaba por oferecer ao sujeito, agora “a-sujeitado”, uma boa justificativa para não se colocar como vencedor, competitivo ou, pelo menos, se deixando ficar à margem do jogo. Não pode ser autor e não se sente em condições sê-lo. Muitos vão se apegar a essa “forma de existência”, considerando que há menos possibilidades para a proliferação de singularidades. Mesmo que haja um discurso em contrário (na mídia, principalmente), o mundo tem se tornado cada vez mais homogêneo, menos diverso.

IHU On-Line – Qual é a importância da transdisciplinaridade para uma

¹ Christophe Dejours: psicanalista e psiquiatra, professor de psicologia no Conservatoire national des arts et métiers. Ele é autor de diversos livros, dos quais destacamos *Souffrance en France: la banalisation de l'injustice sociale* (Paris: Seuil, 1998); *Travail, usure mentale. Essai de psychopathologie du travail* (Paris: Bayard, 2000). De Christophe Dejours publicamos uma entrevista sobre esse livro, na 15ª edição, de 29 de abril de 2002. (Nota da IHU On-Line)

melhor compreensão e acompanhamento dos usuários de saúde mental?

Fábio Alexandre Moraes – Penso que é redundante falar em transdisciplinaridade e saúde mental. Saúde mental é um exemplo de transdisciplinaridade. Ela emerge justamente como um novo campo capaz de lidar com a fragmentação e o reducionismo psiquiátrico. Saúde mental é um pensar-fazer de todas as áreas de conhecimento, é um pensar-fazer num campo complexo. As práticas em saúde mental, por exemplo, jamais poderão ser circunscritas por um “ato médico”. Como nos ensina Lancetti: “é uma tarefa que compete a todos os profissionais de saúde: médicos, enfermeiros, auxiliares de enfermagem, dentistas, agentes comunitários de saúde, assistentes sociais, terapeutas ocupacionais, fonoaudiólogos, psicopedagogos, psicólogos, etc.” (Lancetti; Amarante, 2007, p. 615). Logo, nos permite pensar a integralidade em saúde, em que o sujeito é tomado em todos os seus aspectos. Transdisciplinaridade é uma forma de pensar a desinstitucionalização no campo do conhecimento.

IHU On-Line – Quais são os motivos de se celebrar e refletir o 18 de Maio?

Fábio Alexandre Moraes – Para os que estão distantes desse debate, podemos dizer que o “18 de Maio” marca o dia nacional da “luta antimanicomial”. Trata-se do movimento dos trabalhadores em saúde mental que visa à transformação do modelo assistencial para os doentes mentais. A substituição das internações em hospitais psiquiátricos por serviços comunitários, integrados à rede de saúde geral. A data é celebrada desde a década de 1970.

O “18 de Maio” é um analisador, no sentido institucionalista. Dia de celebração e de reflexão sobre algo que ainda não tratamos adequadamente na sociedade brasileira: os sujeitos tomados pela condição de doentes mentais não gozam plenamente de seus direitos.

Aproveitamos este dia para discutir sobre o processo de implantação da reforma psiquiátrica e seus impasses, lembrando que desde 2001 vigora no país uma nova legislação (lei n. 10.216), que “dispõe sobre a proteção

e os direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais e redireciona o modelo assistencial em saúde mental”. Aliás, neste momento é premente colocar em pauta a reforma psiquiátrica, considerando que há forças conservadoras que estão tentando solapar esta importante conquista social.

IHU On-Line – Sob quais aspectos a luta antimanicomial inaugura um outro pensar e um outro fazer na saúde mental?

Fábio Alexandre Moraes – A luta antimanicomial deve ser compreendida como um campo de forças (e as forças estão sempre em luta), mas há convergência num aspecto fundamental para quem se coloca neste campo: a compreensão de “sujeito” e de seus processos de singularização. Logo, as diferentes correntes se aproximam pela dimensão ética, onde traduzimos o pensamento e a ação em “formas de cuidado”.

Outro aspecto importante: quem se coloca como militante na luta antimanicomial não separa o pensamento da ação no mundo. Logo, estamos falando da dimensão política. É a ação do pensamento e da liberdade. Afinal, como nos ensina Peter Pal Pelbart², os manicômios, agora, são mentais, e são esses os muros mais difíceis de serem transpostos para se criar outros territórios, capazes de abrigar as diferenças. Assim, a luta antimanicomial é ético-política. Não sei se é um “outro pensar e fazer”, mas é o mais importante.

IHU On-Line – Gostaria de acrescentar algum aspecto não questionado?

Fábio Alexandre Moraes – Faço três considerações sobre a luta anti-

manicomial e a atual política de saúde mental.

1) A luta antimanicomial é defesa da vida e das suas múltiplas emergências, criando condições de cuidar das pessoas que padecem de sofrimento mental em espaços de liberdade e autonomia. Aliando-se às forças da cidade, famílias, redes de amigos, ou simplesmente aproveitando as oportunidades que a vida em comunidade pode oferecer.

2) Assim, um dos resultados dessa luta foi a aprovação, em 2001, da lei que reorienta a nova política de saúde mental do Brasil. Essa lei visa garantir os direitos de cidadania dos doentes mentais e reorienta a política de assistência, que tem busca reduzir progressivamente os leitos psiquiátricos, qualificar, expandir e fortalecer a rede extra-hospitalar. O que inclui os Centros de Atenção Psicossocial, Serviços Residenciais Terapêuticos e as Unidades Psiquiátricas em hospitais gerais. Além disso, as ações de saúde mental devem estar incluídas na atenção básica. Também define diretrizes para uma política de atenção integral a usuários de álcool e outras drogas.

3) É na política de atenção aos usuários de drogas que a reforma psiquiátrica vem sofrendo as maiores críticas, ironicamente na questão em que fica mais evidente a relação entre sociedade e produção de doença. Fica a pergunta: vamos olhar apenas pela perspectiva médica ou ampliar a discussão, como o Movimento dos Trabalhadores em Saúde Mental fez em torno dos efeitos da institucionalização? Parece-me que temos que retomar o debate.

Leia mais...

Fábio Alexandre Moraes já concedeu outra entrevista à **IHU On-Line**. Confira:

- *Ciclo de Filmes e Debates - Trabalho no cinema*. Edição 214 da Revista IHU On-Line, de 02-04-2007, disponível em <http://bit.ly/IU5PEh>

² **Peter Pal Pelbart**: graduado em Ciências Sociais pela Universidade de São Paulo - USP, e em Filosofia pela Sorbonne, em Paris, é mestre em Filosofia pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - PUCSP com a dissertação *Da clausura do fora ao fora da clausura: loucura e desrazão* (2ª ed. São Paulo: Iluminuras, 2009). cursou doutorado na USP e é livre docente pela PUCSP. Entre outras obras, é autor de *Vida da clausura. Ensaio de biopolítica* (São Paulo: Iluminuras, 2003) e *O tempo não reconciliado* (São Paulo: Perspectiva, 1998). Leciona na PUCSP. (Nota da IHU On-Line)

O empoderamento dos usuários de saúde mental

Valorizar a fala, o conhecimento e a trajetória das pessoas é imprescindível para um outro tipo de saúde mental, frisa Rosana Onocko Campos. Pressão da indústria farmacêutica e demanda de felicidade e sucesso ajuda a compreender a “receitação” de psicofármacos, pontua

POR MÁRCIA JUNGES

Não se trata de mera utopia. Ela pode “ser alcançada quando nas cidades se investe em saúde”. A ponderação é da médica Rosana Onocko Campos na entrevista que concedeu, via e-mail, à **IHU On-Line**, tecendo considerações sobre a reforma psiquiátrica no Brasil. De acordo com a pesquisadora, essa reforma “é de um grande valor técnico-político, sobretudo em épocas em que a psiquiatria clássica, entregue a interesses comerciais, pretende apresentar-nos (a todos os reformistas) como burros, mal informados ou, na melhor das hipóteses, como ingênuos ignorantes bem-intencionados”. Rosana explica, também, o projeto **Saúde mental e cidadania**, financiado pelo International Development Research Center – IDRC, do Canadá, e do qual ela é coordenadora. Suas estratégias e temáticas de investigações buscam revelar um conhecimento diferente do acadêmico, reapropriado

pelos usuários. Junto de outras variáveis, essa seria uma forma importante de *empowerment*, empoderamento, em português claro. “Tenho gostado muito dessa forma de pesquisa que nos permite dar voz aos usuários, trazer à tona como eles enxergam os serviços e as relações que ali conseguem cultivar”, menciona.

Rosana Onocko Campos é graduada em Ciências Médicas pela Universidade Nacional de Rosario, na Argentina. É mestre e doutora em saúde coletiva pela Universidade Estadual de Campinas – Unicamp com a tese *O planejamento no labirinto* (São Paulo: Hucitec, 2003). É uma das organizadoras da obra *Desafios da avaliação de programas e serviços em saúde* (Campinas: Editora da Unicamp, 2011). Leciona no Departamento de Medicina Preventiva e Social da Unicamp.

Confira a entrevista.

IHU On-Line – Em que consiste o projeto Saúde Mental e Cidadania (Santé Mentale Citoyenneté)? Como essa iniciativa pode “empoderar” os usuários da saúde mental?

Rosana Onocko Campos – Trata-se um projeto de pesquisa e ação que é atualmente financiado pelo International Development Research Center – IDRC, do Canadá, e que busca aproximar a comunidade da academia. Recebemos 1 milhão de dólares canadenses em cinco anos e isso está nos permitindo financiar uma rede de pesquisa em saúde mental, que junta várias universidades públicas brasileiras (Unicamp, Unifesp,

UFF, UFRGS, UFRJ, UECe) e do Canadá (Universidade de Montreal) com movimentos de usuários de serviços dessa área, pessoas que tiveram ao longo de sua vida diagnóstico de alguma doença mental e que se organizaram para fazer valer seus direitos e combater o estigma sempre associado às doenças mentais. Eles têm participado tanto da definição de temáticas de investigação (focando, então, no que seriam para eles as prioridades de pesquisa) como também de investigações de caráter participativo que desenvolvemos, inclusive da fase de análise e divulgação. Estamos trabalhando na escrita de um artigo cien-

tífico entre pesquisadores e usuários, experiência bastante inédita no Brasil e que está nos dando um trabalho razoável. É difícil conciliar a linguagem científica com a linguagem da vida cotidiana, mas estamos tentando aproximá-las.

Essas estratégias e a temática das investigações (avaliação de serviços, uso de medicação, experiência do adoecimento, etc.) buscam desequilibrar um pouco o polo do poder, desta vez visando que ele seja reapropriado pelos usuários. O reconhecimento de que eles portam um saber, sim, diferente do acadêmico, porém não menos valioso; a conscientização

sobre seus direitos cidadãos e como fazê-los valer, etc. são, a meu ver, formas concretas do que na língua inglesa chamamos de *empowerment*.

IHU On-Line – Como analisa as políticas públicas para a saúde mental em nosso país? O que vem dando certo em termos de uma nova concepção nessa área?

Rosana Onocko Campos – A aposta brasileira em uma reforma psiquiátrica é, sem dúvida, uma das apostas ético-políticas mais valiosas deixadas pelos anos 1980. Nesse campo, juntamente com a expansão do Sistema Único de Saúde – SUS houve a expansão da rede de serviços comunitários (os Centros de Atenção Psicossocial – CAPS, notadamente) e a diminuição do número de leitos em hospitais psiquiátricos com inversão do padrão de financiamento nos últimos anos. Isso significou um aumento crescente desses serviços, melhor cobertura e acolhimento para essas pessoas em sofrimento psíquico. Uma pesquisa nossa publicada na revista Saúde Pública (2009, 43, supl. 1, 16-22) mostrou que em algumas cidades as redes assim constituídas são continentes para pacientes e usuários confirmando a conquista de um desejo muito almejado: o de tratar de forma humanizada, na comunidade, e sem produzir isolamento social nem exclusão. Para nós, isso prova que a proposta da reforma não é mera utopia, e que é sim possível de ser alcançada quando nas cidades se investe em saúde. É de um grande valor técnico-político, sobretudo em épocas em que a psiquiatria clássica, entregue a interesses comerciais, pretende apresentar-nos (a todos os reformistas) como burros, mal informados ou, na melhor das hipóteses, como ingênuos ignorantes bem-intencionados.

Contudo, lamentavelmente, também acompanhando os rumos do SUS, uma pesquisa avaliativa de todos os CAPS III do estado de São Paulo, que estamos finalizando com financiamento da Fapesp, mostra que a grande maioria dos CAPS III deste estado encontram-se bastante fragilizados do ponto de vista dos recursos com que contam, das modalidades organizativas que dali derivam (in-

cluindo sua capacidade de regulação de internações e vagas) e da escassa capacitação e supervisão continuada dos profissionais que ali trabalham. Isso é sério, pois os CAPS III são os serviços comunitários que contam com leitos para acolhimento em 24 horas, o que lhes permite dar consistência ao modelo de substituição do hospital psiquiátrico. Fragilizá-los equivale a fragilizar a reforma, algo que talvez interesse a atual gestão de saúde mental do estado, com quem nos resultou impossível conseguir interlocução. Isso é curioso, em se tratando de uma pesquisa financiada com recursos públicos para estudar recursos públicos estratégicos. Tentamos dar retorno a eles, pois achamos que é nossa responsabilidade como pesquisadores de uma universidade pública. Pensamos que lhes resultaria interessante, mas não conseguimos sensibilizá-los.

IHU On-Line – Quais são os principais desafios na formação de recursos humanos para a área de saúde mental?

Rosana Onocko Campos – A formação de pessoas (não gosto muito da expressão recursos humanos, pois os torna objetos) para a área de saúde mental neste contexto de reforma requer mudanças nas formas de ensinar e aprender. Em muitas faculdades de psicologia, de terapia ocupacional, etc. ensina-se muito pouco sobre a reforma, seus princípios éticos e políticos, sua história, seus problemas e desafios atuais. Quando se ensina, faz-se com certo tom ufanista, épico. Fica retórico e serve para estimular a militância, mas não dá aos alunos ferramentas de trabalho potentes. Ensina-se muito pouco a se trabalhar fora do *setting* clássico do consultório particular, como se os recém-formados fossem todos trabalhar no antigo modelo liberal. Como se trata na comunidade, na rua, na escola? Pouquíssimas exceções conseguem ensinar isso aos seus alunos. Os modelos clínicos e de gestão são muito pouco debatidos. O diálogo com a psiquiatria foi abandonado como projeto, e não deveria ser. Em outros países do mundo os psiquiatras continuam a se interessar pelas estratégias terapêu-

ticas que não somente medicamentosas. A formação dos residentes de psiquiatria continua a se dar isolada na maioria dos casos, e não no contexto de equipes multiprofissionais. O mesmo ocorre com quase todos os outros profissionais. Criamos um CAPS e queremos que “magicamente” eles trabalhem juntos, sem supervisão nem apoio de nenhum tipo. Publicamos efeitos de uma experiência de trabalho compartilhado na Revista Brasileira de Educação Médica (35 [4], 460-467, 2011).

IHU On-Line – Em que sentido a saúde mental é, acima de tudo, uma questão de saúde coletiva?

Rosana Onocko Campos – A saúde coletiva é um campo de produção de conhecimento e de práticas que contribui para o estudo do processo de saúde-doença-atenção como processo social em diversos grupos e populações, atentado para sua distribuição geográfica, histórica e social, e também para as maneiras em que cada sociedade define suas demandas em saúde e se organiza para satisfazer suas necessidades nesse campo. É um campo interdisciplinar por excelência.

Numerosos estudos apontam que os transtornos mentais são cada dia mais prevalentes, e isso só tende a crescer com as condições de vida contemporânea. Muitos dos sistemas de saúde de cobertura universal do planeta têm se preocupado com esse tema e tentam se reorganizar para enfrentar essa questão, como o sistema inglês, por exemplo. No Brasil, alguns estudos de uns anos atrás realizados pelo Ministério da Saúde mostraram que 55% das equipes de saúde da família, ou seja, no atendimento de primeira linha, na porta de entrada do sistema, recebiam importantes demandas de saúde mental. Encontramos resultados semelhantes – do ponto de vista qualitativo em nossa pesquisa – estudando Unidades Básicas de Saúde – UBS da cidade de Campinas, publicados na revista Saúde Pública (2012, 46 [1], 43-50).

IHU On-Line – Na área de utilização de psicofármacos especifica-

mente, quais são os maiores desafios para profissionais e usuários?

Rosana Onocko Campos – Como com todos os medicamentos, existe uma pressão da indústria para a “receitação” de psicofármacos. Mas ela é alimentada ainda pela pressão imensa que a sociedade contemporânea faz pela conquista da felicidade e do sucesso. Há uma ideia de que seria possível viver sem sofrer, que transforma qualquer tristeza em depressão e, portanto, busca-se a medicação. Mas há, também, o estilo de vida das grandes cidades, que tem desvitalizado as redes sociais locais. Os vínculos de vizinhança são cada dia mais raros, as famílias são cada vez menores, idosos e jovens ficam cada vez mais sozinhos no tempo que dispõem. Muito da angústia que essa solidão provoca, das tensões do trabalho, das ameaças (reais ou imaginárias) de nossas cidades cada vez mais inseguras se transformam em demandas por medicação.

Saliento ainda que não são apresentados às pessoas os efeitos colaterais desses medicamentos. Muitas vezes nem seus médicos lhes oferecem corretamente essa informação, e os pacientes afirmam buscar sozinhos em bulas ou na internet. Nosso estu-

do sobre as UBS de Campinas mostrou essa falta de informação de parte dos pacientes, assim como que os profissionais de saúde sentindo-se impotentes frente às condições difíceis de vida da população (regiões marcadas pela pobreza extrema e pela violência, por exemplo). Esses profissionais medicam as pessoas considerando que é a única coisa que podem fazer por elas. A medicalização da vida como gesto humanitário! (Mas devemos destacar também como gesto solitário desses profissionais que não contam com quem debater esses temas que lhes provocam, é claro, angústia.) Nos anos 1970 fazia-se política junto à população buscando mudar essas condições; no século XXI fazemos receitas! Publicamos alguns desses achados em *Ciência & Saúde Coletiva*, (16 [12], 4643-4652, 2011).

Controle dos sintomas

Nosso trabalho com a Gestão Autônoma da Medicação – GAM pretende criar uma estratégia para propiciar o diálogo entre profissionais e usuários sobre essas questões, enfatizando a necessidade de dar valor à palavra do usuário. Se eu receito um remédio para a diabetes, por exem-

plo, possuo formas de controlar se a dose é apropriada: verifico a glicemia do paciente e saberei se falta, sobra ou se está correta a dose administrada. Mas se eu estou administrando um regulador do humor? Como fazer uso de uma dose correta sem confiar na palavra do usuário, sem dar o devido valor a seu depoimento? E isso não se consegue sem a criação de um *setting* um pouco mais horizontalizado, no qual as pessoas sejam encorajadas a falar com seus médicos. Além de serem ocultados os efeitos colaterais, muitas vezes se oculta dos pacientes que a maioria das prescrições psiquiátricas nada curam, somente controlam sintomas. Por isso é relevante definir, de maneira congestiva – como é temos chamado –, junto deles eles quais são os sintomas que devem ser eliminados e quais poderiam, por exemplo, ser tolerados ou minimizados com outras terapêuticas. Estamos trabalhando nisso a partir de um guia canadense que traduzimos e adaptamos ao Brasil, e estamos realizando sua validação e teste em Fortaleza-CE, no Rio de Janeiro-RJ, em Campinas-SP, em Porto Alegre-RS e em Novo Hamburgo-RS.

Ciclo de Filmes e Debates - A crise do capitalismo no cinema

Exibição prévia em horário alternativo do filme *InsideJob - Trabalho Interno*.

Data: 08-05-12, das 12h às 14h

Exibição seguida de debate no dia 09-05, das 19h30min às 22h

Reprise em horário alternativo: 21-05-12, das 12h às 14h

Local: Sala Ignacio Ellacuría e Companheiros, no IHU

Saiba mais em <http://bit.ly/HOXwyP>

IHU On-Line – Recuperando uma de suas pesquisas feitas entre 2008 e 2010, como o conhecimento vivido da esquizofrenia pode informar e modificar o conhecimento técnico do psiquiatra? E de que forma o conhecimento do psiquiatra pode modificar a dimensão da experiência vivida da esquizofrenia?

Rosana Onocko Campos – Nessa pesquisa coordenada pela UFRJ procuramos configurar grupos de usuários para falarem de sua experiência de adoecimento. Também solicitamos a psiquiatras da rede pública que explicassem como faziam o diagnóstico, qual o prognóstico, etc. Utilizamos o diagnóstico de esquizofrenia buscando um diálogo com a psiquiatria, e visando colaborar com o debate do novo manual de doenças psiquiátricas, pois no mundo todo como muitos psiquiatras têm se organizado para influenciar as novas “doenças” que serão apontadas, muitos grupos de usuários têm se organizado buscando interferir, apontando o valor da experiência pessoal para além dos diagnósticos.

Enfim, foi uma pesquisa de intensidade muito grande, e no momento das trocas (trocamos as falas de um grupo com o outro, conforme tínhamos combinado com eles no início da investigação) houve uma reação dos usuários ao perceberem que os psiquiatras tinham dúvidas e – às vezes – até preconceito. Ainda estamos trabalhando nesse material para fazer comunicações mais específicas, mas é sempre interessante o efeito que relatos de vida trazem – eles parecem agenciar uma súbita empatia que nem sempre combina com as prescrições. Não conseguimos achar relatos de *recovery*, como apontado na literatura internacional, sobretudo em contexto anglo-saxão, no qual as pessoas mostram formas de retomada em suas vidas após a doença à vezes em condições melhores às iniciais... Mas precisamos ainda trabalhar mais sobre esse material para saber se isso poderia ser atribuído, por exemplo, às condições sociais dos usuários brasileiros, às noções de cidadania e reivindicação de cada uma dessas sociedades ou a alguns outros

fatores. É uma linha de trabalho que estamos continuando e que merece mais tempo de análise.

IHU On-Line – A partir das conquistas da luta antimanicomial, como avalia a relação entre os profissionais da saúde mental e os usuários?

Rosana Onocko Campos – Digo sempre aos meus alunos de aprimoramento (estágio de pós-graduação supervisionado) que ninguém está trabalhando na saúde mental por casualidade. Há, na maioria de nós, alguma coisa nas nossas vidas, no nosso passado, que cria um motivo de sensibilização para esse tipo de sofrimento. Até as pessoas que dizem não ter “escolhido” a saúde mental (o que se dá, muitas vezes, entre o pessoal da enfermagem, por exemplo), se ficam nela certo tempo é porque se encontram a gosto nessa clínica difícil e sofrida. Sentem-se úteis. Acreditam que o que fazem serve para algo, e isso não é pouco no contemporâneo! Em minha experiência de supervisão clínico-institucional de serviços sempre tenho me encontrado com pessoas muito envolvidas e que possuem essa sensibilidade trabalhada, como a nomeia J. Oury¹.

Os usuários dizem confiar nos profissionais, sobretudo encontramos isso em trabalhos nos quais interrogamos a função do que chamamos de técnicos de referência, que são os profissionais mais próximos de cada usuário, responsáveis pela montagem conjunta com eles e suas famílias, de um projeto terapêutico individual. Eles afirmam que confiam nos técnicos de referência, pois os profissionais dão valor à sua palavra, ou conhecem sua história, ou deram provas de suportar estar juntos em momentos difíceis como as crises... Publicamos algumas dessas avaliações na revista Saúde Pública (2008, 42, [5], 907-13) e na revista Latinoam. Psicopat. Fund. (São Paulo, v. 14, n. 1, p. 122-133, março 2011).

¹Jean Oury (1924): psiquiatra e psicanalista francês, membro da Escola Freudiana de Paris, fundada por Jacques Lacan. (Nota da IHU On-Line)

Tenho gostado muito dessa forma de pesquisa que nos permite dar voz aos usuários, trazer à tona como eles enxergam os serviços e as relações que ali conseguem cultivar. Em estudos comparados que estamos iniciando com os colegas canadenses, aparece isso como uma diferença importante em relação à reforma brasileira e ao processo no Canadá. Aqui a reforma foi iniciada pelo esforço conjunto de trabalhadores, familiares e usuários. Lá há como que uma desconfiança maior entre usuários e profissionais. Estamos nos interessando em descobrir por que razão isso acontece.

IHU On-Line – O que é sanidade mental e o que é considerado patologia atualmente?

Rosana Onocko Campos – Freud definia a cura que a psicanálise busca como “recuperar a capacidade de amar e de trabalhar”. À falta de uma definição de saúde mental melhor, tenho ficado com essa. Acredito que é um bom começo e tem a vantagem de se tornar um ponto de partida para o nosso trabalho. No ambiente da saúde mental, muitas vezes utiliza-se o *álibi* de que as coisas são difíceis de definir para fugir das definições. Mas essas são necessárias para algumas operacionalizações...

Tristeza não é patologia, moleque arretado não é doença. Claro que existem os deprimidos e os hiperativos. Quando um traço de personalidade se torna doença? Por que interessa à indústria farmacêutica chamar de doença um conjunto de sintomas? Quantas mães solteiras não foram internadas em hospícios no século retrasado? Enfim, a definição de saúde e doença será sempre uma definição situada social e historicamente. No mundo de hoje, creio que temos o dever de problematizar a hipermedicalização da vida. Refletir sobre a importância de suportar um salutar mal-estar. Isso é a base da civilização, como nos ensinou Freud.

O estigma da loucura ainda não foi superado

Práticas manicomiais excludentes também ocorrem fora dos hospícios, pondera Sandra Fagundes. A loucura é humana e não deve ser “depositada” em instituições, mas contar com a “terapia” da liberdade

POR MÁRCIA JUNGES

Pessoas como sujeitos de direitos e desejos, que necessitam de autonomia e autoria. Assim são os usuários de saúde mental, define a diretora do Departamento de Ações em Saúde – DAS da Secretaria Estadual de Saúde do Rio Grande do Sul, Sandra Fagundes, na entrevista que concedeu por e-mail à **IHU On-Line**. Contudo, seus direitos são, muitas vezes, desrespeitados, e outros ainda nem foram conquistados. O estigma da loucura, por exemplo, ainda não foi completamente superado, aponta. A psicanalista afirma que a prática da psiquiatria sem o lugar e o estigma do hospício se dá nos territórios: “ruas, casas, instituições de saúde, de educação, de cultura. Há continuamente produção de práticas manicomiais – excludentes – na sociedade, nos diversos territórios, fora dos hospícios, que precisam ser reconhecidas, analisadas, superadas e substituídas. Este é um exercício cotidiano”. Ela ressalta a importância da aprovação da lei da reforma psiquiátrica, que mudou o estatuto do “louco” para cidadão de direitos e desejos.

E complementa dizendo que a liberdade tem caráter terapêutico, enquanto a loucura é algo próprio do humano e não pode ser “depositada” em alguns seres, isolados em instituições. “Os serviços devem se adaptar às necessidades dos usuários, e não o contrário. O cuidado é produzido no encontro, na implicação, na afecção entre pessoas”.

Sandra Fagundes é graduada em Psicologia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUCRS e mestre em educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS com a dissertação *Águas da pedagogia da implicação: intercessões da educação para políticas públicas de saúde*. Dirige o Departamento de Ações em Saúde – DAS e tem uma longa história de militância na luta antimanicomial e reforma psiquiátrica no Rio Grande do Sul. É uma das organizadoras da obra *Acolhimento em Porto Alegre: um SUS de todos para todos* (Porto Alegre: Prefeitura de Porto Alegre, 2004).

Confira a entrevista.

IHU On-Line – Quais você considera as principais conquistas oriundas da lei da reforma psiquiátrica em nosso país?

Sandra Fagundes – A lei em si e sua aprovação já foram conquistas e evidenciaram que a sociedade gaúcha estava disposta a mudar o estatuto do “louco”: de excluído a cidadão de direitos e desejos. A lei teve uma função de “dique”: sua vigência impediu que novos hospitais psiquiátricos fossem abertos e que os antigos fossem ampliados. Ou seja, estancou de fato o crescimento de leitos em hospitais psiquiátricos. A lei tem uma função reguladora: regrou o limite de leitos

psiquiátricos possíveis de ofertar por hospital geral. A lei é o eixo do arcabouço jurídico-político da política de atenção integral à saúde mental no estado. Integra praticamente todos planos, justificativas de portarias e resoluções do âmbito da saúde mental no Rio Grande do Sul. A lei é viva, produz mobilização: na última década houve tentativas de revogar ou modificar a lei reintroduzindo o hospital psiquiátrico entre os serviços de saúde mental. Todas as tentativas fracassaram pela mobilização da sociedade, em especial usuários, trabalhadores e familiares integrantes do movimento da luta antimanicomial – Fórum Gaúcho

de Saúde Mental e entidades e gestores aliados da reforma psiquiátrica.

IHU On-Line – O que a política pública da reforma psiquiátrica prevê para as pessoas que necessitam de cuidado em função de sua saúde mental?

Sandra Fagundes – Prevê uma rede de ações e serviços diversificados nos territórios e cidades onde as pessoas vivem, incluindo: Unidades Básicas de Saúde – UBS, equipes de saúde da família, Centros de Atenção Psicossocial – CAPS (criança, adolescente, adultos e dependentes de uso de drogas), serviços residenciais tera-

pêuticos, consultórios na rua, casas de acolhimento transitório, centros de convivência, oficinas terapêuticas e de geração de renda, hospitalidade noturna, como leitos em hospital geral, unidades de desintoxicação e tratamento em hospitais gerais, pronto atendimento e SAMU. O essencial é a produção de Projetos Terapêuticos Singulares – PTS, de acordo com a necessidade de cada usuário e seu contexto.

IHU On-Line – O que ainda precisa mudar no cenário da saúde mental gaúcha e brasileira?

Sandra Fagundes – É preciso maior destinação de recursos financeiros para saúde mental. Alguns países destinam 10% do orçamento da saúde para essa área. O Brasil destina 2,7% (2010). Por um lado, é necessário ampliar a rede de serviços nas cidades de grande porte, onde a fragmentação social é maior e as redes socioafetivas são mais frágeis. Por outro, também é necessário esse incremento nos municípios pequenos, com menos de 20 mil moradores, nos quais os recursos financeiros e tecnológicos para o cuidado são mais escassos. Outro imperativo é formar mais profissionais a partir dos princípios ético-políticos da reforma psiquiátrica e possibilitar maior autonomia e visibilidade dos usuários na cena pública.

IHU On-Line – O que é saúde mental coletiva? Quais são as peculiaridades dessa rede de atendimento público no RS e como ela funciona?

Sandra Fagundes – Saúde Mental Coletiva é uma expressão surgida da intercessão entre saúde, educação e movimento social, por um cuidado com a vida. Conceituamos como “um processo construtor de sujeitos sociais, desencadeador de transformações nos modos de pensar, sentir e fazer política, ciência e gestão no cotidiano das estruturas de mediação da sociedade, extinguindo as segregações e substituindo certas práticas por outras capazes de contribuir para a criação de projetos de vida” (FAGUNDES, S. 1992). A rede de atendimento é semelhante à construída no país. As peculiaridades do Rio Grande do Sul que identifico são:

1. Centralidade na formação e educação permanente: a rede se constituiu a partir da formação de trabalhadores de saúde mental nos municípios, que criaram serviços apropriados à história e cultura local-regional. Formação em serviço: pessoas que já trabalhavam no serviço público.

2. Formação e práticas interdisciplinares: especializações e residências multiprofissionais.

3. Projetos e ações intersetoriais: trabalhos com a cultura e educação, por exemplo, com destaque para o trabalho de acompanhamento terapêutico e redução de danos.

4. Estreita articulação com o SUS: conselhos de saúde, conferências, gestão de sistemas e serviços de saúde.

5. Militância sociopolítica: tanto em movimentos sociais feministas, ecológicos, direitos humanos, como na vida partidária com cargos eletivos no Legislativo e Executivo.

IHU On-Line – Quais são os maiores desafios vivenciados pelos profissionais da área de saúde mental?

Sandra Fagundes – A própria formação acadêmica, que não prepara para o trabalho nos territórios em políticas públicas, particularmente com pessoas em sofrimento psíquico. A pressão corporativa, em particular dos médicos, que precisa ser rompida e superada para efetiva prática interdisciplinar. A precarização do trabalho.

IHU On-Line – Quais são as grandes ideias norteadoras por trás da luta antimanicomial?

Sandra Fagundes – Todas as pessoas são sujeitos de direitos e de desejos. A liberdade é terapêutica. A loucura é própria do humano e a sociedade precisa acolhê-la em seu tecido, não depositá-la em alguns seres e isolá-los em instituições. Os serviços devem se adaptar às necessidades dos usuários, e não o contrário. O cuidado é produzido no encontro, na implicação, na afecção entre pessoas.

IHU On-Line – A partir da experiência advinda da luta antimanicomial, como se dá a prática da psiquiatria sem o lugar e o estigma do hospício?

Sandra Fagundes – Da psiquiatria e outras disciplinas a prática ocorre

nos territórios: ruas, casas, instituições de saúde, de educação, de cultura. Há continuamente produção de práticas manicomiais – excludentes – na sociedade, nos diversos territórios, fora dos hospícios, que precisam ser reconhecidas, analisadas, superadas e substituídas. Este é um exercício cotidiano. O estigma da loucura, da doença mental ainda é vigente e precisa ser superado.

IHU On-Line – Acredita que a sociedade compreende melhor, hoje, a questão da saúde mental? Até que ponto persiste o estigma do louco como sujeito incapaz e sinônimo de sua doença, apenas?

Sandra Fagundes – A sociedade compreende melhor. Este ano a lei da reforma aqui no estado faz 20 anos, e são milhares de histórias de vida que se modificaram neste período na direção da garantia de direitos e da expressão de subjetividades. Assim como se multiplicaram as tecnologias de cuidado disponíveis, embora o estigma persista.

IHU On-Line – Se, por um lado, há o declínio do hospital psiquiátrico como lugar de confinamento, por outro se critica a medicalização do sujeito para aplacar tanto seus males físicos como psíquicos. Qual é o limite que separa a coerção do verdadeiro tratamento humanitário em saúde mental?

Sandra Fagundes – A medicalização é um dos maiores e mais graves problemas dos humanos no planeta nesse início de milênio. Essa pergunta precisa ser feita cotidiana e singularmente, pois não há resposta universal e definitiva para ela. A resposta precisa ser dada a pelo menos duas pessoas, em que uma delas é o usuário.

IHU On-Line – Gostaria de acrescentar algum aspecto não questionado?

Sandra Fagundes – Precisamos de dispositivos propiciadores de autonomia e de autoria dos usuários e familiares nos serviços, nas demais instituições e sociedade. Os direitos dos usuários ainda são desrespeitados e outros sequer foram conquistados.

O caso Damião Ximenes e a condenação do Brasil por violação dos direitos humanos

Carta-denúncia escrita pela irmã do paciente gerou a condenação emblemática na área de saúde mental

POR MÁRCIA JUNGES

Após ter sido internado numa noite de sexta-feira, no ano de 1999, na Casa de Repouso Guararapes, hoje desativada, o brasileiro de nome Damião Ximenes faleceu na segunda-feira subsequente. O laudo médico apontava como *causa mortis* uma parada cardiorrespiratória, mas os hematomas e sangue espalhados pelo corpo desmentiam o que a oficialidade afirmava. A irmã de Damião não se conformou e redigiu uma “carta-denúncia para a Comissão Interamericana de Direitos Humanos – entre muitos outros órgãos, nacionais e internacionais, de saúde, justiça e direitos humanos, dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário – ainda em 1999, denúncia esta que foi acolhida por este órgão do Sistema Interamericano de Direitos Humanos”, comenta o psicólogo Martinho Braga Batista e Silva. “A ausência de resposta alimentou a suspeita de que o país tinha responsabilidade por violação de direitos humanos na morte de Damião Ximenes. Em 2005, aconteceu o julgamento na

Corte Interamericana de Direitos Humanos e este mesmo tribunal internacional condenou o Brasil por violação de direitos humanos em 2006”.

As afirmações podem ser conferidas na entrevista concedida por e-mail à **IHU On-Line**.

Martinho Braga Batista e Silva é graduado em Psicologia pela Universidade de Brasília – UnB e especialista em Saúde Mental pela Fundação Oswaldo Cruz. É mestre em Saúde Coletiva pela Universidade Estadual do Rio de Janeiro – UERJ e doutor em Antropologia Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ com a tese *Entre o “desmame” e os “galinha d’água”: a vida fora dos hospícios no contexto da primeira condenação do Brasil por violação de direitos humanos*. Docente na UERJ, organizou a obra *Legislação em saúde no sistema penitenciário* (Brasília: Ministério da Saúde, 2010).

Confira a entrevista.

IHU On-Line – Poderia recuperar o contexto da primeira condenação do Brasil por violação de direitos humanos em relação à internação psiquiátrica? Qual é a situação atual? O que aconteceu no bojo dessa condenação ao nosso país?

Martinho Braga Batista e Silva – A primeira condenação do Brasil por violação de direitos humanos, conhecida como Caso Damião Ximenes, aconteceu justamente por conta de uma internação psiquiátrica. Damião Ximenes Lopes ficou internado na extinta Casa de Repouso Guararapes, do município de Sobral, no Ceará, em outubro de 1999, entre a noite de

uma sexta-feira e a manhã de uma segunda-feira, momento no qual veio a falecer. Neste fim de semana não se sabe ao certo o que aconteceu, mas quando sua mãe o visitou na segunda-feira viu Damião ensanguentado e com hematomas no corpo, ouvindo de uma funcionária do setor de limpeza do então hospital psiquiátrico privado conveniado ao Sistema Único de Saúde – SUS que ele tinha sido espancado por outros funcionários, conhecidos como “monitores de pátio”, de modo que, quando recebeu a notícia de sua morte pouco depois desta visita, estranhou em muito o laudo médico apontando morte por parada cardior-

respiratória. Outro laudo médico, realizado em outra cidade e por outros médicos, apontou morte por causa indeterminada.

Então a internação psiquiátrica na Casa foi o ponto de partida do Caso, a relação de conflito entre a equipe de um estabelecimento médico e um paciente desencadeando outras relações de conflito, entre família e Estado, entre tribunais internacionais e estados nacionais, bem como entre sanitaristas e juristas. Isso é um dos conteúdos da tese de doutorado por mim defendida em fevereiro de 2011 no Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social do Museu Nacio-

nal, na Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFF, cujo título é *Entre o ‘desmame’ e os ‘galinha d’água’: a vida fora dos hospícios no contexto da primeira condenação do Brasil por violação de direitos humanos*.

Violação de direitos humanos

A irmã deste falecido paciente psiquiátrico enviou uma carta-denúncia para a Comissão Interamericana de Direitos Humanos – entre muitos outros órgãos, nacionais e internacionais, de saúde, justiça e direitos humanos, dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário – ainda em 1999, denúncia esta que foi acolhida por este órgão do Sistema Interamericano de Direitos Humanos. O trâmite desta denúncia envolveu um documento enviado pela Comissão ao Brasil ainda em 1999, respondido pelos órgãos do poder Executivo nacional (entre eles a Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República e o Ministério da Saúde) aproximadamente três anos depois, de modo que a ausência de resposta alimentou a suspeita de que o país tinha responsabilidade por violação de direitos humanos na morte de Damião Ximenes. Em 2005 aconteceu o julgamento na Corte Interamericana de Direitos Humanos e este mesmo tribunal internacional condenou o Brasil por violação de direitos humanos em 2006. Durante este período de aproximadamente seis anos, a denunciante conquistou recebeu a colaboração de movimentos sociais – como o então Movimento Nacional da Luta Antimanicomial na época – e de organizações não governamentais – como a Justiça Global – e o também o apoio de seus parentes, sendo que foi decidido pelo tribunal interamericano e cumprido pelo governo brasileiro que ela, a mãe, o pai e um dos irmãos de Damião deveriam ser indenizados, a totalidade do valor monetário correspondendo a mais de 100 mil dólares em 2007.

Hoje a denunciante dirige o Instituto Damião Ximenes, homenagem ao irmão. O município no qual aconteceu a morte tem uma rede de atenção em saúde mental premiada nacional e internacionalmente, na qual um dos Centros de Atenção Psicossocial – CAPS chama-se justamente Damião

“A primeira condenação do Brasil por violação de direitos humanos, conhecida como Caso Damião Ximenes, aconteceu justamente por conta de uma internação psiquiátrica”

Ximenes, outra homenagem póstuma. Atualmente, não existe mais a Casa de Repouso Guararapes, mas uma Rede de Atenção Integral em Saúde Mental – RAISM, cujos estabelecimentos acolhem egressos de internação psiquiátrica e aqueles que viraram notícia nos jornais locais, atendendo pessoas que já eram objeto de escárnio, fofoca, boatos e maus-tratos pela população local na época em que a Casa existia, atendimento este pautado pela perspectiva da inclusão, e não da exclusão social.

Dessa maneira, além da internação na Casa ter sido o ponto de partida, o Caso foi cercado de causas – como a causa antimanicomial, nacional – e também de causos – como os comentários sobre esses egressos de internação psiquiátrica locais. Diferente de Damião, que se tornou um Caso, estes causos em circulação no cotidiano da cidade vieram a ser tornar, com a criação da Rede, casos clínicos em discussão nas equipes de saúde mental e de atenção básica. Essa interação entre a Casa, o Caso, a causa e os cau-

sos também foi apresentada e discutida na tese de doutorado mencionada.

Gestão da loucura

Existem muitas outras versões sobre essa condenação. Estou apresentando apenas uma delas, que sublinha também a denúncia e a indenização. Há versões, por exemplo, que acentuam mais ainda a participação dos órgãos de proteção aos direitos humanos neste processo de âmbito internacional, outras dos órgãos de saúde e particularmente de saúde mental, outras ainda de certos atores institucionais. A minha versão leva em conta relações de conflito – como mencionado acima – e formas de gestão da loucura no espaço urbano e doméstico, ou seja, a passagem entre o confinamento asilar, a convivência nos CAPS e o cárcere privado.

Desde a defesa da tese de doutorado em 2011 tenho acompanhado razoavelmente os efeitos da condenação. O Brasil continua sendo condenado por violação de direitos humanos. Houve outras três condenações além do Caso Damião Ximenes. Continuam chegando denúncias ao Sistema Interamericano de Direitos Humanos, mas a grande maioria deles não chega a virar um caso, quanto mais resultar em condenação.

IHU On-Line – Em que medida o trabalho da desinstitucionalização é uma prática da liberdade? Em última instância, podemos compreender que a psiquiatria tradicional é uma das formas de se executar a governamentalidade da população, ou uma gestão das populações?

Martinho Braga Batista e Silva – Pesquisa o trabalho de desinstitucionalização menos da perspectiva que o aponta como uma terapêutica, e mais daquela que o considera parte da administração pública nacional, em muito inspirado nos estudos de Robert Castel e também do professor Dr. Antonio Carlos Souza Lima e da professora Dra. Adriana Vianna. Não considero possível, desta maneira, compreender essa prática de liberdade desvinculada do fato de que ela acontece em estabelecimentos públicos e por parte de funcionários públicos, agentes e serviços pautados por um mandato

social, qual seja: de tutela, de proteção, de construção de uma autoridade para cuidar e controlar o outro, do que o professor Antonio Lima chama de formas de gestão da alteridade e a professora Adriana Vianna designa captura de relações domésticas. Assim, as formas de gestão da loucura no espaço urbano e doméstico, como há pouco disse, giram em torno do confinamento asilar, da convivência nos CAPS e do cárcere privado, sendo que surgem novas formas de gestão além da já condenada internação prolongada descrita por Foucault e, mesmo, do temido controle a céu aberto descrito por Deleuze. Por exemplo, quando o parente do usuário de uma rede de atenção em saúde mental é convidado a permanecer com ele durante o período de internação, na função de acompanhante.

Nem totalmente isolado no espaço asilar, nem totalmente mantido em casa, esse convite aponta para outra forma de gestão que convoca os que estão em volta do usuário para permanecer com ele em hospitais, muitas vezes encurtando o período de internação e facilitando o manejo adequado de situações de crise e também a ministração de medicamentos segundo os profissionais e gestores da RAISM. Essa forma de gestão da loucura tem continuidades e descontinuidades com outras também já descritas por mim em outro momento, como a mediação de conflitos e a referência do usuário, da família e da vizinhança ao serviço.

IHU On-Line – Sob quais aspectos o adoecimento mental do sujeito reflete, também, o tipo de sociedade

“Essa forma de gestão da loucura tem continuidades e descontinuidades com outras também já descritas por mim em outro momento, como a mediação de conflitos e a referência do usuário, da família e da vizinhança ao serviço”

de na qual vive, capitalista e excluído, e o modelo de saúde/doença imposto?

Martinho Braga Batista e Silva – Gostaria de acentuar a contribuição de um autor fundamental nessa dis-

cussão, H. Becker. Trata-se de alguém que realizou estudos de sociologia do desvio. Em sua obra há uma guinada importante a ser destacada. Ele primeiro questiona o fato dos cientistas sociais de sua época, década de 1960 nos EUA, partirem de uma classificação dada por médicos e juristas para realizarem suas pesquisas, ou seja, partirem da categorização de uma pessoa como “doente mental” ou de um grupo como de “criminosos” para, daí, eleger qual seria seu objeto de pesquisa. Seu questionamento se dirige ao fato de que aqueles que produzem o rótulo de doente mental ou criminoso nunca são o objeto da pesquisa, muito menos o processo pelo qual esse rótulo é gerado, e menos ainda a situação social na qual rotuladores e rotulados são constituídos como tal.

Embora muito se tenha pesquisado sobre os ditos “empreendedores morais”/rotuladores depois desta chamada de H. Becker – basta ver os estudos sobre especialidades médicas no campo das ciências sociais –, nem sempre tem se dedicado a mesma atenção para a relação entre rotuladores e rotulados e, menos ainda, às próprias situações sociais nas quais as categorias de desvio são geradas. Um estudo desse tipo seria muito relevante no caso do crack, por exemplo. Eu procurei fazer isso no Caso Damião Ximenes, tratando-se como uma situação social tal como H. Becker compreende o conceito, uma situação social e um drama social imerso em acusações de desvio social – categorizando países como violadores de direitos humanos, por exemplo.

**Ciclo de Estudos em EAD:
Sociedade Sustentável Edição 2012**

Início do novo módulo em 07-05-2012

Tema: *Por um novo paradigma civilizacional*

Saiba mais em <http://bit.ly/x15DXC>

A psiquiatria e o exercício da humildade

Em condições históricas que podem tornar tudo um “manicômio”, é preciso repensar o poder do psiquiatra e da psiquiatria sobre a equipe e o cliente, pondera José Jackson Sampaio Coelho. Atualmente saúde e doença são constitutivos de um processo histórico-social, observa

POR MÁRCIA JUNGES

“**A** psiquiatria é uma especialidade médica (clínica e epidemiologia), uma consultoria para as demais especialidades médicas (interconsulta) e uma medicina especial (psiquiatria social, na fronteira do direito e da religião), dada a transcendência de seu objeto (a mente, diferente do cérebro, objeto do neurologista; do psiquismo, objeto do psicólogo; e do inconsciente, objeto do psicanalista). Qual, portanto, a contribuição positiva da psiquiatria à dimensão saúde mental do campo da saúde coletiva? Essa é a grande pergunta que nos desafia à humildade”. A reflexão é do médico psiquiatra José Jackson Coelho Sampaio, em entrevista concedida por e-mail à **IHU On-Line**. E adverte: “O poder individual do psiquiatra e da psiquiatria, sobre a equipe e o cliente, pode tornar-se poder da equipe e do campo da saúde mental sobre o cliente. Como já dissemos (...), nas nossas condições históricas, tudo pode tornar-se manicômio”. O médico aborda também a questão da reforma

psiquiátrica, ponderando que ela é uma “dimensão do movimento antimanicomial, operativo de uma linha de intervenção”. E resgata as origens da psiquiatria: “o psiquiatra nasce como alienista, depois do grande asilamento da loucura, realizada por meio das grandes instituições de segregação. A imprecisão conceitual de loucura, hoje categoria do senso comum, foi entendida como obstáculo à codificação científica da disciplina, daí a criação do neologismo alienista/alienismo”.

José Jackson Coelho Sampaio é médico psiquiatra graduado pela ABP/AMB, mestre em Medicina Social pela Universidade Estadual do Rio de Janeiro – UERJ e doutor em Medicina Preventiva pela Universidade de São Paulo – USP. É professor titular em Saúde Pública, líder do Grupo de Pesquisa Vida e Trabalho, docente efetivo do Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva da Universidade Estadual do Ceará – UECE.

Confira a entrevista.

IHU On-Line – De que forma foi implementada no Brasil e quais são as maiores conquistas da reforma psiquiátrica?

José Jackson Coelho Sampaio – O Movimento Brasileiro de Reforma Psiquiátrica – MBRP, constituído na década de 1990 e em torno da luta pela aprovação do Projeto de Lei Paulo Delgado, envolve quase o mesmo conjunto de atores de processo anterior, surgido a partir da visita de Franco Basaglia ao Brasil, em 1979, e que era denominado de Movimento dos Trabalhadores de Saúde Mental. Penso que a mudança de denominação deveu-se à convicção de que deveríamos focar no objetivo político do fim do modelo assistencial hospitalocêntrico, de

natureza asilar, e não na natureza dos atores, passível de confusão com ação trabalhista ou corporativa.

O resultado da luta do MBRP, na década de 1990, foi a aprovação da lei federal e de várias leis estaduais, como a do Ceará, por exemplo, que precede a federal em nove anos. O resultado da aplicação da lei, na primeira década do século XXI, é de evidente e substantiva mudança no marco normativo e nas ações de atenção ao portador de transtorno mental no Brasil. Os leitos psiquiátricos em hospitais especializados perderam 2/3 de seu número. A rede de Centros de Atenção Psicossocial rapidamente ultrapassou o número de mil unidades (no Ceará já ultrapassou as cem unidades), o finan-

ciamento já inverteu o perfil e a sociedade brasileira incorporou o novo paradigma, embora não de modo extenso e homogêneo, mas conquistou parcela significativa da mídia. Além disso, a reforma psiquiátrica pública associou-se à reforma sanitária, integrando o campo da saúde mental na atenção primária, por meio dos Núcleos de Apoio à Saúde da Família – NASF e do matriciamento a partir dos Centros de Atenção Psicossocial – CAPS.

Superação de paradigma

Correspondendo aos conceitos de loucura e de alienação, aquilo que, *grosso modo*, podemos chamar de assistência psiquiátrica, estabelece uma

organização à qual denominamos de asilar, caracterizada por exclusão, isolamento em instituição fechada, mortificação do eu e mistura entre a embrionária ordem médica da enfermidade com a ordem moral do desregramento, a ordem jurídica do crime, a ordem social da miséria e a ordem política da subversão.

Correspondendo aos conceitos de psicopatia e de enfermidade mental, a assistência psiquiátrica estabelece uma organização à qual denominamos de psiquiatria clássica, enfocando a ordem médica da enfermidade e dispondo de hospital psiquiátrico especializado e de um arsenal terapêutico biofarmacológico, revolucionários em relação ao paradigma anterior, mas com radical dificuldade de lidar com a interface jurídica do crime, as possibilidades de cura e a manutenção dos vínculos familiares, laborais e comunitários em simultaneidade com o desenvolvimento dos projetos terapêuticos.

O paradigma da atenção psicossocial e territorial busca superar os limites da psiquiatria clássica e instaurar novos dispositivos de cuidado, incluindo a promoção da saúde mental, novas relações entre profissões (multiprofissionalidade), conhecimentos (interdisciplinariedade), dimensões das políticas públicas (intersectorialidade) e dimensões do sujeito (integralidade).

IHU On-Line – Qual é a importância da luta antimanicomial para a sociedade como um todo?

José Jackson Coelho Sampaio – Simultaneamente à evolução do MBRP, uma parte de seus atores, com variados outros novos, instituiu o Movimento da Luta Antimanicomial – MLAM, voltado para uma crítica da própria organização histórica brasileira, encontrando no estado burocrático-autoritário e na herança colonial-escravista respaldo para uma miríade de expressões manicomiais (escola, família, empresa, etc.) da nossa vida societária. O MLAM tem apresentado objetivos amplos e resultados práticos muito pequenos, refugiando-se, *grasso modo*, entre psicólogos e assistentes sociais, e criticando os limites e a identificação do MBRP com as políticas de Estado.

Como se vê, faço distinção entre MBRP e MLAM, pelos atores, pelos objetivos e pelos dispositivos práticos, pois, se o primeiro foca a transformação da política de cuidados ao portador de transtorno mental, dentro do aparelho do estado, o segundo foca uma transformação de paradigma do comportamento social, buscando afetar os determinantes da produção de subjetividades autoritárias, excludentes, preconceituosas, estigmatizadoras das diferenças que escapem ao “ideal de ego” hegemônico na sociedade. Além do mais, pressupondo uma heterogeneidade profundamente contraditória da sociedade brasileira, não há como identificar uma “sociedade como um todo” para avaliar impactos. Esse “todo” seria uma abstração ideológica, ou uma abstração normativa, baseada no conceito moral ou estatístico de média.

IHU On-Line – Quais são os nexos entre a luta manicomial, a autonomia do sujeito e a democracia em nosso país?

José Jackson Coelho Sampaio – O MLAM realiza a crítica ideológica do estado burocrático-autoritário e da sociedade excludente-estigmatizadora pela afirmação de que, em certas condições sociais, econômicas e políticas, em certo momento histórico, todos os dispositivos organizacionais de uma sociedade (escola, igreja, empresa, sindicato, família, partido político, clube recreativo, etc.) podem tornar-se “manicomiais”. A reforma psiquiátrica é uma dimensão do movimento antimanicomial, operativo de uma linha de intervenção.

Evidencia-se que a humanização do cuidado, a acessibilidade de todos ao jogo dialético dos direitos e deveres, a produção de subjetividades criativas e autônomas e o desenvolvimento do protagonismo dos indivíduos fundamentam a sociedade democrática, sem confundir democracia com uma natureza possível (“liberal burguesa”), uma forma possível (“democracia representativa”), uma tática possível de gestão pública (“escolha dos governantes”), ou com a simples expansão da oferta de emprego/renda/trabalho.

IHU On-Line – Sob quais aspectos a saúde mental é um tema que se insere na medicina social?

José Jackson Coelho Sampaio – A política de atenção ao portador de transtorno mental, no Brasil de hoje, compreende saúde e doença como um processo histórico-social e constitui saúde mental como campo de práticas profissionais criticamente incluídas e integradas no campo da saúde coletiva. Então, incorpora o paradigma da atenção psicossocial territorial a ser praticada de modo multiprofissional, interdisciplinar, intersectorial e integrado. A prática dessa política desdobra um novo processo de trabalho e um novo conjunto de tensões entre terapeutas e clientela, entre equipe de terapeutas e equipe de gestão, e dos terapeutas entre si mesmos, por conta das diferenças individuais, corporativo-profissionais e ideológico-teóricas.

A medicina social é a contribuição que a profissão médica aporta ao campo da saúde coletiva, que se agrega, se modifica e modifica as demais contribuições, como as dos enfermeiros, dos psicólogos, dos terapeutas ocupacionais, dos assistentes sociais, dos arte-terapeutas, etc.

Portanto, saúde mental, como saúde do idoso e saúde e trabalho, por exemplo, é um tema transversal do campo da saúde coletiva. A medicina social é a contribuição disciplinar da profissão médica ao tema e ao campo. Mas há um problema com a expressão “saúde mental”: ela designa, em seu uso cotidiano, técnico ou teórico, simultaneamente um conjunto de profissões (“fulano é trabalhador da saúde mental”), um conjunto de instituições e práticas (“política e planejamento em saúde mental”, “sistema de saúde mental”), um conjunto de disciplinas e teorias (“a psicologia integra os conhecimentos da saúde mental”) e um estado do ser compreendido por certa qualidade comportamental (“isto faz bem à saúde mental”).

IHU On-Line – Qual é a atualidade e a pertinência da concepção do poder psiquiátrico, formulada por Foucault para compreendermos e repensarmos a psiquiatria e a saúde mental em nosso tempo?

José Jackson Coelho Sampaio – A equipe multiprofissional, interdiscipli-

nar, realizando projetos em rede, sob supervisão clínico-institucional, visa relativizar o poder de um especialista. Mas, numa sociedade individualista, competitiva, profundamente dividida em classes, admitindo a reprodução das relações de opressão/exploração, qualquer relação que implique em empírica ou suposta desigualdade, interpretada como superioridade x inferioridade, sejam homem x mulher, pai x filho, professor x aluno, terapeuta x cliente, por exemplo, será vivida como relação de poder. Assim, portanto, será vivida como relação de dominação.

O poder individual do psiquiatra e da psiquiatria sobre a equipe e o cliente pode tornar-se poder da equipe e do campo da saúde mental sobre o cliente. Como já dissemos, nas nossas condições históricas, tudo pode tornar-se manicômio. A categoria “poder” não pode ser esquecida em nenhuma análise que se pretenda crítica: o enfermeiro e a enfermagem como donos do cotidiano, o psicólogo e a psicologia como donos da interpretação, etc.

A psiquiatria é uma especialidade médica (clínica e epidemiologia), uma consultoria para as demais especialidades médicas (interconsulta) e uma medicina especial (psiquiatria social, na fronteira do direito e da religião), dada a transcendência de seu objeto (a mente, diferente do cérebro, objeto do neurologista; do psiquismo, objeto do psicólogo; e do inconsciente, objeto do psicanalista). Qual, portanto, a contribuição positiva da psiquiatria à dimensão saúde mental do campo da saúde coletiva? Essa é a grande pergunta que nos desafia à humildade.

IHU On-Line – Em *O poder psiquiátrico*, Foucault fala, entre outras coisas, da psiquiatrização da criança e do criminoso. Como podemos compreender essa transposição da psiquiatria para outros sujeitos que não o louco “classicamente” definido?

José Jackson Coelho Sampaio – A loucura não constitui categoria clássica no sentido em que remonte ao mundo antigo, greco-romano, uma vez que lá havia era a possessão panteísta. Pelo contrário, constitui-se como categoria clássica no sentido de ser paradigmática de uma época, Renascimento-Iluminismo, revolucionária em relação à

“Como se vê, faço distinção entre MBRP e MLAM, pelos atores, pelos objetivos e pelos dispositivos práticos”

categoria medieval da possessão pelo demônio.

Na transição do século XVIII para o XIX, a psiquiatria se constitui em especialidade médica (inicialmente como alienismo) e compartilha o processo de constituição do poder médico, em base científica positivista, na dimensão mais sensível e ideológica daquilo que, hoje, chamamos de subjetividade. Assim, é a ciência e a medicina que disputarão poder explicativo e de controle sobre as normalidades, as alterações admissíveis e as alterações patológicas (desvios, doenças), do corpo e dos comportamentos, com a religião e com o sistema jurídico.

A psiquiatrização dos comportamentos se dá como alienação, em seguida como psicopatia e como doença mental, nunca como loucura, em nome da ciência e da medicina, construtores da racionalidade moderna, substitutos da metafísica religiosa e competidores do formalismo retórico do direito. Atualmente uma filosofia e uma ciência das religiões, bem como uma filosofia e uma ciência do direito, submetem religião e direito às racionalidades positivista e neopositivista, tanto quanto, mais atrás, submeteram a díade psiquiatria/medicina. O fundamento dessas racionalidades pode ser encontrado na lógica de desenvolvimento do capitalismo, carente de uma objetividade que instituisse a universalização do mercado e da mercadoria. Universalização somente possível com a transformação de todas as experiências e produtos humanos em valor de troca, isto é: “coisas com preço”.

Enfatiza-se que possessão panteísta, possessão pelo demônio, loucura, alienação, psicopatia e doença mental não são palavras sinônimas, que representam o mesmo fenômeno, pois referem fenômenos diferentes. Lembremo-nos do magnífico ensaio de Foucault sobre o caso Michel Rivière: a disputa entre a Igreja Católica (“é desgraça, derivada do pecado dos pais, onde há ausência de pecado original, no indivíduo vítima, que deve ser protegido”), sistema jurídico napoleônico (“é defeito que impede os direitos da cidadania e deve ser tutelado”) e a medicina psiquiátrica (“é patologia a ser tratada, se possível controlada ou curada”), pela tutela dos portadores de deficiência/retardo mental.

IHU On-Line – O que é a epidemiologia da imprecisão? Em que medida a saúde/doença mental são objeto da epidemiologia?

José Jackson Coelho Sampaio – Em minha tese de doutorado (USP/FMRP, 1992), que resultou em livro (Fiocruz, 1998), defendo que o mundo de doenças infectocontagiosas, resultando em amplo número de mortes e vidas humanas curtas, só poderia constituir uma epidemiologia da contagem de óbitos (índices e coeficientes de mortalidade) e na fotografia de aparências de evento agudo, único na singularidade do indivíduo, porém de massa.

A crescente amplitude da esperança de vida, derivada das tecnologias médicas de diagnóstico, de prevenção e de tratamento, resulta, por sua vez, em advento do crônico-degenerativo, das comorbidades e dos processos alérgicos, imunológicos, psicossomáticos e somatopsíquicos. Este novo perfil exige uma nova epidemiologia, que não confunda aparência (sinais, sintomas e síndromes) com essência (natureza de cada fenômeno): uma epidemiologia do sarampo e da tuberculose não pode dar conta da psicose psicogênica e do transtorno neurótico, por exemplo.

A epidemiologia dos processos mentais (personalidade, sofrimento, doença mental) indica a necessidade de um novo paradigma epidemiológico, que pode ser paradigmático para toda a nova natureza crônica, cumulativa, radicalmente imprecisa na fonte

(não defeito da técnica diagnóstica, por exemplo), de transtornos mesmo que de base objetivamente orgânica. O processo saúde/doença.

Essa epidemiologia exige profunda revisão epistemológica, metodológica e instrumental, incorporando a crítica da relação entre história da base geral (há uma especificidade da doença) e dinâmica da expressão (há uma singularidade da doença nesta pessoa); entre aparência (formas contingentes, descritíveis e mensuráveis) e essência (natureza lógica de gênese e curso); e entre procedimentos e instrumentos de investigação, de interpretação e de exposição de resultados e conclusões. Ora, isso vai exigir a triangulação metodológica (quantitativa) e a construção de territórios de pesquisa (territórios vivos, ecológico-sociais, superando as simples medidas genéricas de tendência).

IHU On-Line – Em que diferem as três epidemiologias do domínio psiquiátrico: a da personalidade, a do sofrimento psíquico e a da doença mental?

José Jackson Coelho Sampaio – O debate epistêmico sobre a relação essência/aparência é instaurada pelo debate científico de construção de objetos. Cada disciplina científica, em sua constituição, refina seu próprio objeto e sua metodologia específica, derivada dos princípios e diretrizes próprios da ciência. Se o objeto da psiquiatria é a mente, unidade relacional cérebro (dimensão física, infraestrutura biológica)/consciência (dimensão psicológica, supraestrutura do psiquismo propriamente humano), então é preciso distinguir três dimensões expressivas (objetos) do processo fenomênico mental.

Vejamos a dinâmica da consciência, se tomada nas dimensões “conservadora/adaptadora” x “inovadora/superadora”, teremos a identidade e a criatividade, respectivamente; mas se tomada nas dimensões “percepção para si mesmo” x “percepção para os outros”, teremos a subjetividade e a personalidade, respectivamente. A personalidade é o modo como a consciência de cada um é decodificada e organizada pelos outros, segundo padrões, molduras sociais de (re) conhecimento. Daí, a possibilidade da

personalidade ser decodificada em condição saudável (personalidade pd), condição de sofrimento (alteração dolorosa, explicável segundo lógica de causas e determinações) ou condição de doença (alteração estranhável, mutadora das experiências vitais).

Vejamos agora a questão dos usos da palavra “depressão”, por exemplo: designa um conjunto de sinais, aparências observáveis, e de sintomas, aparências declaradas, como padrão de comportamento, não crítico e funcional aos projetos de vida (*personalidade*); os mesmos sinais e sintomas, como comportamento conjuntural, agudo porém não necessariamente grave, crítico e explicável como reativo a certos eventos de frustração ou perda, com olhar retrospectivo, oscilantemente fixado no passado e nos movimentos dos sentimentos (*sofrimento*); ou os mesmos sinais e sintomas, perturbadores dos significados atribuídos ou apenas associáveis de modo remoto, agudo ou crônico, porém crítico, reativo a certos eventos profundos, provavelmente remotos, de frustração ou perda, com olhar retrospectivo, oscilantemente fixado no passado e nos movimentos dos sentimentos (*doença*). No caso da doença, ainda teríamos que compreender se causas e determinantes são predominantemente psíquicos ou orgânicos.

O fato é que, se a epidemiologia constitui radicalmente uma experiência de fotografar a ocorrência de fenômenos numa população, ela, no processo de compreender, precisará seguir o fluxo dialético do pensamento: descrever, analisar, sintetizar, contextualizar historicamente e criticar teoricamente.

IHU On-Line – A psiquiatria compreende o louco e o doente mental como sinônimos? Por quê?

José Jackson Coelho Sampaio – A psiquiatria nasce, na transição do século XVIII para o XIX, exatamente superando o conceito de louco, instituindo o de alienado, sucessivamente seguido do de psicopata e do de doente mental. Vejamos melhor este percurso:

A Antiguidade constituiu o paradigma da possessão panteísta quando se entendia que cada comportamento alterado seria regido por um deus:

Mania (ainda mantemos o nome, em começo de desuso para transtorno bipolar), Lissa (o nome desapareceu, mas indicava a melancolia árabe e, talvez, a depressão antes de este conceito tomar a amplitude genérica que adquiriu na contemporaneidade), Pan (o nome tornou-se extenso, para qualificar síndrome: do pânico). A Idade Média e o Renascimento realizaram a transição do paradigma da possessão (“as alterações de comportamento eram regidas pelo demônio”) para a loucura (distinguida conceitual e praticamente da possessão e do mau olhar, porém entregue aos padres católicos para o diagnóstico diferencial e para as prescrições corretivas, o fogo para a possessão, o exorcismo para o mau olhar, a “nau dos insensatos” para a loucura).

O psiquiatra nasce como alienista, depois do grande asilamento da loucura, realizada por meio das grandes instituições de segregação. A imprecisão conceitual de loucura, hoje categoria do senso comum, foi entendida como obstáculo à codificação científica da disciplina, daí a criação do neologismo alienista/alienismo. Porém, no correr do século XIX, com a medicina firmando-se científica e tecnologicamente, fundamentada no paradigma do organicismo positivista, refina-se o conceito de alienação para o de psicopatia (hoje, a palavra designa um grupo de transtornos marcado pelo prejuízo moral profundo e pelo curso linear não crítico). Neste momento, baseando-se na Lei de Broussais, afirmam-se dois modelos sobre a gênese da psicopatia: o sifilítico (“toda psicopatia seria modo de expressão cerebral da sífilis”) e o epilético (“toda psicopatia seria modo de expressão da epilepsia”). A rapidez das conquistas diagnósticas e terapêuticas e a expansão da capacidade discriminativa do olhar médico rapidamente introduziram o conceito mais genérico de doença mental, multiforme, a ser distinguida do padrão ouro da saúde mental.

Hoje, entendemos saúde e doença, incluindo saúde mental e doença mental, como constitutivos de um processo histórico-social, por sua vez expressão de outro processo, qual seja, o processo vital.

Uma psiquiatria a serviço do Estado contra os “indivíduos desviantes”

Os “novos desviantes sociais” poderão ocupar o lugar discursivo antes reservado aos loucos, adverte Bernardo Salles Malamut. “Limpezas urbanas” como aquelas promovidas no Rio de Janeiro e São Paulo, contra os usuários de crack, são exemplo dessa lógica manicomial

POR MÁRCIA JUNGES

O hospital psiquiátrico voltou a ser o “o destino de todas as mazelas sociais que ‘não poderiam’ frequentar a rua e a vida na cidade. Todos aqueles indivíduos que não se encontram incluídos no sistema de produção do capital parecem destinados a serem internados. O movimento que vemos no Rio de Janeiro e em São Paulo a respeito da interação compulsória dos usuários de crack é um exemplo importante dessa lógica manicomial. Uma verdadeira ‘limpeza urbana’ tem sido feita, não mais ‘em nome da razão’, mas agora ‘em nome da saúde’. Os entrevistados já em 2010 mostravam isso: a psiquiatria a serviço do Estado e de sua intolerância com os indivíduos desviantes”. A afirmação é do psicólogo Bernardo Salles Malamut, em entrevista concedida com exclusividade por e-mail à **IHU On-Line**. Essas conclusões foram obtidas através da pesquisa acadêmica realizada por Malamut em 2010 com nove médicos psiquiatras (cf. MALA-

MUT, Bernardo Salles; MODENA, Celina Maria; PASSOS, Izabel C. Friche. A rede de atenção à saúde mental na visão de médicos psiquiatras: A Stultifera Navis contemporânea. In: **CADERNOS Brasileiros de Saúde Mental: Cinquenta anos de História da Loucura**. v. 3, n. 6, 2011). Segundo esses profissionais, o hospital psiquiátrico fica no lugar de “sustentação do discurso da reforma”, porém ainda é imprescindível. “O hospital psiquiátrico ainda é complementar à rede dos serviços substitutivos, segundo os entrevistados”, acentua Bernardo.

Bernardo Salles Malamut é graduado em Psicologia pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais – PUC Minas, e especialista em Psicanálise: teoria e prática pela Universidade Fumec. É mestre em Ciências da Saúde pela Fiocruz com a dissertação *O poder e o dispositivo: hospital psiquiátrico na contemporaneidade*.

Confira a entrevista.

IHU On-Line – Qual é a visão dos médicos psiquiatras sobre a rede de atenção à saúde mental?

Bernardo Malamut – Sobre a visão dos médicos psiquiatras como uma classe de indivíduos, eu não teria condições de responder, já que minha pesquisa a respeito do tema foi restrita a nove médicos psiquiatras que trabalhavam em um hospital psiquiátrico público. Não se tratava de uma pesquisa que buscava obter uma generalização através de uma amostra numérica, mas sim que buscava obter um aprofundamento analítico a partir do discurso desses profissio-

nais. A pesquisa (MALAMUT, Modena & Passos, 2011a; MALAMUT, Modena & Passos, 2011b) visava compreender a articulação entre um determinado contexto sócio-histórico e sua implicação em uma produção discursiva, e por isso a opção pela pesquisa qualitativa. Então posso esclarecer somente os resultados dessa pesquisa específica. Importante lembrar que a reforma psiquiátrica visa uma assistência *na rede*, envolvendo os diversos aparatos disponíveis, e *em rede*, abarcando os vários atores que compõem a vida do usuário na cidade, rompendo com a lógica segregadora e exclusivista do

modelo anterior, que tinha no discurso médico-psiquiátrico sua única baliza. Porém, é a partir de 2004 – com a aprovação do Programa Anual de Reestruturação da Assistência Hospitalar no SUS – que a legislação institui mecanismos claros para a progressiva extinção dos manicômios, não havendo entretanto na lei da reforma nenhuma garantia da construção de uma rede assistencial, já que a rede é maior que o conjunto dos serviços que a constitui. Assim, a rede que se constitui na visão dos entrevistados está muito aquém do necessário, e não conseguiria substituir o hospital psiquiátrico.

O sistema funcionaria em uma lógica bastante perversa que dissimularia o uso que os profissionais ainda fazem do hospital. O hospital psiquiátrico ainda é complementar à rede dos serviços substitutivos, segundo os entrevistados. Digo que essa lógica é perversa no sentido de que as internações que ainda existem seriam ‘dissimuladas’, segundo os entrevistados. O paciente faria pernoite no hospital psiquiátrico e permanência dia nos Centros de Atenção Psicossocial - CAPS – ficando sob custódia do Estado o tempo todo. Porém, sem estar sob responsabilidade de nenhum dos serviços – ou seja, o paciente margearia os serviços de saúde da cidade (posto de saúde, CAPS, hospital psiquiátrico, ambulâncias da Samu...) numa versão contemporânea da *Stultifera navis*, figura da Nau dos Loucos recortada por Foucault em sua tese de doutorado. O paciente ainda não é de responsabilidade de ninguém, de nenhum dos serviços. Os casos psiquiátricos graves ficam rodando, numa lógica de porta giratória. Sugiro a leitura cuidadosa dos artigos publicados a partir da pesquisa para exemplos e uma melhor compreensão dessa lógica que aqui nomeio de “perversa”.

IHU On-Line – Como descreve o hospital psiquiátrico na contemporaneidade? Nesse sentido, qual é a importância do legado foucaultiano para podermos compreender essa instituição?

Bernardo Malamut – O hospital psiquiátrico fica no lugar de “sustentação do discurso da reforma”, porém ainda é imprescindível na visão dos psiquiatras entrevistados, e isso precisa vir a público. Uma enorme mudança, entretanto, é sentida por todos os entrevistados – o hospital tornou-se visível e com isso muito mais vigiado. Isso é de enorme importância para a reforma psiquiátrica, porque aponta que o controle social é uma ferramenta e instrumento de lutas políticas importantes. Os atos terríveis, que antes eram cometidos “em nome da razão”, hoje são moderados pelo olhar social. Porém, é importante lembrar que os entrevistados enfatizam um novo ‘perigo’: o hospital psiquiátrico tem voltado a ser o destino de todas as mazelas sociais que “não poderiam”

frequentar a rua e a vida na cidade. Todos aqueles indivíduos que não se encontram incluídos no sistema de produção do capital parecem destinados a serem internados. O movimento que vemos no Rio de Janeiro e em São Paulo a respeito da internação compulsória dos usuários de crack é um exemplo importante dessa lógica manicomial. Uma verdadeira “limpeza urbana” tem sido feita, não mais “em nome da razão”, mas agora “em nome da saúde”. Os entrevistados já em 2010 mostravam isto: a psiquiatria a serviço do Estado e de sua intolerância com os indivíduos desviantes. Nesse sentido, a teoria foucaultiana tem se mostrado de crucial importância não só para compreender o hospital psiquiátrico, mas também a lógica manicomial como um todo. Foucault é cada dia mais atual!

Talvez nosso foco não seja mais a figura social do “louco”, mas a figura do “desviante”. Talvez estejamos vivendo aquilo que a *História da loucura* mostrou – que o louco veio a ocupar esse lugar do desviante social e, na medida em que a reforma psiquiátrica tem sido eficaz em retirar o louco desse lugar, novas personagens estejam surgindo para representar o “anormal”.

IHU On-Line – Como se imbricam violência e poder no discurso psiquiátrico?

Bernardo Malamut – Queria primeiro repetir o que já disse antes em outros lugares, que a violência não era de modo algum tema da pesquisa. Porém, conforme a análise das entrevistas transcorria, essa categoria foi tornando-se essencial. A violência era o tempo todo tema dos entrevistados. Sabemos que os usuários do sistema de atenção à saúde mental sempre tiveram uma “relação” próxima com o tema: ou acusados de promotores de atos violentos ou então sendo alvo de terapêuticas bárbaras; e é importante dizer como o combate à violência é uma das principais bandeiras da reforma psiquiátrica. Em minha pesquisa utilizei dos conceitos de violência em Arendt¹ e poder em Foucault. Os en-

trevistados relataram como a noção de “risco” (velha conhecida a todos que trabalham ou já trabalharam na assistência à saúde mental) ainda é a maior justificativa para a internação psiquiátrica. E, ao mencionar isso, lembro-me mais uma vez de Foucault dizendo que “ser perigoso não é um delito. Ser perigoso não é uma doença, não é um sintoma... o perigo não é uma noção psiquiátrica”. Porém a psiquiatria ainda encontra problemas na justificação do seu saber via “verdade”, já que as evidências neurobiológicas da doença mental ainda são escassas e controversas, e com isso a psiquiatria acaba se fundando em algo como uma “defesa social”. E isso aparece claramente nas entrevistas da pesquisa; os “critérios médicos” acabam cedendo aos “critérios sociais”, num claro jogo de poder entre familiares, Estado e psiquiatria. Como um entrevistado esclareceu: a psiquiatria acaba funcionando como um “amortecedor social”.

Poder legítimo?

A violência de uma internação compulsória se justificaria pela violência do paciente. Porém, como Hanna Arendt dizia, a violência pode ser justificável, mas nunca será legítima. E assim, os atos de internar, medicar e dar alta (que foram os focos da pesquisa)

Jaspers. Em consequência das perseguições nazistas, em 1941, partiu para os EUA, onde escreveu grande parte das suas obras. Lecionou nas principais universidades deste país. Sua filosofia assenta numa crítica à sociedade de massas e à sua tendência para atomizar os indivíduos. Preconiza um regresso a uma concepção política separada da esfera econômica, tendo como modelo de inspiração a antiga cidade grega. Entre suas obras, citamos: *Eichmann em Jerusalém - Uma reportagem sobre a banalidade do mal* (Lisboa: Tenacitas. 2004) e *O Sistema Totalitário* (Lisboa: Publicações Dom Quixote.1978). Sobre Arendt, confira as edições 168 da IHU On-Line, de 12-12- 2005, sob o título *Hannah Arendt, Simone Weil e Edith Stein. Três mulheres que marcaram o século XX*, disponível para download em <http://bit.ly/qMjoc9> e a edição 206, de 27-11-2006, intitulada *O mundo moderno é o mundo sem política. Hannah Arendt 1906-1975*, disponível para download em <http://bit.ly/rt6KMg>. Nas Notícias Diárias de 01-12-2006 você confere a entrevista *Um pensamento e uma presença provocativos*, concedida com exclusividade por Michelle- Irène Brudny em 01-12-2006, disponível para download em <http://bit.ly/o0pntA>. (Nota da IHU On-Line)

¹ Hannah Arendt (1906-1975): filósofa e socióloga alemã, de origem judaica. Foi influenciada por Husserl, Heidegger e Karl

não poderiam ser atos exclusivamente violentos, pois, se assim fossem, eles em nada se distinguiriam de um sequestro ou da prisão do corpo do outro. Desse modo, o jogo de poder entra em cena. O poder não precisa ser justificável, porque é próprio da existência de comunidades; o que o poder precisa é de legitimidade. Essa legitimidade, no discurso dos entrevistados, é encontrada quando os psiquiatras ainda cedem a demandas de internação por parte de familiares de pacientes, ou mesmo no “amortecimento social” requerido pelo Estado. Porém, fariamos uma leitura reducionista e equivocada se colocássemos a culpa no Estado ou na família. Os pacientes continuam buscando ativamente o hospital. Como entender isso? Bom, é mérito de Foucault ter nos ensinado que o poder não só reprime, promove coerção, mas também o poder produz. O poder produz coisas, induz ao prazer, promove discursos. Os usuários ganham também uma identidade: usuário do sistema de saúde mental. É preciso um olhar atento a esse ponto da reforma: que identidades sociais estamos ofertando àqueles que demandam atenção?

IHU On-Line – A partir da experiência da luta antimanicomial no Brasil, o que muda no tratamento à saúde mental?

Bernardo Malamut – Muda tudo! Os usuários hoje são vistos, têm voz, organizam-se, manifestam-se pela cidade, circulam por espaços que antes eram restritos. Muda o tratamento também. Hoje contamos

“É preciso que sigamos reinventando espaços coletivos para o exercício político”

com equipes interdisciplinares – o que é um ganho incomensurável. O sujeito humano é muito maior do que qualquer saber sobre ele. No entanto, não podemos parar! Não podemos nos dar por contentes somente pelo fato de que, hoje, não mais amarramos os loucos, ou usamos seus corpos para “abastecer” aulas de anatomia em faculdades de Medicina. A reforma trouxe conquistas, e, se na pesquisa a que me referi acima, traço críticas ao que parece uma certa estagnação da reforma, faço no sentido de alertar para a importância do que foi conquistado até agora, e principalmente para que não deixemos que “novos desviantes sociais” venham a ocupar o lugar discursivo que, antes, era reservado aos loucos.

IHU On-Line – Como percebe a importância da psicanálise para o cuidado da saúde mental?

Bernardo Malamut – Sou tenacioso a falar, já que minha formação foi toda dentro da psicanálise. No entanto, percebo que a psicanálise

constituiu um marco na reforma psiquiátrica. Em Belo Horizonte – local em que moro – isso é claro na história da reforma psiquiátrica. A psicanálise dá novamente voz ao louco, fazendo da psicose um paradigma da liberdade. Todavia, penso que é preciso valer-se da psicanálise para ir além dela. Foucault, que nunca foi um amante da psicanálise, nos lembra de que talvez o grande objetivo de nossas vidas não seja “saber quem somos” mas recusar “o que somos”, no sentido de não nos restringirmos às formas de sociabilidade e identidade que se conformem com a reprodução de lógicas totalitárias, inclusive aquelas de inserção social. É preciso que sigamos reinventando espaços coletivos para o exercício político, valendo-se da amizade e da liberdade. É esse o novo grande desafio da reforma psiquiátrica, em minha opinião.

Referências

MALAMUT, Bernardo Salles; MODENA, Celina Maria; PASSOS, Izabel C. Friche. Violência e poder no discurso psiquiátrico: da exclusão sistemática às subjetivações normativas. *Psicol. Soc., Florianópolis*, v. 23, n. spe, 2011. Disponível em: <http://bit.ly/IBTlve>. Acesso em: 29-04-2012.

_____; MODENA, Celina Maria; PASSOS, Izabel C. Friche. A rede de atenção à saúde mental na visão de médicos psiquiatras: A Stultifera Navis contemporânea. *Cadernos Brasileiros de Saúde Mental: Cinquenta anos de História da Loucura*. v. 3, n. 6 (2011): Janeiro/Abril de 2011. Disponível em: <http://bit.ly/Jrbkv7>. Acesso em: 29-04-2012.

Participe da palestra “Jornalismo de denúncia e cidadania”, com o jornalista e sociólogo Lúcio Flávio Pinto, do Jornal Pessoal, de Belém do Pará.

Data: 22-05-2012

Horário: Das 19h30min às 22h

Local: Auditório Central - Unisinos

Tema
de
Capa

**Destques
da Semana**

IHU em
Revista

Artigo da Semana

Tempos e ritmos de ver: cegueira e visibilidade no mundo contemporâneo

POR ADRIANA MELO E MARIA TERESA F. RIBEIRO

Publicamos a seguir um ensaio de autoria de Adriana Melo e Maria Teresa Franco Ribeiro. No texto, elas questionam: “um novo homem, um homem do 3º milênio, cooperativo, feliz consigo mesmo, poderia se construir a partir de cursos livres em novos ambientes de redes sociais, nas empresas, em espaços como o Facebook? Embora o papel das redes sociais em movimentos como a Primavera Árabe tenha sido determinante (...), o caminho entre o desejo de desconstruir as bases dos regimes ditatoriais nas telas iluminadas do SMS e a construção de uma verdadeira liberdade democrática é bem mais longo. Exige uma nova sociedade que não pode prescindir do sujeito como *ser de linguagem*, aquele que dialoga com o mundo a partir das suas capacidades internas, da sua sensibilidade, afetividade e amorosidade. Dessa nova sociedade, emergiria um novo humanismo capaz de aportar es-

perança e olhares mais atentos e cuidadosos para a vida em todos os seus sentidos e para a singularidade de todo ser humano”.

Adriana Melo é poeta, contista, graduada em Letras, com mestrado e doutorado em Geografia, todos pela Universidade Federal de Minas Gerais. Desenvolve estudos sobre o sertão no contato com as representações da literatura, abordando as escritas das paisagens, dos lugares, dos territórios.

Maria Teresa Franco Ribeiro é doutora em Economia pela UFRJ, com pós-doutorado no IHEAL, Paris III, sobre a temática do desenvolvimento e territorialidade na economia e na geografia. É professora e pesquisadora da Universidade Federal da Bahia – UFBA. Pesquisa e ensina na área do desenvolvimento e processo de internacionalização do capital, economia da inovação e política industrial e tecnológica.

Confira o artigo.

Levei muito tempo para compreender minha condição, minha pertença a esse grupo que chamam “os cegos”. O que os caracteriza é que eles ousam olhar diretamente nos olhos do sol, confirmando assim a frase de Plotino: “Se o olho humano não tivesse algo de solar, ele não poderia perceber o sol”. Os cegos sempre viram o céu no absoluto, já que seu terceiro olho é capaz de acolher toda a luz do astro, sem sofrer danos na retina ou na córnea. A pupila dos cegos é seu corpo inteiro, e eles podem impune-mente voltar-se para o sol como se tivessem aprendido o reflexo condicionado dos girassóis. (Evgen Bavcar, Memória do Brasil)

A simples menção à palavra cegueira remete-nos necessariamente à questão do *ponto de vista* e, portanto, à questão do sujeito, do seu olhar e da sua subjetividade. De que ponto de vista vemos ou não vemos? Nesse sentido, cegueira e visão não se contrapõem, uma vez que não há como dissociar o olhar da imaginação e do sujeito. A física dos olhos não é imprescindível à visão, à fabricação de imagens, como tão bem nos mostra o fotógrafo, cineasta e ensaísta Evgen Bavcar.¹ Em sentido oposto, o excesso de imagens a que estamos submetidos no mundo contempo-

râneo, o ritmo vertiginoso com que elas se apresentam à física dos olhos não é compatível com os tempos e os ritmos imprescindíveis à visão. Visão compreendida como a habilidade do sujeito de produzir imagens interiores capazes de estabelecer permanentes diálogos entre o seu mundo, o seu contexto, e os diversos mundos que constroem a ideia de mundo. Nesse processo, o sujeito se situa, busca o seu lugar, o seu ser, procura continuamente se autoconhecer, de modo a se transformar e, assim, fazer movimentos de transformação do mundo. Nesse sentido, a visão se aproxima da visibilidade e se distancia da cegueira.

1 Cf. BAVCAR, 2003. (Nota das autoras)

A visibilidade, tal como concebida por Italo Calvino^{2,3} é exatamente a habilidade de criar imagens breves e consistentes, essencialmente capazes de fazer ver a partir do cultivo das potencialidades da imaginação. O cultivo da imaginação, ao contrário de fazer perder de vista o mundo denominado real, amplia as possibilidades de visão desse mundo. A aceleração dos processos socioespaciais impulsionados pela tecnociência e pela ideia de desenvolvimento a qualquer custo, a ditadura do dinheiro, do mercado, da mercadoria e do consumo inflaciona o nosso cotidiano de imagens à venda, fetichiza o nosso olhar e a nossa consciência de sujeitos. Não dispomos mais nem de tempo nem de espaço para ver/viver.

Deixamo-nos atropelar, em nossa sociedade competitiva, porque medimos o valor do tempo pelo dinheiro que ele pode nos render. Nesse ponto remeto o leitor, mais uma vez, à palavra exata do professor Antonio Candido⁴: “O capitalismo é senhor do tempo. Mas tempo não é dinheiro. Isso é uma brutalidade. O tempo é o tecido de nossa vida”. A velocidade normal da vida contemporânea não nos permite parar a fim de ver o que atropelamos; torna as coisas passageiras, irrelevantes, supérfluas. Tenho grande ternura pela lembrança de meu pai, nas viagens de carro que fazíamos na

minha infância: cada vez que uma mariposa se estatelava contra o para-brisa, à noite, ele lamentava o fim abrupto daquela vidinha minúscula cujo voo errático era tão desproporcional à velocidade do automóvel. Tudo que vive é sagrado? Corremos na intenção de não perder nada e perdemos o essencial: o desfrute do próprio caminho. A vida, no entanto, não é exatamente isso: travessia⁵

O percurso da vida, com seus sabores, saberes e dissabores, é ignorado como valor. O que conta é o “ponto de chegada”, traduzido como capacidade, cada vez maior, de consumir, especialmente as novidades tecnológicas, que fabricam um mundo cada vez mais hiperconectado digitalmente. Nesse mundo, o suporte da conexão entre os homens deixa de ser o próprio homem como ser de linguagem, uma vez que, independentemente de o sujeito estar conectado, de estar online, as tecnologias digitais garantem a sua conexão com outros sujeitos, disponibilizando a troca de informações 24 horas. Essa busca frenética e insaciável pelo ter e a acelerada e cada vez mais ampliada hiperconexão digital tendem a nos transformar em meros elementos de linguagem, nos termos de Kristeva^{6,7} limitando as infinitas capacidades de representação da nossa experiência humana profunda. Para a humanista, escritora e psicanalista búlgaro-francesa, as condições da vida moderna contemporânea tendem a reduzir o nosso espaço psíquico, propiciando a geração de novas “doenças da alma”, novos tipos de cegueira. O caminho

para a superação dessas doenças, segundo ela, passa necessariamente pela reabilitação do sensível como fundamento a contrapor a crescente incapacidade de representação das experiências interiores e a banalização do mal. Kristeva nos convida a pensar a linguagem não apenas como um elemento importante para a compreensão do mundo, mas especialmente como um instrumento fundamental e eficaz para nos conhecermos: somos seres falantes, desenhistas, calculistas, pensadores, escritores, pintores, músicos, seres essencialmente criativos, e como tais não podemos nos transformar apenas em “elementos da linguagem” no contexto da interconectividade acelerada. Se o ser falante é sinônimo de ser humano, significa que a utilização da linguagem e a sua compreensão é o coração da ideia de humano, de humanismo. Quando essa conexão é superficial, quando não se realiza na sua completude, limitamos nossa capacidade interior de reflexão, reduzimos nossa capacidade psíquica e destruímos nosso espaço interior. Esse é o momento, segundo a humanista contemporânea, de apostar em um novo humanismo e de rever os elementos e modelos de linguagem.

Na mesma conexão de pensamento, a filósofa e escritora Olgária Matos, relendo a modernidade ocidental em Walter Benjamin, diz que vivemos na contemporaneidade uma patologia do tempo, a sensação generalizada de que não há mais tempo para a criação de vínculos, para o exercício da experiência compartilhada.

Eis porque Benjamin, em seu ensaio *A imagem de Proust*, escreveu que na contemporaneidade não há mais tempo para se viver grandes amores, que “as rugas e marcas em nosso rosto são assinaturas das grandes paixões que nos estavam destinadas. Mas nós, os senhores, não estávamos em casa”. Esse absentismo atesta um não engajamento, o não empenho “na criação de valores espirituais”. Sem laços estáveis, produz-se um déficit simbólico no indivíduo e na sociedade, uma vez que valores dependem de um espaço comum de experiências compartilhadas, tal como Benjamin as indica em seu ensaio *O narrador*. Déficit simbólico corresponde à espacialização do tempo e sua mensuração abstrata, à

2 Ítalo Calvino (1939-1985): escritor cubano, radicado na Itália, autor de livros como *As Cidades Invisíveis* (São Paulo: Companhia das Letras, 1994). (Nota da IHU On-Line)

3 Cf. CALVINO, 2003. (Nota das autoras)

4 Antonio Candido de Mello e Souza (1918): escritor, ensaísta e professor universitário, um dos principais críticos literários brasileiros. É professor emérito da USP e UNESP, e doutor honoris causa da Unicamp. Foi crítico da revista *Clima* (1941-4) e dos jornais *Folha da Manhã* (1943-5) e *Diário de São Paulo* (1945-7). Na vida política, participou de 1943 a 1945 na luta contra a ditadura do Estado Novo no grupo clandestino Frente de Resistência. Escreveu o clássico *Parceiros do Rio Bonito* (1964). Sobre ele, conferir as entrevistas “A literatura é um direito do cidadão, um usufruto peculiar”, concedida por Flávio Aguiar à IHU On-Line nº 278, de 20-10-2008, intitulada *A financeirização do mundo e sua crise. Uma leitura a partir de Marx, e “Antonio Candido e a crítica cultural contemporânea”*, concedida por Célia Pedrosa à IHU On-Line nº 283, de 24-11-2008, intitulada *As Ciências Sociais, hoje. Os 50 anos do curso de Ciências Sociais da Unisinos*. (Nota da IHU On-Line)

5 Cf. KEHL, 2009. (Nota das autoras)

6 Julia Kristeva: Psicanalista búlgara, professora de Linguística na Universidade de Paris e autora de mais de trinta livros consagrados. Aluna de Roland Barthes, é uma das mais respeitadas intelectuais da atualidade. Seus pensamentos envolvem teoria literária, semiologia, filosofia e psicologia. Escreveu também quatro romances. Entre suas obras estão: *As Novas Doenças da Alma*, Rio de Janeiro: Rocco; *Estrangeiros para nós mesmos*. Rio de Janeiro: Rocco; *O Velho e os Lobos*. Rio de Janeiro: Rocco. O jornal francês *Le Monde*, publicou um artigo de Roger-Pol Droit sobre Kristeva, em 18 de novembro de 2005, que a IHU On-Line na edição 166, de 28 de novembro de 2005, publicou sob o título *Eu vivo com esse desejo de sair de mim*. (Nota da IHU On-Line)

7 Cf. KRISTEVA, *Dix Principes pour L’humanisme du XXI Siècle*, 2012. (Nota das autoras)

sua patologia, visto que determina o decréscimo das faculdades criadoras e fantasmáticas dos indivíduos submetidos a oscilações do mercado, à insegurança e ao medo.⁸

Um novo homem, um homem do 3º milênio, cooperativo, feliz consigo mesmo, poderia se construir a partir de cursos livres em novos ambientes de redes sociais, nas empresas, em espaços como o Facebook? Embora o papel das redes sociais em movimentos como a Primavera Árabe tenha sido determinante, para Kristeva⁹ o caminho entre o desejo de desconstruir as bases dos regimes ditatoriais nas telas iluminadas do SMS e a construção de uma verdadeira liberdade democrática é bem mais longo. Exige uma nova sociedade que não pode prescindir do sujeito como ser de linguagem, aquele que dialoga com o mundo a partir das suas capacidades internas, da sua sensibilidade, afetividade e amorosidade. Dessa nova sociedade, emergiria um novo humanismo capaz de aportar esperança e olhares mais atentos e cuidadosos para a vida em todos os seus sentidos e para a singularidade de todo ser humano.

Relembrando Plotino¹⁰ sobre a presença do sol no olho humano como

pré-condição para a percepção do astro ardente, BAVCAR afirma que provavelmente tenhamos nos esquecido dessa presença, “recusando a nossos olhos, que participam da essência das estrelas, seu direito às origens, seu direito a olhar para o infinito”.¹¹ As possibilidades de reconexão com nossas capacidades sensíveis devolveriam, pois, aos nossos olhos, a sua condição de parte da essência das estrelas e, portanto, o direito às nossas origens e à nossa contínua e cuidadosa mirada ao infinito. No início da modernidade portuguesa, o poeta Alberto Caetano,¹² um dos heterônimos de Fernando Pessoa, já apontava para a importância do pasmo essencial do ato de ver como possibilidade de reconciliação do sujeito com o universo e, portanto, para a possibilidade de uma vida mais digna e mais harmônica:

[...]
*O meu olhar é nítido como um girassol.
 Tenho o costume de andar pelas estradas
 olhando para a direita e para a esquerda,
 e de vez em quando olhando para trás...
 E o que vejo a cada momento*

*é aquilo que nunca antes eu tinha visto,
 e eu sei dar por isso muito bem...
 Sei ter o pasmo essencial
 que tem uma criança se, ao nascer,
 reparasse que nascera deveras...
 Sinto-me nascido a cada momento
 para a eterna novidade do Mundo...
 [...]*

Referências

BAVCAR, Evgen; TESSLER, Elida; BANDEIRA, João (org.). *Memória do Brasil*. São Paulo: Cosac & Naify; Universidade de São Paulo: Centro universitário Maria Antônia, 2003.

CALVINO, Italo. *Seis propostas para o próximo milênio*. 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

KEHL, Maria Rita. Delicadeza. In: NOVAES, Adauto. (org.). *A condição humana: as aventuras do homem em tempos de mutações*. Rio de Janeiro: Agir; São Paulo: Edições SESC SP, 2009.

KRISTEVA, Julia. *Dix Principes pour L’humanisme du XXI Siècle*. Assise, 27 octobre 2011 “Journée de réflexion, dialogue et prière pour la paix et la justice dans le monde”. Disponível em: <http://bit.ly/wN9BdN> Acesso em: 21 de fev. 2012.

_____. *Oser l’humanisme*. Parvis des Gentils, 24-25 mars 2011. Deux jours d’échange et dialogues entre croyants et non croyants. Disponível em: <http://bit.ly/hirWAV> Acesso em: 21 de fev. 2012.

MATOS, Olgária Chain Féres. Aufklärung na metrópole: Paris e Via Láctea. In: BENJAMIM, Walter. *Passagens*. Belo Horizonte: Editora UFMG; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2006.

PESSOA, Fernando. O guardador de rebanho e outros poemas. São Paulo: Círculo do Livro S.A., 1989.

8 Cf. MATOS, 2006. (Nota das autoras)

9 Cf. KRISTEVA, *Oser l’humanisme*, 2012. (Nota das autoras)

10 Plotino (205-270): filósofo egípcio, discípulo de Amônio Sacas e mestre de Porfírio, que nos legou seus ensinamentos em seis livros de nove capítulos cada, chamados de As Enéadas. Acompanhou uma expedição à Pérsia, onde tomou contato com a filosofia persa e indiana. Regressou à Alexandria e, aos 40 anos, estabeleceu-

se em Roma. Desenvolveu as doutrinas aprendidas de Amônio numa escola de filosofia com seleto grupo de alunos. Pretendia fundar uma cidade chamada Platonópolis, baseada nos ensinamentos da República de Platão. Plotino dividia o universo em três hipóstases: o Uno, o Nous (ou mente) e a alma. (Nota da IHU On-Line)

11 BAVCAR, 2003, p. 140. (Nota das autoras)

12 CAETANO apud PESSOA, 1989, p. 89. (Nota das autoras)

Participe da palestra “Da mônada ao social: a intersubjetividade segundo Levinas”

Palestrante: Prof. Dr. Marcelo Fabri - Universidade Federal de Santa Maria - UFSM

Data: 10-05-2012

Horário: 19h30min às 22h

Local: Sala Ignacio Ellacuría e Companheiros, no IHU

Clube da luta: um olhar de gênero

Para Fernanda Azeredo de Moraes, o filme de David Fincher propõe uma crítica abrangente à sociedade de capitalista contemporânea, problematizando principalmente as lógicas de consumo e trabalho

POR FERNANDA AZEREDO DE MORAES

O texto a seguir foi apresentado no Ciclo de Debates Gênero e Cinema, organizado pelo Centro de Pesquisa e Apoio aos Trabalhadores – Cepat, de Curitiba, em 2011. Para saber mais sobre o Cepat acesse www.ihu.unisinos.br/cepat. A autora, Fernanda Azeredo de Moraes, é bacharel em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Paraná e mestre em Antropologia Social pela Universidade Federal de Santa Catarina. Tem experiência nas áreas de Sociologia e Antropologia com ênfase em Estudos de Gênero e Teoria Feminista.

O ciclo de filmes Gênero e Cinema buscou contribuir para o fim das opressões, discriminação e preconceito relacionados às diferenças de gênero bem como propor a desconstrução dos estereótipos e apresentar novas definições. A atividade contou com o apoio do Insti-

tuto Humanitas Unisinos – IHU e do Sindicato dos Engenheiros do Paraná. Entre os filmes exibidos estavam o longa-metragem “Clube da luta”, dirigido por David Fincher e tema do presente artigo.

Clube da Luta - Ficha técnica

- Nome original: Fight Club, 1999
- Direção: David Fincher
- Roteiro: Chuck Palahniuk (romance), Jim Uhls (roteiro)
- Gênero: Ação/Drama
- Origem: Alemanha/Estados Unidos
- Duração: 139 minutos
- Tipo: Longa-metragem

Confira o artigo.

O filme *Clube da luta* (David Fincher, 1999) propõe uma crítica abrangente à sociedade capitalista contemporânea, problematizando principalmente as lógicas de consumo e trabalho. Contudo se nos propormos a olhar para a questão da masculinidade – a meu ver uma das personagens principais da narrativa –, poderemos perceber o quanto o gênero é um sistema simbólico imbricado em todas as esferas da nossa cultura.

Para isso, é importante recapitularmos rapidamente como a masculinidade vem sendo discutida e problematizada na teoria social.

Um dos grandes insights da reflexão feminista da década de 1970 foi o conceito de gênero. Tornou-se cada vez mais claro que os estudos de mulheres não davam conta de problematizar o universo no qual as próprias mulheres estavam inseridas; percebeu-se que a condição feminina não podia ser compreendida de maneira isolada, que a estrutura social e cultural que o feminismo apontava como opressora das mulheres englobava homens também – tanto dominadores como oprimidos. Desse modo, fez-se necessária a criação de uma nova categoria de análise para pensar tais

relações de poder que envolvem homens e mulheres: o gênero.

Referente à identidade pessoal, status social e designação legal, o gênero é independente do sexo – anatômico-biológico – e da sexualidade – desejo sexual. É uma construção sociocultural de práticas cotidianas – desde performances físicas como a maneira de caminhar, até escolhas, gostos, atitudes etc. – aceitas por um determinado grupo como definidoras de masculinidade ou feminilidade, ou seja, como definidoras de identidade de gênero. Assim, o sistema de gênero se organiza numa estrutura eminentemente relacional. Em nossa socieda-

de, tradicionalmente a feminilidade só pode ser definida e compreendida em contrapartida à masculinidade: a mulher é fraca enquanto o homem é forte, delicada enquanto ele é bruto... as dicotomias diametralmente opostas são inúmeras, como podemos observar no filme.

As implicações desse sistema de gênero sobre a vida das mulheres há muito vêm sendo problematizadas, tanto na teoria como na prática: hoje é senso comum dizer que mulheres não são fracas, que mulheres podem ser engenheiras, que mulheres são iguais aos homens, tão diversas e repletas de qualidades e defeitos quanto eles. Mas será que podemos dizer o mesmo sobre os homens? Será que os ideais de força, poder e virilidade foram tão relativizados quanto a suposta delicadeza e fragilidade feminina? A tão falada revolução sexual foi apenas para mulheres?

Ao longo da modernidade nos acostumamos a usar (e isso não é apenas no português) o termo homem como referenciando toda a humanidade. O “homem” se tornou o sujeito neutro da história. Ora, se existe alguma coisa que os movimentos feministas e negros – entre muitos outros movimentos sociais – revelaram ao longo do século XX é que esse “sujeito neutro” não existe, que a suposta neutralidade nada mais é que um esforço para invisibilizar o diferente – o negro, a mulher... – e colocar o dominante – o homem branco – como norma, relegando todos os outros a um lugar de desviantes. Ao chamarmos todos pelo nome de um – ao chamarmos homens e mulheres de simplesmente homem, e não de pessoas, humanos, ou qualquer outro termo não generificado – ignoramos a existência de alguns para valorizar a de outros.

Esse foi o cenário para o florescimento do feminismo e da discussão de gênero. Enquanto as mulheres tinham o gênero como definidor de suas existências, os homens eram a norma, o padrão, o sujeito universal não afetado por essa diferença. Foi lutando por igualdade que o movimento feminista pode dar-se conta do caráter relacional do gênero, compreender a sua dimensão sistêmica que abrange a tudo e a tod@s. A partir desse insight,

torna-se claro “o homem”, em suas universalidades e peculiaridades, deve também ser colocado em xeque.

O privilégio muitas vezes é invisível para aquele que é por ele abençoado. Um homem branco de classe média dificilmente teria porque perceber como a raça, a classe ou gênero afetam sua vida. Mas quando mulheres e negros – dentre muitos outros – questionam suas condições e se emancipam, enquanto aquele que antes se entendia como neutro permanece imóvel, este se torna o novo disfuncional, o novo objeto a ser problematizado e transformado.

Para alcançar uma ordem de gênero mais justa e igualitária, revelou-se necessário observarmos o homem como homem, em suas particularidades dentro da ordem de gênero, atendo para sua identidade masculina, como ela é construída e representada, suas causas e consequências não só para eles, mas para tod@s nós.

E foi assim que nos anos 1970 na Europa e nos EUA surge o movimento de homens (*men's movement*) e com ele os estudos de masculinidades. Fruto da compreensão de que não são apenas as mulheres que estão sujeitas ao gênero e da constatação de que também não são apenas elas que estão descontentes com essa ordem. Autores passam a afirmar que tal qual ser mulher, a masculinidade é um fardo também para os homens, é uma identidade que se constrói a altos custos para seus corpos e almas. Mesmo sendo o maior beneficiado pelo sistema de gênero vigente, o homem é também oprimido pela forma de socialização masculina imposta, sistema factualmente cruel petrificado em clichês como “homem não chora”, “homem não leva desaforo para casa”, ou mesmo em números inegáveis como a maior taxa de mortalidade por causas violentas entre homens jovens ou a expectativa de vida masculina, sempre invariavelmente inferior à feminina.

De acordo com a socióloga australiana Raewyn Connel, a masculinidade possui uma forte dimensão coletiva (CONNEL, 2003); seria o grupo, o conjunto de homens, através de seus signos e símbolos que atribuiria aos seus participantes a qualidade de “homem”, a identidade masculina.

Assim, os momentos de convivência exclusivamente entre homens (como os demonstrados ao longo do filme), ou seja, de homossexualidade, seriam essenciais na constituição identitária de homens, uma vez que eles reforçariam e reiterariam suas identidades de gênero de maneiras simbólicas e performativas para a coletividade. Quando em conjunto, os homens teriam comportamentos e dinâmicas que serviriam para reproduzir simbolicamente suas masculinidades para si e para grupo: contam vantagem, fazem piadas, competem, demonstram força e virilidade, performances que tem o intuito de desmasculinizar o outro e, assim, reafirmar a identidade masculina do performante (ALMEIDA, 2000). Como já foi dito acima, a masculinidade se construiria em oposição à feminilidade, de forma que, bem como vimos no filme, as situações homosociais masculinas, os momentos de convivência exclusivos entre homens, sejam em bares, clubes, jogos de futebol, ou clubes de luta, alcançariam a reiteração e construção da identidade masculina em seus atores principalmente através da exclusão tanto física como simbólica do feminino.

O também sociólogo Michael Kimmel (1997, 2004) demonstra como durante a virada do século XIX para XX a crescente urbanização e o controle feminino do mundo da casa, da escola e da igreja amedrontavam os homens adultos de que a próxima geração de meninos se tornasse “fraca e feminilizada”, impulsionando-lhes a criar instituições que buscavam educar meninos dentro de “valores masculinos” e que proporcionavam um espaço de convivência exclusivo para homens. Os exemplos vão desde organizações esportivas até times de futebol e clubes, espaços todos “*for men only*”, apenas para homens, como o personagem de Edward Norton se refere ao “novo grupo que encontrou”. Nesses espaços os homens teriam a possibilidade de encontrar um lugar de iguais, em que podem experimentar o conforto, o companheirismo e a compaixão sem se sentirem desmasculinizados.

Além disso, como é latente no filme, muitos grupos de homossexualidade masculina se tornam também uma maneira encontrada pelos atores

sociais de fugirem do individualismo exacerbado atual e de se encontrarem como pessoas (relacionais) em relações mais horizontais e holísticas. Para os personagens do filme “Clube da luta” é uma possibilidade de fuga do individualismo atomista contemporâneo, um espaço que possibilita o sentimento de pertencimento a um grupo, uma identidade, um lugar e um objetivo no mundo. Essa busca da fusão da identidade pessoal com a de um grupo pode ser vista cotidianamente, em times e torcidas de futebol, “tribos urbanas” (como skatistas, punks, etc.) ou até em cultos religiosos.

Ainda, para podermos refletir criticamente sobre o filme, parece importante ressaltar que tal qual as mulheres, os homens estão sujeitos a um ideal de gênero inalcançável, fadados ao fracasso em sua eterna busca. E quem seria esse homem ideal? O homem branco, jovem, bonito, do hemisfério norte, rico, bem sucedido, atlético, heterossexual... as qualidades exigidas são muitas enquanto poucos são os que conseguem reuni-las. Tanto homens como mulheres constroem suas identidades cotidianamente. Trata-se de um processo performático sempre inacabado através do qual procuramos alcançar o ideal identitário de gênero, tentando continuamente provar, para os outros e para nós mesmos, a plenitude da identidade.

Assim, tradicionalmente os homens se arriscariam mais no trânsito, beberiam mais e seriam mais competitivos, sempre reiterando e aprimorando através dessas performances de coragem, virilidade, força e capacidade, suas identidades masculinas. Todavia, toda a identidade tem fissuras, é complexa, nunca é isso ou aquilo, e quanto menos o homem se aproxima do ideal colocado pela sociedade – se ele é velho, ou gordo, ou negro, ou pobre, ou gay... –, mais difícil e dispendiosa a missão de alcançar o ideal se torna, mais injusto ele parece e mais atraente fica a ideia de construir um outro ideal. E é isso que acho que podemos observar em relação ao filme.

No começo da história, o personagem principal é apresentado como um homem sujeito e submetido não só a uma ordem de gênero, mas também capitalista e individualista: ele é um

escravo do sistema, compra móveis para adquirir uma identidade, tem um trabalho de colarinho branco no qual não se sente realizado ou desafiado. Ele é o homem comum, anônimo, sem nome; ele é qualquer homem. A insatisfação com o vazio de sua vida gera insônia e o faz começar a frequentar grupos de autoajuda. Não por acaso, o primeiro grupo que ele frequenta é o de câncer no testículo, um lugar só para homens literalmente “emasculados” que em grupo buscam frustradamente reafirmar sua masculinidade (“we’re still men”, “nós ainda somos homens”). É lá que ele consegue pela primeira vez a sensação que tanto buscava: a de fazer parte de algo, de partilhar com outras pessoas uma experiência, de estar, como o nome em inglês diz, em um grupo de suporte (apoio), em um *support group*.

E é essa relação que podemos perceber ao longo de todo filme: para além da crítica óbvia à sociedade de consumo presente no enredo e nas falas dos personagens, está também uma crítica ao individualismo exacerbado, uma busca por um sentimento de comunhão, por uma identidade de grupo que os complete e os motive, identidade essa que eles encontram no Clube da luta.

Então Marla aparece, “and she ruined everything” (e ela estragou tudo). A personagem é o total oposto do protagonista: atravessa a rua sem olhar para os lados, rouba sem remorso, não se veste dentro do padrão, não trabalha. Ela não é uma “escrava do sistema”; ela é livre, e ela é mulher. Ela o assusta, o desestabiliza e o intriga, tira seu sono. E não pouco coincidentemente, logo depois surge Tyler.

Desde o começo, muito antes da revelação final do delírio do protagonista, fica claro que Tyler é tudo que ele deseja ser, mas não tem coragem. Como Marla, ele é livre do sistema. Apresenta-se assim um novo (contra) ideal de masculinidade que tem por base a não submissão ao capitalismo de consumo desenfreado e o descarte do autocontrole, da ascese. É um ideal que supera os símbolos hegemônicos de status, substituindo-os: no lugar de carros, dinheiro e roupas caras, o despojamento total de bens materiais, no lugar da boa aparência o desleixo, no

lugar do domínio dos impulsos e das paixões a valorização da violência, no lugar da vitória como objetivo único, o prazer da luta e da convivialidade entre homens.

Ao falarem sobre casamento, Tyler diz: “we’re a generation of men raised by women. I’m wondering if another woman is really the answer we need” (*nós somos uma geração de homens criados por mulheres. Me pergunto se outra mulher é realmente a resposta que estamos procurando*). Assim é declarado: para se tornarem os homens que eles querem ser, eles devem se afastar das mulheres e resolverem “seus problemas entre si”.

No clube da luta, nesse espaço de iguais, onde todos estão descalços e sem camisa, esses “meninos perdidos” não lutam para vencer, para destruir o oponente, mas pelo prazer estético e êxtase físico da luta, pela fruição que ela possibilita para os lutadores e para o público. O clube da luta possibilita que em uma situação de riscos controlados esses homens revivam seus conflitos cotidianos e se transformem de ineptos garçons a deuses do ringue. A transformação de um é a transformação de todos. O que está em questão aqui não são mais os indivíduos, mas a identidade de grupo forjada a suor e sangue.

Assim, o que à primeira vista parecia como um estranho grupo masoquista hedonista se revela potencialmente uma organização política radical. A violência nunca foi o objetivo para esses homens, mas o meio de criação de um laço entre irmãos (e somente irmãos) para a subversão de um sistema em si veladamente violento. Todos abandonam suas identidades cotidianas, suas roupas de homens normais e responsáveis, para se tornarem “space monkeys” (macacos espaciais), soldados imbuídos da causa de destruir as amarras do sistema que os submetia a identidades permanentemente frustradas. E o interessante é que esse sistema a ser destruído é um sistema completo, como todo sistema, e inclui não apenas dominação econômica, mas também a dominação de gênero através da imposição de uma determinada masculinidade (produtiva e consumista) que prende esses indivíduos em ciclos de traba-

Iho, consumo, casamento no qual eles se sentem cronicamente frustrados e impotentes.

Até a metade do filme as reuniões do clube eram caracterizadas por uma situação de risco controlado, “quando alguém gritar para, sinalizar, ou desmaiar, a luta acaba”, havia uma confiança e uma segurança mútua entre os participantes que começa a se romper quando as ações do clube da luta passam a extrapolar coletivamente as paredes suadas do porão. Em conflito, o protagonista se dá conta de que perdeu o controle – tanto do clube como de si – e, ao buscar desesperadamente compreender a situação, depara-se com a sua própria loucura, com seu *alter ego* que o libertou de sua vida vazia, mas que o colocou frente a escolhas com consequências radicais demais para serem encaradas. Em um embate suicida, ele consegue matar seu delírio, aquele personagem que o mantinha afastado da realidade, dizendo “estou com os olhos abertos”.

Como fala o protagonista, Marla e Tyler nunca estavam no mesmo espaço ao mesmo tempo, isso porque eles não podiam coexistir: ela é a realidade enquanto ele é o delírio. A radicalidade do projeto revolucionário do personagem de Brad Pitt, a irrealida-

de de sua existência, pressupõe uma negação de mulheres, é um projeto autodestrutivo. Marla realmente estraga tudo, não para o personagem de Edward Norton, mas para Tyler. Pois é por ela que o protagonista se dá conta que seu *alter ego* deve ser morto para que ele, agora livre e transformado, possa existir finalmente em harmonia com uma mulher livre como Marla. Ele já não precisa mais de Tyler, a sua revolução tinha sido completa. Ele era agora quem ele queria ser, sem se submeter a uma sociedade de consumo ou a uma dupla personalidade destrutiva. Não pouco significativamente, logo em seguida que o protagonista se livra de seu duplo monstruoso, Marla reaparece para assistir com ele, como a Eva para seu Adão, o “réveillon de uma nova era”.

Assim, parece que o filme *Clube da luta* pode ser visto como uma fábula de uma revolução masculina radicalizada, um olhar sobre uma revolução que nunca aconteceu mas que se torna cada vez mais necessária. Ela é *for men only* porque são esses homens “os filhos do meio”, os sujeitos médios que foram deixados à margem das transformações sociais ao longo do século XX, seja ou não por escolha dos mesmos. O clube da luta aqui re-

tratado não serve apenas para reproduzir e reiterar um mesmo ideal de masculinidade, ele serve para que seja forjado um novo ideal e com ele, um novo mundo.

Referências

- ALMEIDA, Miguel Vale de. *Senhores de si: Uma interpretação antropológica da masculinidade*. Lisboa: Fim de Século Edições, 2000.
- CONNELL, Robert W. *Masculinities*. Berkeley: University of California Press, 1995.
- KIMMEL, Michael. *Manhood in America: a cultural history*. New York: The free press, 1997.
- _____; ARONSON, Amy (org.). *Men and masculinities: a social, cultural and historical encyclopedia*. Santa Barbara: ABC – CLIO, Inc. 2004.
- MAFFESOLI, Michel. Homossocialidade: da identidade às identificações. *Revista Bagoas: Estudos gays, gêneros e sexualidades*. Vol. 1, n. 1, Julho/dezembro 2007. Disponível em: <<http://www.cchla.ufrn.br/bagoas/v01n-01bagoas01.pdf>>. Acesso em: 13 de maio 2009.
- OLIVEIRA, Pedro Paulo de. *A construção social da masculinidade*. Belo Horizonte: Editora UFMG; Rio de Janeiro: LupeRJ, 2004.
- SCOTT, Joan. “Gênero: uma categoria útil de análise histórica”. *Educação e Realidade*. Porto Alegre, v. 16, n. 2, p. 5-22, jul./dez. 1990

Participe da palestra “O conceito husserliano de razão prática”

**Palestrante: Prof. Dr. Marcelo Fabri -
Universidade Federal de Santa Maria - UFSM**

Data: 10-05-2012

Horário: Das 17h30min às 19h

**Local: Sala Ignacio Ellacuría e Companheiros,
no IHU**

Livro da semana

**Rubem Barboza Filho; Fernando Perlatto (org.).
Uma sociologia indignada. Diálogos com Luiz
Werneck Vianna (Juiz de Fora: Ed. UFJF, 2012.
483 páginas)**

Uma sociologia indignada: horizonte e inspiração para pensar o Brasil

“Sociologia indignada” refere-se à prática reflexiva que faz de Werneck Vianna um dos grandes intelectuais brasileiros, assinalam Rubem Barboza Filho e Fernando Perlatto

POR MÁRCIA JUNGES E THAMIRIS MAGALHÃES

A obra de Werneck Vianna cumpre um papel significativo para se compreender a sociedade brasileira em diversos sentidos. “Além de contribuir para ilustrar aspectos fundamentais de diferentes segmentos e grupos que compõem a nossa sociedade – como os intelectuais, os sindicalistas, os juízes, etc. –, Werneck constrói, de fato, uma interpretação do Brasil que atravessa todos os seus escritos e que tem como objeto a natureza do nosso processo de modernização. Isso está fortemente presente em trabalhos como *Liberalismo e sindicato no Brasil* (Vianna, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976) e *A revolução passiva* (Vianna, Rio de Janeiro: Revan, 1997), fundamentais para que possamos entender o andamento da sociedade brasileira”, avaliam os autores, em entrevista concedida por e-mail à **IHU On-Line**.

Para eles, outra virtude de Werneck é a capacidade de “voou largo sobre a história, e a acuidade com que surpreende o movimento das estruturas sociais e dos atores em nossa cena política cotidiana”. E completam: “acreditamos que cada leitor, ao acompanhar os diversos textos reunidos neste livro, poderá compreender o impacto efetivo da reflexão desenvolvida por Werneck em nosso mundo acadêmico e fora dele. Grande parte dos artigos trata precisamente disso, e o nosso convite a todos para que leiam o livro não é para encontrar apenas o

que pensa Werneck isoladamente, mas aquilo que na sua sociologia e na sua reflexão tornou-se horizonte, desafio e inspiração para muitos de nós na tarefa comum de pensar o Brasil”.

Rubem Barboza Filho e Fernando Perlatto foram os organizadores do livro *Uma sociologia indignada. Diálogos com Luiz Werneck Vianna* (Juiz de Fora: Ed. UFJF, 2012. 483 páginas).

Rubem Barboza Filho possui graduação em Filosofia pela Universidade Federal de Juiz de Fora – UFJF, mestrado em Ciência Política pela Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG e doutorado em Ciência Política (Ciência Política e Sociologia) pela Sociedade Brasileira de Instrução – SBI/IupeRJ. É professor titular da Universidade Federal de Juiz de Fora.

Fernando Perlatto possui graduação em História pela Universidade Federal de Juiz de Fora – UFJF e mestrado em Sociologia pelo Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro – IUPERJ. É doutorando no Programa de Sociologia e Ciência Política da Universidade Estadual do Rio de Janeiro – UERJ, que sucedeu o antigo IUPERJ e pesquisador do Centro de Estudos Direito e Sociedade – Cedes/PUC-Rio. É professor substituto do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal de Juiz de Fora.

Confira a entrevista.

IHU On-Line – Como define o conceito de sociologia indignada?

Rubem Barboza Filho e Fernando Perlatto – Este título nasceu da intervenção feita pela professora Lilia Schwarcz¹ em uma das mesas do Seminário da Cátedra Luiz Werneck Vianna,² e nos pareceu adequado para uma tentativa de síntese da obra de Werneck. Na verdade, não estamos propondo, rigorosamente falando, um novo conceito de sociologia, mas oferecendo, em um título, o vislumbre de uma prática reflexiva que associa, de forma original e poderosa, as vantagens do rigor e da paixão, as preocupações da teoria e aquelas da ação, num compromisso permanente com a sociedade brasileira e sua democratização. Uma leitura atenta da conferência de Werneck, que finalizou o Seminário e encerra o nosso livro, oferece o rápido panorama de uma vida que começa a se formar no interior das lutas políticas mais importantes e decisivas da segunda metade do século passado e do começo deste século no Brasil. Werneck é um personagem emblemático de todo este período e nunca escondeu sua paixão política, sempre em rota de colisão com todas as formas, claras ou insidiosas, de opressão, desigualdade e ausência de democracia. Se ele nasce jacobino para vida – ele mesmo se atribui essa característica na adolescência –, sua paixão política é progressivamente articulada ao rigor reflexivo, com sua embriaguez característica. O que é característico de Werneck é a articulação

“O título ‘sociologia indignada’ refere-se à prática reflexiva que faz de Werneck um dos grandes intelectuais brasileiros”

destas duas paixões: a paixão pela política – que o leva, por exemplo, a candidatar-se a deputado num momento em que já era reconhecido como um dos nossos mais importantes sociólogos – e a paixão pela reflexão, por uma prática reflexiva rigorosa, interessada em decifrar este nosso complicado Brasil e suas possibilidades. E que o leva a denunciar todas as tentativas de redução destas possibilidades ao que existe, como se o que existe pudesse esgotar o que podemos ser. O título “sociologia indignada” refere-se, desse modo, a esta prática reflexiva que faz de Werneck um dos grandes intelectuais brasileiros.

IHU On-Line – Qual é a importância da obra de Werneck Vianna para compreendermos a sociedade brasileira?

Rubem Barboza Filho e Fernando Perlatto – A obra de Werneck Vianna cumpre um papel significativo para compreendermos a sociedade brasileira em diversos sentidos. Além de contribuir para ilustrar aspectos fundamentais de diferentes segmentos e grupos que compõem a nossa sociedade – como os intelectuais, os sindicalistas, os juizes, etc. –, Werneck constrói, de fato, uma interpretação do Brasil, que atravessa todos os seus escritos, e que tem como objeto a natureza do nosso processo de modernização. Isso está fortemente pre-

sente em trabalhos como *Liberalismo e sindicato no Brasil* (Vianna, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976) e *A revolução passiva* (Vianna, Rio de Janeiro: Revan, 1997), fundamentais para que possamos entender o andamento da sociedade brasileira. Esta interpretação de maior fôlego, que flagra com precisão a natureza passiva do processo de modernização e ocidentalização de nossa sociedade, permite-o desvendar com precisão os movimentos próprios de cada conjuntura. Esta é outra virtude de Werneck: a capacidade do voo largo sobre a história e a acuidade com que surpreende o movimento das estruturas sociais e dos atores em nossa cena política cotidiana. Acreditamos que cada leitor, ao acompanhar os diversos textos reunidos neste livro, poderá compreender o impacto efetivo da reflexão desenvolvida por Werneck em nosso mundo acadêmico e fora dele. Grande parte dos artigos trata precisamente disso, e o nosso convite a todos para que leiam o livro não é para encontrar apenas o que pensa Werneck isoladamente, mas aquilo que na sua sociologia e na sua reflexão tornou-se horizonte, desafio e inspiração para muitos de nós na tarefa comum de pensar o Brasil.

IHU On-Line – Como surgiu a Cátedra Werneck Vianna? Qual é o seu escopo e importância dentro das discussões sociológicas em nosso país?

Rubem Barboza Filho e Fernando Perlatto – A Cátedra Luiz Werneck Vianna está vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de Juiz de Fora – UFJF. A ideia da Cátedra surgiu a partir de debates travados neste programa e do desejo de prestar uma homenagem a um intelectual que se destaca não apenas pelas suas análises estritamente acadêmicas, mas pela sua intervenção destacada na esfera pública. A Cátedra pretende ser um espaço não apenas de consagração da obra de Werneck, mas de inquirição permanente de temas ao qual o autor se dedicou e que permanecem atuais para compreendermos a vida democrática brasileira. Ou seja, a Cátedra, inclusive em respeito ao próprio perfil do homenageado, não é um espaço institucional voltado para uma celebração acrítica de seus trabalhos; pelo

1 Lilia Katri Moritz Schwarcz é uma antropóloga brasileira. É doutora em Antropologia Social pela Universidade de São Paulo e atualmente professora da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas na mesma instituição. É autora de obras como *Raça e diversidade* e *As barbas do imperador - Dom Pedro II, um monarca nos trópicos*. Também é fundadora da Cia. das Letras. (Nota da IHU On-Line)

2 É professor e pesquisador do Departamento de Sociologia e Política da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro – PUC-RJ), coordenador do Centro de Estudos Direito e Sociedade - Cedes e membro do Conselho Consultivo do Departamento de Pesquisas Judiciárias, do Conselho Nacional de Justiça. Tem experiência na área de Sociologia, com ênfase em Fundamentos da Sociologia, atuando principalmente nos seguintes temas: democracia, judicialização da política e das relações sociais, sindicalismo, corporativismo, intelectuais e pensamento social brasileiro. (Nota da IHU On-Line)

contrário, ela é um ponto de partida para o estabelecimento de investigações sobre a democracia brasileira.

No que concerne aos aspectos institucionais, a Cátedra objetiva ser um espaço de realização de seminários, pesquisas e debates, reunindo pesquisadores provenientes de diferentes universidades para, partindo de temas presentes na obra de Werneck, ampliarmos a compreensão dos desafios para o aprofundamento da nossa experiência democrática.

IHU On-Line – Werneck Vianna acompanhou todos os desdobramentos da democracia brasileira. Nesse sentido, qual é a importância de sua contribuição à solidificação e aprofundamento desse sistema político no Brasil?

Rubem Barboza Filho e Fernando Perlatto – A obra pessoal, política e acadêmica de Werneck Vianna se confunde com a questão democrática. Talvez essa tenha sido a grande questão a animar suas formulações no decorrer de sua vida. Este aspecto fica muito evidente na palestra que ele proferiu no Seminário da Cátedra e transcrita em nosso livro. Os dilemas colocados por um processo de modernização como o brasileiro, no qual o moderno tem dificuldade de se mostrar e afirmar, configuram-se como as linhas mestres de um trabalho que normativamente defende a democracia política e social, mas que a deseja ancorada em uma participação autônoma e ativa dos segmentos subalternos em uma esfera pública plural, viva e ativa.

IHU On-Line – Quais são as peculiaridades fundamentais da obra desse pensador?

Rubem Barboza Filho e Fernando Perlatto – Para além dos aspectos destacados anteriormente, vale aqui chamar a atenção para a capacidade que Werneck tem de dialogar com diferentes gerações de intelectuais e mobilizá-los em torno de determinadas ideias e preocupações. Ele consegue atuar como uma espécie de farol que irradia opiniões e energia, que são apropriadas por outros intelectuais a partir de suas próprias preocupações. Nesse sentido, vale destacar que Werneck nunca foi um intelectual solitário

“Werneck nunca foi um intelectual solitário e individualista”

e individualista. Passou por várias instituições, nas quais deixou sua marca intelectual, uma espécie de semente da qual brotaram importantes obras das ciências sociais brasileiras. Além de ter participado de instituições como o Cebrap,³ Werneck constituiu, a partir de determinados espaços, agendas de pesquisa, reunindo vários pensadores em torno dessas ideias. Isso é evidente no caso da *Revista Presença* e do Centro de Estudos Direito e Sociedade – Cedes, atualmente vinculado à PUC-Rio.

IHU On-Line – Em que aspecto a obra *Uma sociologia indignada* aborda a questão das vicissitudes da democracia e da modernização?

Rubem Barboza Filho e Fernando Perlatto – A obra *Uma Sociologia Indignada* resulta do Seminário da Cátedra Luiz Werneck Vianna, que reuniu intelectuais provenientes de diferentes universidades do Brasil não apenas para prestar homenagens a Werneck, mas para discutir aspectos fundamentais da sua obra e debater temas concernentes à democracia. Infelizmente, alguns participantes do Seminário – como os professores Sergio Miceli,⁴ Renato Lessa,⁵ Maria Arminda do Nascimento Arruda,⁶ Nísia Trin-

3 Centro Brasileiro de Análise e Planejamento. (Nota da IHU On-Line)

4 Sergio Miceli Pessôa de Barros: Sociólogo brasileiro nascido no Rio de Janeiro. Professor titular de sociologia da Universidade de São Paulo. (Nota da IHU On-Line)

5 É professor titular de Teoria Política, no Departamento de Ciência Política da Universidade Federal Fluminense - UFF. (Nota da IHU On-Line)

6 Professora titular da Universidade de São Paulo - USP. Tem experiência na área de Sociologia, com ênfase em Fundamentos da Sociologia. Atua principalmente nos seguintes temas: metrópole, cultura. (Nota da IHU On-Line)

dade Lima⁷ e Gisele Cittadino⁸ – não puderam contribuir com artigos para a obra. O livro está dividido em oito grandes partes. Na primeira, intitulada “Trajetória pelo olhar dos outros”, intelectuais como Maria Alice Rezende de Carvalho,⁹ Lilia Schwarcz e Gisele Araújo fazem um retrato geral da obra de Werneck, destacando os principais aspectos e temas presentes em seus trabalhos. A segunda, chamada “Tradição e mudança em Werneck Vianna”, contém artigos de Lucia Lippi,¹⁰ Robert Wegner,¹¹ João Marcelo Maia¹² e

7 Nísia Trindade Lima é doutora em sociologia pelo Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro - IUPERJ, com atuação nas áreas de pensamento social e história da saúde no Brasil. Tem se dedicado à valorização dos estudos relacionados à ciência e à saúde no âmbito das análises sobre a formação social e cultural do Brasil e às controvérsias históricas e contemporâneas concernentes ao conceito de desenvolvimento. (Nota da IHU On-Line)

8 Professora Associada da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro - PUC RJ. Atua na área da Filosofia Constitucional, com ênfase nos seguintes temas: constitucionalismo democrático, direitos fundamentais, justiça distributiva e multiculturalismo. É autora de “Pluralismo, Direito e Justiça Distributiva. Elementos da Filosofia Constitucional Contemporânea”. (Nota da IHU On-Line)

9 É professora associada II do Departamento de Sociologia e Política da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro - PUC-Rio, Pesquisadora do CNPq, Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais daquela universidade e Coordenadora do Central - Centro de Estudos e Projetos da Cidade, também na PUC-Rio. Suas linhas de pesquisa são principalmente sociologia da cidade e políticas públicas urbanas, direito e sociedade, sociologia da cultura e profissões intelectuais. (Nota da IHU On-Line)

10 Lucia Maria Lippi Oliveira é pesquisadora e professora da Fundação Getúlio Vargas - FGV/ RJ. Tem experiência na área de Sociologia, atuando principalmente nos seguintes temas: intelectuais, identidade nacional, historiografia, pensamento social e patrimônio cultural. (Nota da IHU On-Line)

11 É pesquisador adjunto da Fundação Oswaldo Cruz. Tem experiência na área de Sociologia, com ênfase em Sociologia da Cultura, atuando principalmente nos seguintes temas: iluminismo, fronteira, cordialidade e civilidade e modernismo. (Nota da IHU On-Line)

12 João Marcelo Ehlert Maia é professor adjunto do CPDOC/FGV-RJ. Tem experiência na área de Sociologia, com ênfase em Sociologia da Cultura, atuando principalmente nos seguintes temas: intelectuais, pensamento social brasileiro e história das ciências sociais. Mais

Beatriz Helena Domingues,¹³ estando voltada para o debate em torno de um tema caro à obra werneckiana, relacionado ao diálogo crítico com a tradição para uma agenda de mudanças. A terceira parte do livro, “Tradição e mudança em diálogo com Werneck Viana”, que reúne Ricardo Benzaquen,¹⁴ Maria Emilia Prado,¹⁵ Antonio Carlos Peixoto¹⁶ e Raul Magalhães,¹⁷ mobili-

recentemente tem explorado o campo da teoria social em contextos periféricos (pós-colonialismo, decolonialidade e pensamento social periférico). (Nota da IHU On-Line)

13 É professora associada III da Universidade Federal de Juiz de Fora - UFJF. Tem experiência na área de História, com ênfase em História Intelectual da América e do Brasil, atuando principalmente nos seguintes temas: pensamento jesuítico, Richard Morse, Oswald de Andrade, contrarreforma no mundo ibero-americano e história dos Estados Unidos. (Nota da IHU On-Line)

14 Ricardo Augusto Benzaquen de Araujo é professor assistente da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, embro de corpo editorial da Revista Brasileira de Ciências Sociais, Membro de corpo editorial do Tempo Social. Revista de Sociologia da USP, Membro de corpo editorial da Ciência Hoje, Membro de corpo editorial da Revista de História da Biblioteca Nacional, Membro de corpo editorial da Revista Teoria e Cultura e do corpo editorial da Revista do Instituto de Estudos Brasileiros, além de ser pesquisador do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico e membro de corpo editorial da Gávea (Rio de Janeiro). Tem experiência na área de História, com ênfase em Teoria e Filosofia da História. Atua principalmente nos seguintes temas: Gilberto Freire, Modernismo brasileiro, Pensamento Social. (Nota da IHU On-Line)

15 É professora titular da Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ. Professora visitante das Universidades de Cádiz e Coimbra. Publicou artigos em periódicos especializados nacionais e internacionais. Possui livros publicados e atua na área de história política com ênfase em temas ligados a questão nacional. É líder do grupo de pesquisa “intelectuais e poder no mundo ibero-americano” e editora da revista eletrônica *Intellctus* ligada a este grupo. (Nota da IHU On-Line)

16 Antonio Carlos de Faria Pinto Peixoto é professor adjunto da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, professor emérito da Escola de Comando e Estado Maior do Exército, professor do Centro Brasileiro de Estudos Latino-Americanos, colaborador da Escola Superior de Guerra. Tem experiência na área de Ciência Política, com ênfase em Teoria Política Clássica, atuando principalmente nos seguintes temas: democracia, tradição, ordem internacional, pensamento político e política. Possui artigos e capítulos de livros publicados no Brasil e no exterior. (Nota da IHU On-Line)

17 Raul Francisco Magalhães é professor associado II da Universidade Federal de

“É difícil definir Werneck. Assim como sua complexa obra, é preciso conhecê-lo para decifrá-lo”

za os debates anteriormente citados, mas os coloca em uma perspectiva dialógica com as obras de outros autores do pensamento social e político brasileiro. As partes quarta, quinta e sexta são voltadas diretamente para o tema democrático, ora focalizando a questão do constitucionalismo e do papel do Judiciário – com artigos de Cícero Araújo,¹⁸ Rogério Dultra,¹⁹ José Eisenberg²⁰ e Juliana Magalhães –, ora

Juiz de Fora - UFJF. É pesquisador nas áreas de Ciência Política e Microsociologia (etnometodologia), com ênfase em teoria política e teoria da ação (relações entre linguagem, racionalidade e ação). É professor do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da UFJF. Atua como pesquisador do Centro de Pesquisas Sociais da mesma universidade. Atualmente desenvolve investigações sobre os usos da linguagem para produção de deliberações em contextos de debate e conflito. (Nota da IHU On-Line)

18 Possui mestrado em Filosofia pela Universidade Estadual de Campinas - Unicamp e doutorado em Filosofia pela Universidade de São Paulo - USP. É livre docente em Teoria Política pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas - FFLCH/USP e professor titular do DCP/FFLCH/USP (2009). Atua principalmente nos seguintes temas: teoria política moderna e contemporânea; moralidade política. (Nota da IHU On-Line)

19 Rogério Dultra dos Santos é atualmente é professor adjunto do Departamento de Direito Público, Coordenador do Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Direito Constitucional e Subcoordenador do Curso de Pós-Graduação Lato Sensu em Direito da Administração Pública da Universidade Federal Fluminense - UFF. Tem experiência nas áreas de Direito e Ciência Política, atuando principalmente nos seguintes temas: teoria constitucional, pensamento político-jurídico brasileiro, teoria do direito e segurança pública. (Nota da IHU On-Line)

20 José Eisenberg é Ph.D em Ciência Política pela City University of New York e professor do Programa de Pós-

o tema dos intelectuais – com os trabalhos de Marco Aurélio Nogueira,²¹ Marcelo Burgos²² e André Botelho²³ –, e ora as complexas relações entre esquerda e democracia – com textos de Cesar Guimarães, Luiz Sergio Henriques²⁴ e Marcelo Camurça. A parte

Graduação em Ciência Política do Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro - Iuperj. (Nota da IHU On-Line)

21 Marco Aurélio Nogueira é doutor em Ciência Política, pela Universidade de São Paulo - USP. Obteve o título de pós-doutor na Università degli Studi La Sapienza, em Roma. Atualmente é professor da Unesp. Também é autor de *Um Estado para a sociedade civil: temas éticos e políticos da gestão democrática* (São Paulo: Cortez Editora, 2005) e *Em defesa da política* (São Paulo: Editora Senac, 2005), entre outras obras. Já concedeu várias entrevistas à IHU On-Line, entre elas: “A arte política de incorporar o atraso sem prejudicar o progresso”, revista IHU On-Line, edição 386, de 19-03-2012; Gramsci, 70 anos depois. “A esquerda precisa resolver, de uma vez por todas, sua questão com a democracia”. Entrevista publicada no sítio do IHU em 12-08-2007; *Ritos acadêmicos e a universidade hoje*. Entrevista publicada no sítio do IHU em 17-04-2008. (Nota da IHU On-Line)

22 Marcelo Tadeu Baumann Burgos possui graduação em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ, mestrado em Planejamento Econômico e Políticas Públicas pelo Instituto de Economia Industrial da UFRJ e doutorado em Sociologia pela Sociedade Brasileira de Instrução - SBI/Iuperj. É professor do Departamento de Sociologia da PUC-Rio, desde 1997, coordenador do Curso de Especialização em Sociologia Política e Cultura da PUC-Rio desde 2001. É pesquisador do CAEd/UFJF desde 2010. Tem experiência de pesquisa e textos publicados nas áreas de Sociologia, com ênfase em sociologia urbana, sociologia da educação e sociologia do direito, atuando principalmente nos seguintes temas: cidade, cidadania, acesso à justiça, direito e judiciário. (Nota da IHU On-Line)

23 André Pereira Botelho é graduado em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ, mestre em Sociologia e doutor em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Campinas - Unicamp. É professor adjunto da Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ. Tem experiência na área de Sociologia, com ênfase em Pensamento Social Brasileiro, Sociologia da Cultura e Teoria Social. (Nota da IHU On-Line)

24 Luiz Sérgio Henriques é editor do site Gramsci e o Brasil, ensaísta, tradutor e um dos organizadores das Obras de Antonio Gramsci em português, especialmente a nova edição das *Cartas do Cárcere*. O site editado por Luiz Sérgio divulga a obra de Gramsci, fundador do Partido Comunista da Itália e uma das maiores referências da esquerda mundial, e publica ensaios sobre a política brasileira “com o objetivo de contribuir com a democracia no Brasil”. (Nota da IHU On-Line)

seguinte do livro é dedicada às conferências proferidas por Francisco Weffort²⁵ e José Murilo de Carvalho.²⁶ Por fim, há a transcrição de uma bela fala de Werneck falando sobre sua vida e de que forma sua trajetória se articula com a formulação de suas agendas de pesquisa. Como se vê, portanto, o livro percorre temas essenciais, colocando em diálogo autores de diferentes gerações e universidades, abordando temas que atravessam as vicissitudes da democratização e da modernização, a partir de perspectivas plurais.

IHU On-Line – Quais são os autores fundamentais do debate teórico que Werneck Vianna realiza em sua obra?

Rubem Barboza Filho e Fernando Perlatto – A obra de Werneck é atravessada pelo diálogo com diferentes autores e tradições intelectuais. Talvez os autores mais fortemente presentes em seus trabalhos sejam Marx, Gramsci,²⁷ Tocqueville,²⁸ Weber,²⁹

25 **Francisco Correia Weffort** (Quatá, 17 de maio de 1937) é um cientista político brasileiro. Foi ministro da Cultura durante o governo de Fernando Henrique Cardoso. (Nota da IHU On-Line)

26 **José Murilo de Carvalho** (Piedade do Rio Grande, 8 de setembro de 1939) é um cientista político e historiador brasileiro, membro desde 2005 da Academia Brasileira de Letras - ABL. Junto com o jurista e professor Celso Lafer, é o único brasileiro a ser membro dessa Academia e também da Academia Brasileira de Ciências. Professor da Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG e do IUPERJ por 20 anos, é também professor titular de História do Brasil no Departamento de História do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ. (Nota da IHU On-Line)

27 **Antonio Gramsci** (1891-1937): escritor e político italiano. Com Togliatti, criou o jornal *L'Ordine Nuovo*, em 1919. Secretário do Partido Comunista Italiano (1924), foi preso em 1926 e só foi libertado em 1937, dias antes de falecer. Nos seus Cadernos do cárcere, substituiu o conceito da ditadura do proletariado pela “hegemonia” do proletariado, dando ênfase à direção intelectual e moral em detrimento do domínio do Estado. Sobre esse pensador, confira a edição 231 da IHU On-Line, de 13-08-2007, intitulada Gramsci, 70 anos depois, disponível para download em <http://migre.me/65usZ>. (Nota da IHU On-Line)

28 **Alexis Carlier Clerel de Tocqueville** (1805-1859): pensador político e historiador francês, autor do clássico *A democracia na América* (São Paulo: Martins Fontes, 1998-2000). (Nota da IHU On-Line)

29 **Max Weber** (1864-1920): sociólogo

“O título ‘sociologia indignada’ refere-se à prática reflexiva que faz de Werneck um dos grandes intelectuais brasileiros”

Habermas,³⁰ Oliveira Vianna,³¹ Tavares

alemão, considerado um dos fundadores da sociologia. *Ética protestante e o espírito do capitalismo* (Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 2004) é uma das suas mais conhecidas e importantes obras. Cem anos depois, a IHU On-Line dedicou-lhe a sua 101ª edição, de 17-05-2004, intitulada *Max Weber. A ética protestante e o espírito do capitalismo 100 anos depois*, disponível para download em <http://migre.me/30rKx>. De Max Weber o IHU publicou o Cadernos IHU em Formação n. 3, 2005, chamado *Max Weber - o espírito do capitalismo*. Em 10-11-2005, o professor Antônio Flávio Pierucci ministrou a conferência de encerramento do I Ciclo de Estudos Repensando os Clássicos da Economia, promovido pelo IHU, intitulada “Relações e implicações da ética protestante para o capitalismo”. (Nota da IHU On-Line)

30 **Jürgen Habermas** (1929): filósofo alemão, principal estudioso da segunda geração da Escola de Frankfurt. Herdando as discussões dessa escola, Habermas aponta a ação comunicativa como superação da razão iluminista transformada num novo mito que encobre a dominação burguesa (razão instrumental). Para ele, o logos deve construir-se pela troca de ideias, opiniões e informações entre os sujeitos históricos estabelecendo o diálogo. Seus estudos voltam-se para o conhecimento e a ética. Confira no site do IHU, www.unisinos.br/ihu, editoria *Notícias do dia*, o debate entre Habermas e Joseph Ratzinger, o Papa Bento XVI. Habermas, filósofo ateu, invoca uma nova aliança entre fé e razão, mas de maneira diversa como Bento XVI propôs na conferência que realizou em 12-09-2006 na Universidade de Regensburg. (Nota da IHU On-Line)

31 **Francisco José Oliveira Vianna**: sociólogo, ensaísta carioca e autor considerado como primordial para a compreensão da formação ideológica e da questão territorial do país. (Nota da IHU On-Line)

Bastos³² e Raymundo Faoro.³³ Werneck ancora-se na tradição dos autores clássicos, mas está sempre antenado aos debates conjunturais da sociologia. Seu mérito maior nesse sentido talvez seja o de colocar tradições e autores diferentes para dialogar – como Tavares Bastos e Oliveira Vianna, Gramsci e Tocqueville –, buscando extrair daí uma síntese que oriente sua compreensão sobre o país. Isto é, a mobilização dos autores não é apenas no sentido de um eruditismo desconectado da realidade; pelo contrário, ela se dá para servir como ancoragem da sua interpretação do país.

IHU On-Line – Como é a pessoa Werneck Vianna? Quais são seus traços marcantes como ser humano?

Rubem Barboza Filho e Fernando Perlatto – É sempre muito complicado falar de um amigo e orientador. Ambos fomos orientados por Werneck e temos com ele uma forte amizade. Werneck é um ser humano solidário, tanto pessoal como intelectualmente, muito erudito para além das questões acadêmicas, amante do futebol, simples, engraçado, divertido e sempre preocupado com aqueles que ele considera próximo. É difícil definir Werneck. Assim como sua complexa obra, é preciso conhecê-lo para decifrá-lo.

32 **Tavares Bastos** (Aureliano Cândido T. B.), advogado, jornalista, político e publicista, nasceu na Cidade das Alagoas, hoje Marechal Deodoro, AL, em 20 de abril de 1839, e faleceu em Nice, França, em 3 de dezembro de 1875. Foi eleito deputado geral por Alagoas em três legislaturas, 1861-1863, 1864-1866 e 1867-1870, sendo na primeira vez, aos 22 anos de idade, o mais jovem deputado no Parlamento, eleito juntamente com José de Alencar, João Alfredo, José Bonifácio, o Moço, entre outros. (Nota da IHU On-Line)

33 **Raymundo Faoro** (1925-2003): foi um escritor, advogado, cientista político e historiador brasileiro. Foi membro da Academia Brasileira de Letras e presidente da Ordem dos Advogados do Brasil de 1977 a 1979. (Nota da IHU On-Line)

Conheça o Programa Teologia Pública

O Programa Teologia Pública propõe-se a abrir e articular novas possibilidades de engajamento da teologia no âmbito acadêmico e sociocultural, propondo uma Teologia que participa ativamente nos debates que se desdobram na esfera pública da sociedade e da academia e explicitando a relevância pública da teologia e da fé cristã. Nessa perspectiva, busca articular a reflexão teológica em diálogo com as ciências, culturas e religiões, de modo interdisciplinar e transdisciplinar, atenta aos desafios e possibilidades que se apresentam na vida social, política, econômica e cultural da sociedade, bem como na vida eclesial, hoje.

Saiba mais em: www.ihu.unisinos.br



Mídia capitalista e individuação

POR BRUNO LIMA ROCHA¹

Os estudos que viemos realizando através do Núcleo Interdisciplinar de Estudos da Globalização Transnacional e da Cultura do Capitalismo (NIEG-CEPOS) vêm demonstrando, através da análise de conteúdo da mídia dita especializada, o papel central que a esfera ideológica ocupa na legitimação do capitalismo em sua etapa financeira. Neste artigo, saímos da escala macro e nos aproximamos da chamada individuação, igualmente propalada pela cobertura do jornalismo econômico e até pela ficção televisiva. É facilmente identificável o núcleo duro do que estamos criticando através da observação de duas peças típicas. Uma, trata das matérias de telejornalismo onde especialistas em recursos humanos, “*coaching*”, reconversão e recolocação de carreiras, advertem os telespectadores de prós e contras na atitude de cada um dentro do ambiente de trabalho e na relação com os companheiros de jornadas, chefias e hierarcas da empresa. Outra pode ser identificada nos protagonistas de telenovelas e reality shows, onde a figura do empreendedor econômico é o he-

rói social, a meta alcançável para todos os personagens e a baliza da moral circulante.

Em ambos os gêneros televisivos nota-se a exacerbação do indivíduo e a ausência de uma noção coletiva, uma identidade antagônica, como a de classe. Trata-se assim do acionar discursivo de uma doutrina baseada em uma lógica de suposta escolha racional baseada em maximizar ganhos e minorar perdas, tomando a forma-empresa como a analogia única para os indivíduos. Deste modo, cada pessoa, cultivaria dentro de si um respeito pelo empreendimento como única forma de “progresso” social, sendo que esta opção vai incidir na esfera privada da vida. Assim, os consultores difundidos pelas TVs comerciais te dizem como vestir, o que fazer na internet e até manuais de etiqueta.

Já a ficção, para além das telenovelas, uma bela paródia do “admirável mundo corporativo” é o reality show O Aprendiz, a versão brasileira do programa estadunidense The Apprentice, apresentado pelo magnata Donald Trump. No Brasil, este espetáculo de difusão vulgar da doutrina neoclássica fora comandado pelo publicitário Roberto Justus e atualmente é veiculado na Record e tem no comando João Dória Jr. No roteiro, jovens profissionais disputam entre si para

¹ Bruno Lima Rocha é membro pleno do Grupo Cepos e professor de comunicação social-jornalismo na Unisinos. Formado em jornalismo pela UFRJ, tem mestrado e doutorado em ciência política pela UFRGS. E-mail: blimarocho@gmail.com

ver se conseguem cumprir as tarefas e ao mesmo tempo ser bem visto pelas chefias, no caso, o apresentador e seus conselheiros. O show demonstra como trabalhadores qualificados assumem a forma da empresa já em seu período de treinamento, cooperando pontualmente e competindo sem cessar até restar um personagem vitorioso, aceito na empresa ou remunerado. Fica fora de cogitação uma unidade dos estagiários ou recém formado em contra as regras do próprio “jogo”. Ao não contestá-las, os indivíduos ali presentes reproduzem literalmente o código de valores circulantes em empresas de porte e entre pessoas auto centradas.

Nas peças narradas acima, o que deve estar oculto é a identidade coletiva para além da reprodução padronizada de hábitos e valores dos mandantes. A máxima da redução subordinada é quando estas matérias relatam aos que trocam trabalho por salário, não mais como trabalhador, mas sim como “colaborador”. Se há algo de comum a todas as correntes do pensamento social no Ocidente, é associar o conceito de classe a uma idéia de antagonismo de maiorias contra minorias possuidoras, ou detentoras de poderes de mando real (como o de contratar e demitir) sobre as demais. Passando a “colaborador”, quem trabalha na prática colabora com seus patrões ou controladores, e esta é a mensagem veiculada abertamente, quando ora

“Um subalterno que não reclame é um dominado que tem ao dominador organizando sua estrutura de pensamento”

algun se vê mencionado o termo sindicato, ou então quando se afirma que “o trabalhador, em nenhuma hipótese, poderá falar mal da empresa”. Ora, um subalterno que não reclame é um dominado que tem ao dominador organizando sua estrutura de pensamento. Enfim, é alguém vivendo a identidade do “andar de cima”, uma esquizofrenia muitas vezes repetida para dar coesão na base da pirâmide social, pactuando uma sociedade ainda profundamente injusta e desigual.

É parte de qualquer sistema de valores a reprodução dos formatos coletivos dentro das individualidades. Assim como um exército tem no corpo dos soldados a última linha de defesa, um sistema de dominação estrutura a adesão aos seus valores através da in-

dividuação e a carga circulante de valores e atitudes através de sua reprodução cultural ainda de maior impacto. Por mais que estejamos permeáveis a redes sociais e domínios da internet, a maioria dos brasileiros ainda é atingida através da televisão aberta generalista. Estes veículos de TV, cujo campo se estrutura na forma de oligopólio, dão vazão, como conteúdo narrativo de seus produtos com maior impacto (o telejornalismo e a telenovela), a um jogo de espelhos distorcidos, onde o andar de baixo se enxerga em projeção no andar de cima. Uma comparação quase surrealista seria a de um porteiro de edifício que confunde sua própria imagem com a dos moradores de um luxuoso edifício com escritórios e salas multiuso. Ao não reconhecer-se, este trabalhador projeta a si naqueles que controlam a força de trabalho de terceiros, realizando simultaneamente, um apagão nas identidades coletivas capazes de gerar conflito social e re-distributivo. Na ausência do “nós”, impera o “eu”, impondo sobre as individualidades formas padronizadas de comportamento, justamente àquelas que vão ao encontro das necessidades de contratantes e seus departamentos de recursos humanos.

Assim como é impossível pensarmos uma sociedade contemporânea sem mídia, tampouco é viável imaginar algum grau de transformação sem afetar os interesses e conteúdos desta mídia capitalista.



Tema
de
Capa

Destques
da Semana

IHU em
Revista

Destques On-Line

Entrevistas especiais feitas pela IHU On-Line e disponíveis nas Notícias do Dia do sítio do IHU (www.ihu.unisinos.br) de 02-05-2012 a 07-05-2012

Copa do Mundo: está em curso um processo de “higienização” no Rio

Entrevista especial com Hertz Leal, funcionário público federal

Confira nas Notícias do Dia de 02-05-2012

Acesse no link <http://migre.me/8X02U>

Hertz Leal frisa que os preparativos para a **Copa do Mundo** e as Olimpíadas desrespeitam os direitos humanos e a legislação prevista na Constituição, na Lei Orgânica e no Estatuto das Cidades. Na entrevista, ele relata as irregularidades que estão ocorrendo no Rio de Janeiro por conta das desapropriações de terras, transferências de terras públicas para setores privados e as arbitrariedades cometidas pelo poder público.

Hidrelétricas no Amazonas: “temos um exemplo negativo no nosso quintal”

Entrevista especial com Anderson Bittencourt, subcoordenador da Unidade Gestora do Centro Estadual de Mudanças Climáticas – Ceclima/SDS, da Secretaria de Estado do Meio Ambiente e

Desenvolvimento Sustentável do Amazonas

Confira nas Notícias do Dia de 03-05-2012

Acesse no link <http://migre.me/8X06Q>

A usina hidrelétrica de **Balbina**, inaugurada no final da década de 1980, no estado do Amazonas, é conhecida como a “pior concepção de hidrelétrica do mundo, porque ocupa um reservatório de mais de 2.500 km² para gerar 250 MW. Enquanto que a média nacional é de 0,5 km² por MW”, afirma **Anderson Bittencourt**.

Código Florestal: texto aprovado é contraditório e de “difícil interpretação”

Entrevista especial com Gustavo Trindade, advogado

Confira nas Notícias do Dia de 04-05-2012

Acesse no link <http://migre.me/8X0qp>

Ao analisar o texto substitutivo do Código Florestal, aprovado na semana passada na Câmara dos Deputados, Gustavo Trindade diz que ele é juridicamente “contraditório” e “de difícil interpretação”.

LEIA OS CADERNOS IHU IDEIAS
NO SITE DO IHU
WWW.IHU.UNISINOS.BR

Agenda da Semana

*Confira os eventos desta semana realizados pelo IHU.
A programação completa dos eventos pode ser conferida
no site do IHU (www.ihu.unisinos.br).*

Data: 07-05-2012

Evento: Ciclo de Estudos em EAD: Sociedade Sustentável – Módulo 3 (de 7 de maio a 16 de junho de 2012 – 6 semanas – 30h) “Por um novo paradigma civilizacional”

Mais informações: <http://migre.me/8WP7s>

Data: 08-05-2012

Evento: Ciclo de Filmes e Debates: A crise do capitalismo no cinema

Exibição prévia em horário alternativo

Filme: Inside Job – Trabalho Interno (EUA, 2010, 120 minutos, direção: Charles Ferguson)

Horário: 12h às 14h

Local: Sala Ignacio Ellacuría e companheiros, no IHU

Reprise em horário alternativo: 21-05-12, das 12h às 14h

Mais informações: <http://migre.me/8WPcb>

Data: 09-05-2012

Evento: Ciclo de Filmes e Debates: A crise do capitalismo no cinema

Filme: Inside Job – Trabalho Interno (EUA, 2010, 120 minutos, direção: Charles Ferguson)

Debatedores: Profª. Dra. Janaína Ruffoni - Unisinos e Prof. MS. Lucas H. da Luz - Unisinos

Horário: 19h30min às 22h30min

Local: Sala Ignacio Ellacuría e companheiros, no IHU

Mais informações: <http://migre.me/8WPcb>

Data: 10-05-2012

Evento: Ciclo de Palestras: Filosofias da Intersubjetividade

Palestra: Da mônada ao social: a intersubjetividade segundo Levinas

Palestrante: Prof. Dr. Marcelo Fabri – Universidade Federal de Santa Maria – UFSM

Horário: 19h30min às 22h

Local: Sala Ignacio Ellacuría e Companheiros, no IHU

Mais informações: <http://migre.me/8WPhD>

Data: 10-05-2012

Evento: IHU ideias

Palestra: O conceito husserliano de razão prática

Palestrante: Prof. Dr. Marcelo Fabri - Universidade Federal de Santa Maria – UFSM

Horário: 17h30min às 19h

Local: Sala Ignacio Ellacuría e Companheiros, no IHU

Mais informações: <http://migre.me/8WPpF>

Data: 14-05-2012

Evento: Ciclo de Filmes e Debates: A crise do capitalismo no cinema

Exibição prévia

Filme: Margin Call – O Dia Antes do Fim (EUA, 2011, 107 minutos, direção: J. C. Chandor)

Horário: 12h às 14h

Local: Sala Ignacio Ellacuría e Companheiros, no IHU

Mais informações: <http://migre.me/8WPwq>

Data: 15-05-2012

Evento: Ciclo de Filmes e Debates: A crise do capitalismo no cinema

Filme: Margin Call – O Dia Antes do Fim (EUA, 2011, 107min., direção: J. C. Chandor)

Debatedores: Prof. Dr. Fernando Lara - Unisinos e Prof. MS. Gilberto A. Faggion - Unisinos

Horário: 19h30min às 22h

Entrevistas de eventos

A alteridade radical de Levinas e a ética racionalista de Husserl

Ao refletir sobre a atualidade destes dois importantes filósofos para o pensamento contemporâneo, Marcelo Fabri destaca que nosso tempo talvez seja um tempo de ressignificações, de novos dizeres sobre o ser humano, mas também da procura do Outro

POR GRAZIELA WOLFART

Estará na Unisinos, no próximo dia 10 de maio, o professor da Universidade Federal de Santa Maria – UFSM, Marcelo Fabri. Ele abordará o tema “Da mônada ao social: a intersubjetividade segundo Levinas”, das 19h30min às 22h, na Sala Ignacio Ellacuría e Companheiros, no IHU. Um pouco antes, das 17h30min às 19h, no mesmo local, ministrará a palestra “O conceito husserliano de razão prática”. Aos leitores e leitoras interessados em Husserl e Levinas e nas filosofias da intersubjetividade, Marcelo Fabri adianta os temas na entrevista a seguir, concedida por e-mail à **IHU On-Line**. Segundo ele, pensar a intersubjetividade, segundo Levinas, “significa (...) considerar de que maneira a relação social se funda numa separação entre o mesmo e o outro”. E constata: “o desejo levinasiano supõe, exatamente, a saída de si, uma abertura temporal que demanda responsabilidade, disponibilidade, relação com o outro ser humano. O mundo atual seria, em grande medida, um mundo sem transcendência, em que o desejo é imediato e, assim sendo, se torna aprisionado num indi-

vidualismo de pura indiferença, e não de encontro com o Diferente”. E sobre Husserl, Fabri aponta que ele “traz à tona o conceito de uma ética que é racionalista sem ser reducionista ou imperialista, isto é, que retoma o conceito de razão prática a partir do ser humano concreto, pessoal, afetivo, sensível, intersubjetivamente comprometido”.

Marcelo Fabri possui graduação em Filosofia pela Pontifícia Universidade Católica de Campinas, mestrado em Educação e doutorado em Filosofia pela Universidade Estadual de Campinas. Atualmente é professor da Universidade Federal de Santa Maria – UFSM. Tem experiência na área de Filosofia, com ênfase em Ética Fenomenológica, atuando principalmente nos seguintes temas: subjetividade, cultura, motivação, Husserl, Levinas e ontologia contemporânea. É autor de, entre outros, *Fenomenologia e cultura: Husserl, Levinas e a motivação ética do pensar* (Porto Alegre: EDIPUCRS, 2007).

Confira a entrevista.

IHU On-Line - Qual a tese central do tema “Da mônada ao social: a intersubjetividade segundo Levinas”?

Marcelo Fabri - Diferentemente do que ocorre no modelo dialético, e mesmo dialógico de se pensar o tema da intersubjetividade, a perspectiva de Levinas¹ não

sublinha inicialmente aquilo que é “comum” aos existentes em relação, mas sim a “diferença”, a “se-

conheceu Heidegger, cuja obra *Ser e tempo* o influenciou muito. “A ética precede a ontologia” é uma frase que caracteriza seu pensamento. Escreveu, entre outros, *Totalidade e Infinito* (Lisboa: Edições 70, 2000). Sobre o filósofo, conferir a edição número 277 da *IHU On-Line*, de 14-10-2008, intitulada *Levinas e a majestade do Outro*, disponível para download em <http://migre.me/Dsy6>. (Nota da *IHU On-Line*)

paração”, numa palavra o fato de que o existente é originariamente uma mônada enquanto existe (isso para falar fenomenologicamente). Nesse sentido, pensar a intersubjetividade, segundo Levinas, significa, antes de mais, considerar de que maneira a relação social se funda numa separação entre o mesmo e o outro. Com efeito, é essa separação que permite a Levinas enunciar a tese de uma alteridade radical, jamais superada

¹ Emmanuel Lévinas (1906-1995): filósofo e comentador talmúdico lituano, naturalizado francês. Foi aluno de Husserl e

totalmente por um mundo comum e intersubjetivo, mas que, curiosamente, é a condição para que esse mundo se constitua.

IHU On-Line - O que marca a passagem do sujeito “da mônada ao social”?

Marcelo Fabri - O sujeito que, originariamente, é mônada enquanto existe pode superar a sua solidão de diversos modos (pela fruição da vida, pelas tarefas cotidianas, pelo conhecimento, etc.), mas só poderá vencer seu fechamento, de modo verdadeiramente humano, pela abertura do tempo. Essa abertura se dá com a vinda do outro, que é uma alteridade radical. Sem isso, a relação social não teria início, não haveria uma saída de si como futuro ou quebra da imanência.

IHU On-Line - Qual a importância e a atualidade do conceito-chave de mônada na sociedade atual, tão marcada pelo individualismo e autonomia?

Marcelo Fabri - O desejo levinasiano supõe exatamente a saída de si, uma abertura temporal que demanda responsabilidade, disponibilidade, relação com o outro ser humano. O mundo atual seria, em grande medida, um mundo sem transcendência, em que o desejo é imediato e, assim sendo, se torna aprisionado num individualismo de pura indiferença, e não de encontro com o Diferente.

IHU On-Line - Qual a inspiração de Levinas e de sua intersubjetividade para refletirmos sobre os rumos da época contemporânea?

Marcelo Fabri - Na contemporaneidade, existe um paradoxo. De um lado, a impossibilidade da Palavra, isto é, um mundo em que o falar não existe, tendo em vista a quantidade de discursos, de ofertas de consumo, de dispersão, de mal-entendidos, bem como de tantas análises sobre os sentidos (psicanálise, sociologia, análise da linguagem, etc.). De outro, é em meio a uma ausência total de sentido (pois o que há é, pa-

radoxalmente, uma infinidade de sentidos), que a subjetividade humana emerge como um lugar em que o falar e o responder se tornam possíveis. Em meio a essa crise, o humano pode emergir como um poder de falar, de responder. O humano é precisamente isto: a responsabilidade por outrem.

IHU On-Line - Em que sentido o pensamento de Levinas pode ser tomado como referência em nossos dias?

Marcelo Fabri - Em vez de pensar o discurso ético como uma consequência de discussões teóricas básicas, o ponto de partida de Levinas é este: a ética é a filosofia primeira, é o sentido sem o qual o humano seria apenas uma função do ser, ou busca de persistir em seu ser. O ético, portanto, é o sentido que torna possível uma suspensão desse esforço. O eu está, desde o início, em questão. A referência de Levinas se torna decisiva quando se procura pensar a justiça, a paz, o bem comum, etc. não apenas como conceitos ou teses filosóficas que precisam ser demonstradas, mas como termos que se tornam “significativos” em virtude da responsabilidade do sujeito, isto é, da relação com o outro ser humano.

IHU On-Line - Em que sentido podemos entender que nosso tempo carece de modelos que provoquem a capacidade humana da relação? Qual a contribuição de Levinas nesse sentido?

Marcelo Fabri - Nosso tempo talvez seja um tempo de resignificações, de novos dizeres sobre o ser humano, mas também da procura do Outro. O grande perigo é tornar esta busca banalizada, superficial, retórica. Levinas chama a atenção para isto: é preciso radicalizar a questão ética como questão fundamental, primeira, incontornável. Nenhum discurso edificante ou sofisticadamente teórico poderia encobrir a inumanidade de que, historicamente, fomos capazes. A esse respeito, Levinas é chocante: o Outro entra sem pedir licença, ele desconcer-

ta a boa consciência de indivíduos bem situados socialmente. Mas esse choque é, também, um despertar, uma quebra de minha feliz posse do mundo, numa palavra, a alteridade radical do Outro pode inaugurar uma autêntica relação intersubjetiva.

IHU On-Line - O que podemos entender pelo conceito husserliano de razão prática?

Marcelo Fabri - Nos trabalhos de Husserl,² o tema da ética não é lembrado, sobretudo porque durante sua vida os textos sobre o assunto não foram publicados. Mais recentemente, os trabalhos ficaram mais conhecidos (infelizmente, não no Brasil), e isso despertou meu interesse, principalmente no que se refere à relação entre razão teórica e razão prática. A explicitação da intencionalidade, tema central da fenomenologia, permite compreender o quanto a esfera afetiva é fundamental para se pensar a ética, mas sem esquecer a razão. Nesse sentido, Husserl traz à tona o conceito de uma ética que é racionalista sem ser reducionista ou imperialista, isto é, que retoma o conceito de razão prática a partir do ser humano concreto, pessoal, afetivo, sensível, intersubjetivamente comprometido.

IHU On-Line - Qual a atualidade da ética husserliana?

Marcelo Fabri - Na medida em que recupera este lado interpessoal e afetivo da razão prática, sem, no entanto, esquecer a racionalidade dos atos afetivos, Husserl torna possível uma discussão com os filósofos que deram continuidade à fenomenologia de um modo mais crítico, entre eles, Levinas. Essa retomada permite, ain-

² Edmund Husserl (1859-1938): filósofo alemão, principal representante do movimento fenomenológico. Marx e Nietzsche, até então ignorados, influenciaram profundamente Husserl, que era um crítico do idealismo kantiano. Husserl apresenta como ideia fundamental de seu antipsicologismo a “intencionalidade da consciência”, desenvolvendo conceitos como o da intuição eidética e epoché. Pragmático, Husserl teve como discípulos Martin Heidegger, Sartre e outros. (Nota da IHU On-Line)

da, colocar os temas atuais da ética, sobre os quais autores como Levinas e Ricoeur³, por exemplo, tanto se debruçaram, tais como: vontade, os atos de valoração, o si mesmo, a intersubjetividade, a alteridade, o estrangeiro, etc.

IHU On-Line – Que relação pode ser estabelecida entre a razão teórica e a razão prática no interior da fenomenologia? Há uma explícita herança kantiana nesse sentido?

Marcelo Fabri – A relação se dá como analogia, ou seja, assim como nos atos teóricos tomamos posição do ponto de vista do juízo, na afetividade tomamos posição valorativa e volitiva. Kant⁴ é, sem dúvida, uma he-

rança fundamental, mas sua proposta é questionada exatamente pelo fato de que não há, na ética fenomenológica, como prescindir do lado afetivo para a construção de uma racionalidade prática. Desde Brentano,⁵ essa herança, que vem de Hume,⁶ parece ter sido incorporada à discussão. Sem o papel dos sentimentos não há ética. No entanto, apesar da forte influência do empirismo, o ceticismo de Hume também é posto em questão, pois sem isso não se poderia falar em analogia entre razão teórica e razão prática.

IHU On-Line – Como o senhor define o conceito de “humanidade autêntica”?

Marcelo Fabri – É a expressão de Husserl, que aposta numa retomada da racionalidade filosófica, e isto em uma época de grande crise (um pouco antes da segunda guerra mundial). É como se histórica e factualmente pudéssemos visar uma ideia de humanidade a partir de nossa crença na razão,

obra do pensador com o título Kant: razão, liberdade e ética, disponível para download em <http://migre.me/uNrH>. Também sobre Kant foi publicado este ano o Cadernos IHU em formação número 2, intitulado Emmanuel Kant - Razão, liberdade, lógica e ética, que pode ser acessado em <http://migre.me/uNrU>. (Nota da IHU On-Line)

5 Franz Brentano (1838-1917): filósofo alemão. Lecionou em Würzburg e na Universidade de Viena. Sua filosofia evoluiu em direção de um aristotelismo moderno, nitidamente empírico em seus métodos e princípios. Os trabalhos mais importantes de Brentano são no campo da psicologia, por ele definida como ciência da alma. O objeto de seus estudos não foram, porém, os estados, mas sim os atos e processos psíquicos. Segundo Brentano, o fenômeno psíquico distingue-se dos demais por sua propriedade de referir-se a um objeto através de mecanismos puramente mentais. Ao filósofo caberia, então, estudar as diversas maneiras pelas quais a mente estabelece contatos com os objetos. Sua obra póstuma mais importante é *Von Simmlichen um Poetischen Bewusstsein* (Sobre a consciência sensorial e poética), de 1928. (Nota da IHU On-Line)

6 David Hume (1711-1776): filósofo e historiador escocês, que com Adam Smith e Thomas Reid, é uma das figuras mais importantes do chamado Iluminismo escocês. É visto, por vezes, como o terceiro e o mais radical dos chamados empiristas britânicos. A filosofia de Hume é famosa pelo seu profundo ceticismo. Entre suas obras, merece destaque o *Tratado da natureza humana*. Sobre ele, leia a *IHU On-Line* número 369, de 15-08-2011, intitulada *David Hume e os limites da razão*, disponível para download em <http://bit.ly/pFBA94> (Nota da IHU On-Line)

na ciência e na relação dessas com a justiça e o bem. Humanidade autêntica é, portanto, aquele sentido teleológico inerente à história do Ocidente, que, mesmo numa época de crise, estaríamos tentando realizar enquanto seres vinculados à cultura e à história. Levinas, por sua vez, que viu e sentiu os resultados da guerra, não fala mais assim. Ele fala do humano, que não é uma ideia, nem um sentido ideal, mas uma significação que ele denomina “um para o outro”. Antes de qualquer esforço teórico ou prático para pensar a humanidade ou tentar realizá-la, é o Outro como rosto que me elege e individua, isto é, que me convoca à responsabilidade.

IHU On-Line – Em que consiste a reflexão fenomenológica sobre a esfera do estrangeiro?

Marcelo Fabri – Sendo o outro ser humano um Outro, ele será também o estrangeiro, isto é, aquele 1) que vem de outro lugar, 2) que me causa estranhamento, 3) que não faz parte daquilo que me é próprio. Enquanto tal, o estrangeiro só comparece na medida em que houve uma resposta. Antes de toda pergunta, há o responder a outrem (“responsividade”). Mas tudo depende da resposta que iremos dar. Pode ser: “fora, todos os estrangeiros”, como li no assento em um transporte público europeu. De qualquer modo, a tese de Levinas permanece: a subjetividade é hospitalidade, é acolhimento do outro. A alternativa à primeira resposta seria, assim, o compromisso com a construção de uma autêntica intersubjetividade.

Leias as
entrevistas
do dia no
sítio do IHU:

www.ihu.unisinos.br

³ Paul Ricoeur (1913-2005): filósofo francês. Sobre ele, conferir o artigo intitulado *Imaginar a paz ou sonhá-la?*, publicado na edição 49 da Revista IHU On-Line, de 24-02-2003, disponível para download em <http://bit.ly/9m0DBP> e uma entrevista na 50ª edição, de 10-03-2003, disponível para download em <http://bit.ly/cexldt>. A edição 142, de 23-05-2005, publicou a editoria *Memória sobre Ricoeur*, em função de seu falecimento. Confira o material em <http://bit.ly/aXJH1>. A formação de Ricoeur se dá em contato com as ideias do existencialismo, do personalismo e da fenomenologia. Suas obras importantes são: *A filosofia da vontade* (primeira parte: O voluntário e o involuntário, 1950; segunda parte: *Finitude e culpa*, 1960, em dois volumes: *O homem falível e A simbólica do mal*). De 1969 é *O conflito das interpretações*. Em 1975 apareceu *A metáfora viva*. O sentido do trabalho filosófico de Ricoeur deve ser visto em uma teoria da pessoa humana; conceito - o de pessoa - reconquistado no termo de longa peregrinação dentro das produções simbólicas do homem e depois das destruições provocadas pelos mestres da “escola da suspeita”. (Nota da IHU On-Line)

⁴ Immanuel Kant (1724-1804): filósofo prussiano, considerado como o último grande filósofo dos princípios da era moderna, representante do Iluminismo, indiscutivelmente um dos seus pensadores mais influentes da Filosofia. Kant teve um grande impacto no Romantismo alemão e nas filosofias idealistas do século XIX, tendo esta faceta idealista sido um ponto de partida para Hegel. Kant estabeleceu uma distinção entre os fenômenos e a coisa-em-si (que chamou *noumenon*), isto é, entre o que nos aparece e o que existiria em si mesmo. A coisa-em-si não poderia, segundo Kant, ser objeto de conhecimento científico, como até então pretendera a metafísica clássica. A ciência se restringiria, assim, ao mundo dos fenômenos, e seria constituída pelas formas a priori da sensibilidade (espaço e tempo) e pelas categorias do entendimento. A *IHU On-Line* número 93, de 22-03-2004, dedicou sua matéria de capa à vida e à

Inside Job – Trabalho Interno e a visão plural do capitalismo mundial

O filme busca interrogar, colocar questionamentos e denúncias em relação ao capitalismo, aos governos e à ciência econômica, de forma que a sociedade possa ter uma visão mais plural dessas questões, afirma Lucas Henrique da Luz

Ficha técnica

- Título original: Inside Job
- Diretor: Charles Ferguson
- Produção: Charles Ferguson, Audrey Marrs
- Roteiro: Chad Beck, Adam Bolt
- Fotografia: Svetlana Cvetko, Kalyanee Mam
- Trilha Sonora: Alex Heffes
- Duração: 109 min
- País: EUA
- Gênero: Documentário
- Cor: Colorido
- Distribuidora: Sony Picture Classics
- Estúdio: Sony Pictures Classics/Representational Pictures
- Classificação: 10 anos

POA TEREZINHA MAGALHÃES

“*Inside Job – Trabalho Interno* me leva a reforçar um sentimento de ‘esgotamento’ da modernidade, apontando então para uma ciência econômica mais plural e complexa, principalmente no que diz respeito ao entendimento das suas motivações, da sua legitimação, da sua realidade e, quiçá, a um mercado mais plural, complexo que, talvez, possa contribuir para a exploração e emergência de diferentes tipos de organizações, com diferentes finalidades que não apenas a maximização do lucro”. Essa é a opinião de Lucas Henrique da Luz, em entrevista concedida por e-mail à **IHU On-Line**. Lucas diz ainda que o filme mostra que o capitalismo financeiro precisa ser compreendido num contexto mais amplo, mais complexo, relacionado à globalização, às tecnologias informacionais e de comunicação, à produção do conhecimento, aos jogos de poder, à sociedade como um todo, e alerta para a necessidade de regulamentá-lo, controlá-lo, mostrando que não deve e não pode ser um processo automático. E conclui: “Parece-me que fica o convite para superar o esgotamento de uma visão reducionista/utilitarista da economia, transitando para uma época de concepções ainda não claras, mas que parecem (não sei se isso é desejo meu) retomar dimensões relevantes do mercado e da

sociedade, como os bens comuns, a reciprocidade, os bens relacionais, uma dimensão mais civil e plural dos mercados, da gestão e da economia. Creio que são algumas ideias, reflexões e motivações que ficam”, pondera.

Lucas Henrique da Luz possui mestrado em Ciências Sociais Aplicadas pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos – Unisinos, graduação em Administração de Empresas – Hab. Recursos Humanos pela mesma universidade e especialização em Elaboração e Avaliação de Projetos Sociais, pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS. É um dos coordenadores do curso de Administração da Unisinos (ao lado de Sílvia Polgati e Dagmar Sordi), e professor nesse mesmo curso e no de Graduação Tecnológica em Gestão de Recursos Humanos. É integrante do Instituto Humanitas Unisinos – IHU. Tem experiência na área de administração, com ênfase em gestão de recursos humanos, atuando principalmente nos seguintes temas: Recursos Humanos e terceiro setor; pós-modernidade, complexidade e cultura; sociologia do trabalho e organizacional; gestão social, economia solidária e cooperativismo; e sustentabilidade e autogestão.

Confira a entrevista.

IHU On-Line – De que forma a crise do capitalismo é projetada no cinema, especificamente no filme *Inside Job – Trabalho Interno*?

Lucas Henrique da Luz – Existem vários filmes que retratam o capitalismo e suas “faces menos agradáveis”, suas crises, suas disfunções, seja numa perspectiva mais histórica, retratando períodos iniciais do capitalismo, seja em relação a suas diferentes fases e a sua configuração hoje. O cinema vem retratando isso por meio de filmes tais como: *Tempos Modernos*, *Tucker – Um homem e seu sonho*, *Como era verde meu vale*, *Inside Job*, *Margin Call – O Dia Antes do Fim*, dentre outros. Além disso, filmes “em geral” acabam retratando estilos de vida, projetos de vida, que normalmente trazem uma perspectiva capitalista hegemônica.

Inside Job – “mundo real” X “mundos criados”

No caso específico de *Inside Job*, o que está posto é mais do que mostrar uma crise. Penso que o filme retrata a insustentabilidade de um modelo de desenvolvimento, de sociedade e até mesmo de ciência que estamos construindo. Ele mostra uma separação clara entre “mundo real” e “mundos criados”, onde o que ocorre no cotidiano é muito diferente dos movimentos da economia financeirizada, virtualizada, em que o mundo apoiado por boa parte da economia “acadêmica” formadora de opinião é diferente do mundo real e parece atender a interesses que não os da sociedade em geral. O filme projeta uma crise para além do capitalismo, ele evidencia que tiramos a vida, os sujeitos, as pessoas, do centro da economia, da sociedade e da ciência. Mostra um capitalismo movido por uma relação de interesses e fatos que não consideram necessidades reais, bens comuns, felicidade pública, sustentabilidade, mas sim um sistema autômato e associal. Por exemplo, o importante não é a pessoa ter acesso ao crédito imobiliário de maneira que possa satisfazer sua necessidade de habitação, possa exercer sua cidadania. O importante para o capitalismo e o “crescimento/desenvolvimento” é gerar operações de crédito que sejam, depois, alicerces para uma carteira de seguros, para

um conjunto de artefatos financeiros, econômicos, que movimentem uma engenharia econômica, que gere capital para algumas instituições e bônus para alguns CEOs. Ora, isso é retrato de um sistema amoral, sem sujeitos e perverso que, com certeza, não tem sustentação e não pode representar uma economia capaz de satisfazer as necessidades plurais do homem. O filme faz isso ao revelar o excesso de risco a que se submete o setor financeiro, as relações nada éticas entre setor financeiro, governos e academia, bem como uma busca de lucros e ganhos que se faz a partir de meios amorais.

IHU On-Line – De que maneira o filme ajuda a compreender o real funcionamento do sistema capitalista na atual etapa de financeirização?

Lucas Henrique da Luz – Penso que as contribuições são várias. Primeiro, ele mostrou de maneira clara uma engenharia financeira que tem fim em si própria e em seus agentes. Consegui demonstrar que o capital financeirizado, virtual e volátil, desenvolveu seu próprio sistema, seus caminhos e seu pequeno grupo de beneficiários, independente dos países, governos, mecanismos de regulamentação e controle social, dentre outros. O que é um perigo e era uma tragédia anunciada. Segundo, evidenciou como os interesses desse capitalismo virtualizado conseguem permear instâncias públicas, como governos, poderes legislativos, bem como instituições de ensino e pesquisa. Revelou um lado perverso dessas influências e o quanto ainda a imperfeição dos sujeitos afeta as instituições, independentemente de locais onde se encontram, de espaços de ciência ou não ciência. Creio que ele auxilia ao explicitar que o modelo do equilíbrio geral e a teoria das expectativas racionais, bem como a ideologia neoliberal dos mercados autorregulados, a liberalização e desregulamentação geral do sistema econômico, acabaram abrindo espaço para fraudes de todo tipo, como bem analisou o economista Luiz Carlos Bresser-Pereira, em artigo no jornal *Folha de São Paulo* e reproduzido pelo sítio do Instituto Humanitas Unisinos – IHU no dia 14 de março de 2011. Modelo esse alicerçado pela ciência econômica ortodoxa. Terceiro, o filme mostra

a necessidade de questionar a técnica pela técnica, e ciência pela ciência, a (s) verdade (s) absoluta (s). Coloca em xeque verdades econômicas e de gestão ligadas a um progresso das nações que dependem de uma total ou quase que total desregulamentação, como se a receita econômica e social fosse única e global, desconsiderando contextos locais, regionais e nacionais. Creio que ainda hoje se faz bastante isso, ao tentar importar modelos de desenvolvimento, sem adaptá-los e problematizá-los localmente. Com isso o filme mostra que esse capitalismo virtualizado/imaterializado, financeirizado, acabou deixando o mundo ao sabor daquilo que a engenharia financeira e informacional é capaz de fazer: colocou a vida dos sujeitos com pouca ou nenhuma proteção em relação a isso.

Capitalismo financeiro entendido de forma ampla

Assim, penso que o filme mostra que o capitalismo financeiro precisa ser compreendido num contexto mais amplo, mais complexo, relacionado à globalização, às tecnologias informacionais e de comunicação, à produção do conhecimento, a jogos de poder, a sociedade como um todo, e alerta para a necessidade de regulamentá-lo, controlá-lo, mostrando que não deve e não pode ser um processo autômato.

IHU On-Line – Que lição o filme quer passar para as pessoas com relação à economia?

Lucas Henrique da Luz – Toda obra, filme, livro, artigo, toda comunicação de algo é uma construção social e depende da sua audiência. Assim, a meu ver, o filme busca mais interrogar, colocar questionamentos e denúncias em relação ao capitalismo, aos governos e à ciência econômica, de forma que a sociedade possa ter uma visão mais plural dessas questões.

Mito do progresso econômico como salvação

Creio que leva a questionar ou ao menos problematizar as questões anteriormente colocadas, como se a desregulamentação, a boa avaliação de agências de risco, títulos de subpri-

me e outros fosse a medida de satisfação, progresso, de um país. Mostra a necessidade de desfazer o mito do progresso econômico como a salvação e aponta para a necessidade de desenvolver a economia e a gestão, numa perspectiva antropológica mais plural. Gosto da análise de Angel Cabrera reproduzida no sítio do IHU, onde ele coloca que o filme não deve apenas ser interpretado como uma denúncia de interesses privados por parte de quem interfere diretamente na ciência econômica e nas políticas públicas de gestão, mas sim, segundo ele, o filme mostra que durante décadas o ensino econômico e de gestão transmitiram uma série de valores sobre o funcionamento dos mercados, sobre a gestão do risco ou gestão dos recursos humanos que se demonstraram errôneos e prejudiciais. “Toda a teoria da eficiência dos mercados, por exemplo, passou a ser religião”, afirma ele. Assim a intervenção deveria ser zero, pois se feita seria prejudicial. E arremata dizendo que “mesmo nas políticas de retribuição, se você tratar as pessoas como oportunistas e egoístas por natureza, criando incentivos enormes em curto prazo, abre a porta para que se comportem assim”.

Inside Job – um alerta

É nesse sentido que creio que o filme, em relação à economia, é para a ciência econômica e para as pessoas um alerta que mostra a necessidade de considerarmos uma antropologia plural, uma diversidade de motivações. Assim como diz Sauquet em sua análise do filme, também acredito que uma relevante lição a ser tirada é dar mais voz à diversidade. Ele nos remete, quiçá, a repensar o excessivo positivismo das ciências, no caso mais específico a economia e a administração. A modernidade fez com que, se ambas quisessem ser respeitadas como ciências, deveriam se “libertar das amarras da ética e das veleidades metafísicas da antropologia. Consumou-se a ruptura epistemológica entre ciência econômica contemporânea, a humanista e civil”, como mostram Bruni e Zamagni (2010).

“Esgotamento” da modernidade

O filme me leva a reforçar um sentimento de “esgotamento” da modernidade, apontando então para uma ciência econômica mais plural e complexa, principalmente no que diz respeito ao entendimento das suas motivações, da sua legitimação, da sua realidade e, quiçá, a um mercado mais plural, complexo que possa contribuir para exploração e emergência de diferentes tipos de organizações, com diferentes finalidades que não apenas a maximização do lucro. Talvez nos motive a pensar no sentido de superar o mito apontado por Abramovay (2007), de que a economia tenha nascido de trocas impessoais, anônimas, sem vínculos, sendo que quanto menos permeado pela moral e ética tanto melhor será. Parece-me que fica o convite para superar o esgotamento de uma visão reducionista/utilitarista da economia, transitando para uma época de concepções ainda não claras, mas que parecem (não sei se isso é desejo meu) retomar dimensões relevantes do mercado e da sociedade, como os bens comuns, a reciprocidade, os bens relacionais, uma dimensão mais civil e plural dos mercados, da gestão e da economia. Creio que são algumas ideias, reflexões e motivações que ficam.

IHU On-Line – Que tipo de reação o filme pode causar aos espectadores? Por quê?

Lucas Henrique da Luz – Creio que as reações sejam as mais diversas. Penso que ele gera indignação por trazer à tona um lado perverso da ideologia da ciência e, até mais do que isso, a corrupção de pesquisadores, de governantes, legisladores. Indignação pelo egoísmo inconsequente de CEOs em busca de bonificações e lucro próprio, sem importar-se com o direito e sonhos das pessoas.

Sentimento de solidão

Também um sentimento de solidão, pois parece que ninguém pode controlar a voracidade da financeirização do mundo, do capitalismo. Pare-

ce que não há estrutura institucional, social, algo que possa controlá-lo. E aí fica cada um a sua própria sorte, tendo que mover-se por si, por suas denominadas capacidades, competências etc. Ao mesmo tempo, pode gerar consciência e uma leitura crítica de paradigmas econômicos, sociais, de gestão, de equidade, enfim, questões que podem motivar a busca de alternativas. Creio que o mais importante é gerar o debate, colocar isso aos olhos do mundo e mostrar que mesmo a racionalidade técnica econômica e a racionalidade científica não são racionalidades puras e “produtoras” de verdades absolutas.

Saiba mais...

>>Sobre o filme Inside Job leia também:

- Inside Job. Filme faz academia rever laços com Wall Street. <http://bit.ly/JX1Qry>
- “Perguntar para desmascarar a elite”, o método do diretor de Inside Job <http://bit.ly/JX1RM4>
- O silêncio dos cordeiros <http://bit.ly/KzfBS8>
- Não pode ser mera coincidência. Um comentário do documentário “Inside Job” <http://bit.ly/KzfGoY>
- Dez anos sem Milton Santos ou Biutful e Inside Job, duas faces da mesma moeda <http://bit.ly/IHpKtz>
- Um filme ruim só no título <http://bit.ly/JKUuWb>
- “Inside Job”, documentário imperdível <http://bit.ly/IRiSw5>
- Documentário sobre a crise exagera no foco à questão moral, diz Ricupero <http://bit.ly/KD2yce>
- “Inside Job”: a crise financeira contada “de dentro” <http://bit.ly/Lv0kBc>
- Crônica de uma crise anunciada <http://bit.ly/LvOrfS>

Data: 15-05-2012

Evento: Ciclo de Filmes e Debates: A crise do capitalismo no cinema

Filme: Margin Call - O Dia Antes do Fim (EUA, 2011, 107min., direção: J. C. Chandor)

Debatedores: Prof. Dr. Fernando Lara - Unisinos e Prof. MS. Gilberto A. Faggion - Unisinos

Horário: 19h30min às 22h

Local: Sala Ignacio Ellacuría e Companheiros, no IHU

Data: 16-05-2012

Evento: Rio + 20 e a questão da matriz energética brasileira

Palestrante: Telma Monteiro - Pesquisadora independente

Horário: 19h30min às 22h

Local: Sala Ignacio Ellacuría e Companheiros, no IHU

IHU Repórter

José Alcides Renner

POR THAMIRIS MAGALHÃES



“**M**e considero uma pessoa exigente. Entendo que devemos encarar as coisas com rigor, profundidade. Repugna-me a superficialidade, as aparências, não mergulhar a fundo nas questões”. Assim se define o professor de Direito José Alcides Renner, em entrevista concedida pessoalmente à **IHU On-Line**. Renner trabalha há 40 anos na Unisinos e diz que foi nela que aprendeu muitas coisas. “Devo a esta universi-

dade grande parte do que sou. Comecei nela em 1972 e tive aqui mestres que me ensinaram muito. Além de diversos professores nas aulas, conheci pessoas inigualáveis, jesuítas modelares, mas vigorosos e corajosos, como o Pe. Frantz, segundo reitor da instituição. Inclusive foi ele quem realizou a cerimônia de meu casamento”, diz, animado. Conheça um pouco mais sua história.

Origem – Nasci no dia 26 de dezembro de 1951, em Salvador do Sul, numa localidade chamada Campestre Baixo. Moro em São Leopoldo com minha esposa, Adelaide. Temos dois filhos. O Maurício (31), jornalista, e o Vicente (29), advogado, único que mora conosco e é assessor de juiz. Meu pai, Vendelino, tem 86 anos e mora em Campestre, interior de Salvador do Sul. Minha mãe, Celita, é falecida. Somos uma família numerosa. Sou o segundo de dez filhos, todos vivos.

Auto definição – Me considero uma pessoa exigente. Entendo que devemos encarar as coisas com rigor, profundidade. Repugna-me a superficialidade, as aparências, inclusive na política, não mergulhar a fundo nas questões. Como um bom descendente da cultura germânica, considero-me um sujeito conservador, no sentido de preservar o que temos, melhorando, paulatinamente, sem grandes saltos e revoluções. Não sou alguém que quer derrubar tudo e começar do zero.

Seminário - Fui seminarista dos jesuítas em Salvador do Sul até 1969. Entrei com doze anos, acolhido por

um jesuíta admirável: o Pe. Guido Kuhn. Depois, estive em Florianópolis, no Colégio Catarinense, como interno, em 1970. Em 1971, vim para São Leopoldo.

Ingresso na Unisinos - Trabalhei durante pouco mais de um ano na Fábrica de armamentos Amadeu Rossi e em 22 de maio de 1972 fui admitido na Unisinos como técnico, na função de auxiliar administrativo. Em 1994, além desse contrato de técnico administrativo, também fui contratado como professor. O contrato de técnico foi rescindido em 2006 e continuei apenas como professor até hoje. Além de professor e auxiliar administrativo, exerci os cargos de Chefe da Seção de Ingresso e Matrícula, Administrador de dados e procurador da Universidade (assessor jurídico, de 1990 a 1996).

Direito - Terminei o segundo grau em São Leopoldo no popular “Pedrinho”. Depois, cursei um ano na Feevale o curso de Administração de Empresas, porque, na época, os funcionários que trabalhavam com registros e reprografia (Gráfica), não podiam estudar na universidade. Pos-

teriormente, foi permitido, no meu caso, estudar na Unisinos o curso de Tecnólogo de Processamento de Dados, recém-criado, à época. Formei-me nesse curso e depois em Direito também na Unisinos. Posteriormente, fiz especialização em Direito Civil, na época em que passei a ser assessor jurídico da universidade. E em novembro de 1996, fui a Bilbao, na Espanha, fazer Doutorado em Direito. Em 2001, retornei para São Leopoldo e fui gerente administrativo do Centro de Direito e, posteriormente, coordenador adjunto do curso, quando foram extintos os centros, até 2006, quando foi rescindido meu contrato como técnico administrativo.

Academia - Hoje, leciono para o curso de graduação em Direito na Unisinos, trabalhando a disciplina de Teoria Geral do Direito. Além disso, sou professor de Direito Civil na Universidade Católica de Pelotas.

Lazer – Durante o ano, praticamente não sobra tempo. Mas, sempre que posso, viajo com a família; vamos ao cinema; visitamos nossos parentes no interior e, com alguma frequência, asso uma carne; eventualmente

tomo um chope com amigos. Viajei muito, principalmente quando estive na Espanha. Fui com a minha esposa e filhos, que eram adolescentes, e passeamos bastante. Conhecemos grande parte da Europa. E ainda hoje, quando temos oportunidade, viajamos.

Livro – Gosto muito dos de José Saramago. Li quase todas as suas obras, lembro especificamente do *Todos os Nomes*. Mas, atualmente, praticamente ocupo todo o tempo com a leitura de literatura científica jurídica.

Filme – Assisti muitos filmes e continua assistindo, quando tenho tempo. Lembraria rapidamente três, com as respectivas cenas: um sobre Giordano Bruno (não recorro o nome), com a passagem em que um prisioneiro observa de sua cela uma execução e se pergunta: “quem lhes deu este poder”? Outro filme é a *Amizade*, com a cena em que um advogado “técnico” defende que a melhor forma de defender aqueles escravos, cujo navio em que estavam fora capturado, era usar as regras jurídicas referentes ao direito de propriedade, não abstrações como dignidade humana, etc. O terceiro filme é *Titanic*, com aquela cena, entre outras, em que, depois de um jantar, os homens “sérios e de negócios” se reúnem numa sala para conversar ou vangloriar-se sobre negócios, política e trapaças (também as havia naqueles tempos!), enquanto suas “santas” mulheres, numa outra sala, conversam ou tagarelam sobre filhos e homens e o personagem principal (Leonardo di Caprio), que queria mais era ficar com sua amada, fica sem saber de qual grupo participar.

Religião – Católica.

Sonho – Sou uma pessoa que conseguiu grande parte dos objetivos que me propus. Atualmente, almejo melhorar minha atividade docente. Estudo as questões pedagógicas e de aprendizagem. As crises, os métodos, as novas tecnologias etc. e avalio como o professor atua nesse contexto. Dedico-me a isso e gostaria de motivar os alunos a gostarem do Direito. E isso não tem sido fácil, o que me deixa um pouco angustiado e decepcionado. Parece que se dá mais valor às formas,

aos meios, às tecnologias, por exemplo, e não se percebe o fundo dessas questões. Muitas vezes faço a comparação de que damos mais atenção ao caminhão e menos à carga. Então, queremos aperfeiçoar muito o meio e não olhamos o que, na verdade, esses meios veiculam, o que está dentro deles. Isso não é um sonho, na verdade, mas uma preocupação que hoje me move.

Unisinos – Devo à Unisinos grande parte do que sou. Comecei na universidade em 1972 e tive aqui mestres que me ensinaram muito. Sempre é problemático citar nomes, não pelos que citamos, mas pelos que omitimos. Mas, eu diria que o recentemente falecido Pe. Mallmann me introduziu nas questões e nos estudos sobre a moral. Ele eu considero um dos meus mestres, que me formou e me ensinou o que sei sobre moral. Outro mestre que tive no curso foi o Bruno Hammes, que foi meu professor em muitas disciplinas. Além das questões de aula, conheci pessoas inigualáveis, jesuítas modelares, humildes, mas vigorosos e corajosos, como o Pe. Frantz, segundo Reitor da Universidade. Inclusive foi ele quem realizou a cerimônia de meu casamento. Dentre os leigos (e cingindo-me aos falecidos), não posso deixar de destacar o grande Sergio Concli Gomes. Por estas pessoas, que estavam na Unisinos, e, portanto, são a Unisinos, devo grande parte do que sou, fruto desse contexto da Universidade, que me deu as oportunidades de que precisava. Além disso, posso dizer, com orgulho e talvez com alguma agressão à modéstia, que também contribuí bastante com a mesma, juntamente com tantos outros. Lembro especialmente aqueles tempos heróicos, do início da Universidade, da completa falta de todos os meios (claro que não havia computador, internet, facebook, celular), mas havia grande abundância de entusiasmo, boa vontade, união e de uma certa ingenuidade. Dos inúmeros eventos que aqui vivenciei, me vem à mente o episódio de uma matrícula dos alunos em que interveio a brigada militar, com seus cavalos e cães, para dispersar um tumulto. A Universidade reservava mais ou menos um mês para a realização das matrículas, sendo que, normalmente, os



alunos deixavam para realizá-las nos três últimos dias. Naquela matrícula, no entanto, por problemas de disputa de vagas nas turmas de Porto Alegre, fomos surpreendidos, no primeiro dia (uma segunda-feira de manhã), com uma fila que atravessava a metade da cidade de São Leopoldo. Tivemos que, no meio da manhã, suspender a matrícula, chamar a brigada para restabelecer a ordem e nos reorganizar. Reiniciamos a matrícula na metade da tarde, atravessamos a noite e no final da tarde de terça-feira, sempre com a mesma equipe, conseguimos debelar a fila. Outro episódio marcante foi o início das atividades no “Novo” Campus, em agosto de 1974. As obras haviam iniciado em março daquele ano. O início das aulas foi adiado em uma semana e mesmo assim os alunos e professores entravam nas salas, quando as encontravam, em meio aos operários e funcionários que davam os últimos retoques na iluminação, na limpeza, etc. Isto tudo no meio de um lamaçal, quebra de saltos e atolamento de carros! Um terceiro episódio foi o do incêndio dos prédios da biologia e geologia na velha sede. Em meio à noite, acudimos um grande grupo de alunos, professores e funcionários e, em meio ao tumulto e com riscos pessoais, tentamos salvar algo, enquanto que, alguns poucos, eram parados pela brigada, em ruas próximas, levando o que conseguiam “salvar”.

IHU – Acompanho as notícias e a Revista **IHU On-Line**. Mas hoje acompanho mais pela internet. Leio as matérias que me interessam e vejo que são abordadas com profundidade. Além disso, é um veículo de entrosamento e união da comunidade. Aprecio bastante o trabalho.

Inscrições abertas para o XIII Simpósio Internacional IHU

As inscrições do XIII Simpósio Internacional IHU. Igreja, Cultura e Sociedade, que acontecerá de 2 a 5 de outubro próximos, estão abertas.

Acompanhe o passo a passo:

- Acesse o sítio do IHU
- Clique no banner do evento na página inicial do sítio

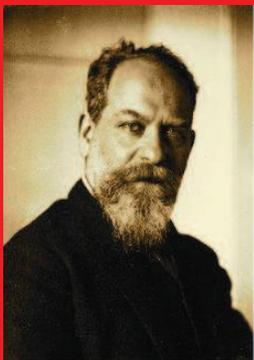


- Ao entrar na página do XIII Simpósio Internacional IHU, clique no menu "Inscrições". Aqui você poderá escolher pelo link de inscrições em português ou preencher a ficha em inglês e enviá-la por e-mail (simposioihu@unisinis.br) caso seja estrangeiro. Para os alunos estrangeiros, encaminharemos a inscrição e enviaremos um e-mail de retorno.



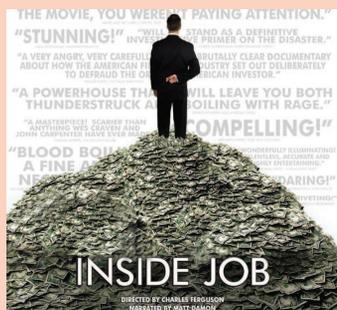
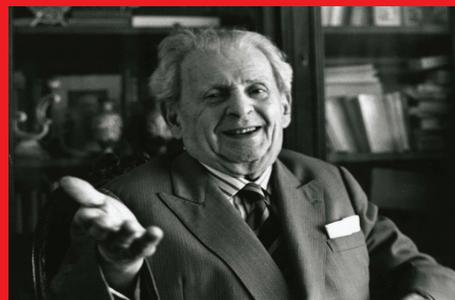
Para mais informações, acesse www.unisinis.br/ eventos/ihu-semanticado-misterio/

Husserl e Levinas em debate



Estará na Unisinis no próximo dia 10 de maio, o professor da Universidade Federal de Santa Maria – UFSM, Marcelo Fabri. Ele abordará o tema "Da mônada ao social: a intersubjetividade segundo Levinas", das 19h30min às 22h, na Sala Ignacio Ellacuría e Companheiros, no IHU. Um pouco antes, das 17h30min às 19h, no mesmo local, ministrará a palestra "O conceito husserli-

no de razão prática". Aos leitores e leitoras interessados em Husserl e Levinas, Marcelo Fabri adianta os temas em uma entrevista publicada nesta edição da IHU On-Line.



Inside Job

Na próxima quarta-feira, dia 9 de maio, será exibido o filme Inside Job – Trabalho Interno (EUA, 2010, 120min., direção: Charles Ferguson). Após a exibição, haverá um debate sobre a obra, conduzido pela Prof^a.

Dra. Janaína Ruffoni e pelo Prof. MS. Lucas H. da Luz, ambos da Unisinis. O evento acontece das 19h30min às 22h30min, na Sala Ignacio Ellacuría e companheiros, no IHU.

Sociedade Sustentável

Inicia hoje, dia 7 de maio, o terceiro módulo do Ciclo de Estudos em EAD: Sociedade Sustentável, com o tema "Por um novo paradigma civilizacional". Saiba mais em <http://bit.ly/x15DXC>

